



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Viviane Pereira Moreira

**Vozes da periferia: As relações socioespaciais do Morro do Castro
(São Gonçalo, Rio de Janeiro)**

Duque de Caxias

2020

Viviane Pereira Moreira

**Vozes da periferia: As relações socioespaciais do Morro do Castro
(São Gonçalo, Rio de Janeiro)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Educação, Escola e Sujeitos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Neto

Duque de Caxias

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

M838 Moreira, Viviane Pereira
Tese Vozes da periferia: As relações socioespaciais do Morro do Castro (São
Gonçalo, Rio de Janeiro) / Viviane Pereira Moreira - 2020.
99f.

Orientador: Alexandre Ribeiro Neto

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Morro do Castro – São Gonçalo (RJ) - Teses. 2. Geografia urbana - Teses. I.
Ribeiro Neto, Alexandre. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 915.3(815.3)

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação,
desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Viviane Pereira Moreira

**Vozes da periferia: As relações socioespaciais do Morro do Castro
(São Gonçalo, Rio de Janeiro)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Educação, Escola e Sujeitos Sociais.

Aprovada em 09 de dezembro de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Neto(Orientador)

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. Luciano Ximenes Aragão

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof^a. Dra. Gabriela dos Santos Barbosa

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Everaldo Lisboa dos Santos

Faculdade São Marcos

Duque de Caxias

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por ter me concedido mais uma oportunidade para dar prosseguimento a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Para Deus, primeiro e sempre.

Aos meus pais, Jorge Luiz Moreira e Maria Aparecida Pereira Moreira e minhas irmãs Cristiane e Tatiane, que não mediram esforços para me auxiliar, cada um ao seu jeito me motivou a estudar. A minha querida tia Jô com suas palavras de força, ânimo e coragem, que foram de extrema importância para que eu pudesse seguir em frente e superar obstáculos, que muitas vezes pensei que seriam intransponíveis.

Ao meu amado Márcio Antônio, seu amor me faz feliz e especial.

A você meu estimado orientador, Professor Alexandre Ribeiro Neto, que desde o início quando participava da entrevista de seleção do projeto, para o ingresso no mestrado, acreditou e me aceitou como sua orientanda. Seu exemplo de profissionalismo e dedicação à formação de docentes mostra o comprometimento com a Educação, a profissão que escolheu para a vida. Sendo presente e parceiro no caminhar da pesquisa e se existe uma palavra para expressar tudo o que fez e faz por mim, essa palavra é **GRATIDÃO**.

O carinho e a compreensão de pessoas especiais, que me auxiliaram em diversos momentos, sem esse apoio dificilmente teriam chegado até aqui. O convívio, o aprendizado e as trocas foram fundamentais para a construção desta pesquisa e sei que essas linhas não são suficientes para expressar a imensa gratidão que sinto por todos vocês.

Aos meus alunos, que depois se tornaram amigos e às suas famílias, que me adotaram como mais um membro de seus clãs.

Às famílias Adão (Adriene, Maria Helena e Carlos) e Krull (Rogério, Zolda, Rafael, Rodrigo, Regina e Rodrigo) e às minhas amadas Isabel e Michelle, por suas generosidades tão necessárias para crer que a união faz toda a diferença na vida.

Aos amigos do Mestrado Adilson e Adriano, companheiros de trocas acadêmicas e experiências de vida.

Ao pessoal do outro lado da ponte Rio/Niterói, vocês estão guardados no lado esquerdo do peito, os da época da graduação Neyva, Adriana, Jane e Marília, meninas o tempo só vem fortalecendo e solidificando nossa amizade.

Ao pessoal do Morro do Castro, pelas informações e trocas (Samuel, Reinaldo, Alberto, Ricardo e Nelson)

Ao grupo de discussões políticas de São Gonçalo bandeira vermelha (Hermes, Catarina, a saudosa Analise, Saci Davi e Marcelo Pinguim).

Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra.

Conceição Evaristo

RESUMO

MOREIRA, Viviane Pereira. *Vozes da Periferia: as relações socioespaciais do Morro do Castro (São Gonçalo, Rio de Janeiro)*, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações socioespaciais dos moradores do Morro do Castro, localizado na divisa da cidade de São Gonçalo e Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento da pesquisa foram convidadas famílias de moradores mais antigos e sua descendência, que revisitaram suas memórias e nos contaram um pouco de suas experiências e vivências no Morro do Castro. Os relatos das experiências foram obtidos através de entrevistas realizadas por meio remoto. Elegemos como suporte teórico-metodológico os autores: Elias e Scotson (2000), Campos (2005), Gomes (2015 e 2018) e Evaristo (2017), dialogamos para compreender a formação socioespacial Gonçalense, relacionando com a segregação que estabeleceu no espaço urbano da cidade. Ainda que o Morro do Castro não seja considerado uma favela, fundamentados em Freire (2008), levantamos como hipótese que ele pode ser compreendido como “espaços indesejáveis.” Devido a sua ocupação histórica e também à influência da mídia, que desempenha um papel de formadora de opinião, nela o Morro do Castro é desenhado como um lugar de violência e criminalidade, logo um bairro residencial que necessita de uma intervenção urbana. Gostaríamos de ressaltar que a pesquisa buscou dialogar com outros autores como: Roberto Lobato Correia e Milton Santos, para entender e relacionar os conceitos de espaço e território no que se refere ao espaço urbano e periférico. Como resultados parciais, este trabalho apresenta o intenso processo de urbanização desordenada e construção da identidade híbrida dos moradores do Morro do Castro, pois para conseguir usar os serviços públicos municipais, ora recorrem ao município de Niterói através do endereço de parentes e amigos ora ao município de São Gonçalo, que realiza precariamente a coleta de lixo, entre outros serviços.

Palavras-Chaves: Segregação socioespacial, Morro do Castro, São Gonçalo, Niterói.

ABSTRACT

MOREIRA, Viviane Pereira. *Voices from the periphery: the socio-spatial relations of the Morro do Castro (São Gonçalo, Rio de Janeiro), 2020*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em periferias urbanas) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

This work aims to analyze the socio-spatial relations of the residents of Morro do Castro located on the border of the city of São Gonçalo and Niteroi, in the state of Rio de Janeiro. For the development of the research, families of older residents and their descendants were invited, who revisited their memories and told us a little about their experiences in Morro do Castro. The reports of the experiences were obtained through interviews carried out by remote means. We chose as authors the following methodological theoretical support: Elias and Scotson (2000), Campos (2005) Gomes (2015 and 2018), Evaristo (2017) we dialogued to understand the gonçalense socio-spatial formation relating to the segregation that established in the urban space of the city. Although Morro do Castro is not considered a slum, based on Freire (2008), we hypothesize that it can be understood as "undesirable spaces." Due to its historical occupation and also the influence of the media, which plays an opinion-forming role, Morro do Castro is designed as a place of violence and criminality, therefore, a residential neighborhood that needs an urban intervention. We would like to highlight that, the research sought to dialogue with other authors such as: Roberto Lobato Correia and Milton Santos to understand and relate the concepts of space and territory, with regard to urban and peripheral space. As partial results, this work presents the intense process of disordered urbanization and construction of the hybrid identity of the residents of Morro do Castro, because in order to be able to use the municipal public services, sometimes they resort to the municipality of Niterói through the address of relatives and friends, sometimes to the municipality São Gonçalo wants to precariously collect garbage among other services.

Keywords: Socio-spatial; Segregation. Morro do Castro. São Gonçalo, Niterói.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - São Gonçalo no Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2019 | 46 |
| Figura 2 - Mapa dos Distritos e Bairros de São Gonçalo – 2005. | 47 |
| Figura 3 - Quadro: Mini Perfil Municipal. | 67 |
| Figura 4 - Habitação da População Negra Negra..... | 70 |
| Figura 5 – Mapa sobre a Letalidade do Estado do Rio de Janeiro..... | 85 |
| Figura 6 - Uma das Casas do Modelo Arquitetônico do Projeto Inicial da Imobiliária do extinto Condomínio Bela Vista | 88 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO BAIRRO MORRO DO CASTRO | 18 |
| 1.1 Do surgimento de um bairro: As origens o Morro do Castro..... | 18 |
| 1.2 O Quilombo: A Sua Importância na compreensão da formação socioespacial..... | 27 |
| 1.3 A Cidadania Adiada: Discriminação Racial, Pobreza e Dificuldade no acesso a moradia..... | 38 |
| 2. MORRO DO CASTRO: A MARGINALIZAÇÃO DE UM BAIRRO..... | 47 |
| 2.1 O Morro do Castro: A Força dos Espaços Inviabilizados..... | 68 |
| 3 COMO INDIVÍDUOS MARGINALIZADOS OLHAM O ESPAÇO DO MORRO DO CASTRO..... | 76 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 95 |
| REFERÊNCIAS | 99 |

INTRODUÇÃO

Na realização de pesquisas em periferias, sejam elas urbanas ou rurais, encontramos um conhecimento cristalizado, que durante algum tempo estabeleceu os lugares sociais como um dado inalterado. Uma das vertentes desse pensamento são os olhares exóticos que os primeiros pesquisadores das ciências sociais lançaram sobre a favela e as periferias. Apoiados na literatura que apresentavam as periferias como espaços de precariedade, os autores das ciências sociais foram sendo enriquecidos por esta fonte. No entanto, sem o saber estavam confirmando estigmas que já pairavam sobre esses indivíduos.

Vale ressaltar que em seus estudos a favela comumente passou a ser reconhecida como um espaço onde as pessoas convivem com imprevisto e também com a felicidade, mesmo diante da ausência dos serviços que o poder público deveria proporcionar, entretanto, os indivíduos conseguiam a partir de seus próprios esforços vencerem as dificuldades e resolverem os problemas com a união da comunidade.

Destarte, há de se ressaltar que nem sempre isso é verdade. Na favela também ocorrem disputas de poder e pensamentos divergentes sobre a maneira de resolver os problemas do cotidiano. A hipótese que norteou os primeiros passos dessa pesquisa era a rede de solidariedade que aos olhos de alguns moradores, a questão levantada a respeito de formação de rede de solidariedade não se constituía em algo importante para sua sobrevivência no local.

Assim, a luta por questões mais amplas como Educação, saneamentos básicos, precisam ser relativizadas, e dentro desses lugares alguns moradores possuem maior identificação e formação para compreender os problemas coletivos. Permanece a necessidade de discussão em grupo sobre a solução para as dificuldades, para que todos se responsabilizem e lutem, pelos serviços que devem ser fornecidos pelo governo.

Na atualidade, alguns pesquisadores e também a grande mídia preferiu usar a palavra Comunidades para substituir a palavra favela, pois a carga de preconceito e também de ausência do poder público ficavam explícitas. Porém alguns moradores conscientes de si e, também, que o nome é uma forma de luta, reconhecem e reivindicam serem chamados de moradores da favela e não da comunidade.

Partindo dessa compreensão sobre os problemas existentes na periferia dos centros urbanos, nossa pesquisa foi desenvolvida no Morro do Castro, uma vez que este é um lugar de fronteira, ou seja, divide os municípios de São Gonçalo e Niterói. A divisão administrativa que segmenta o Morro do Castro em duas “partes” fazendo com que a população enfrente

alguns problemas. A cidade de São Gonçalo onde está localizada grande parte do Morro do Castro faz parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Observamos nessa localidade, o surgimento de uma rede de solidariedade junto a esses moradores de São Gonçalo com os moradores do município vizinho de Niterói para conseguirem melhorias na qualidade de vida dentro do bairro.

A construção do espaço urbano de São Gonçalo é constituída por um histórico processo de formação territorial excludente. Segundo Oliveira (2014) fora constituída, no final do século XVI, em 06 de abril de 1579, pelo colonizador Gonçalo Gonçalves e teve apoio de jesuítas que instalaram a fazenda numa zona conhecida por todos como Colubandê.

As margens da atual rodovia RJ-104, fundada nas primeiras décadas do século XVII, fora uma paróquia e em pouco tempo se elevou à categoria de freguesia, as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam que a região antes da ocupação lusitana era inicialmente ocupada por índios Tupis e que existia uma disputa pela conquista da região. Assim tanto por colonizadores portugueses, quanto por franceses o que influenciou posteriormente num genocídio indígena.

O desenvolvimento da região deu-se com a plantação de alguns gêneros agrícolas e comercialização dessas mercadorias possibilitaram os constantes contatos entre as freguesias com outras regiões adjacentes essas conexões aconteciam através de rios e portos que influenciaram na escolha dos nomes dos bairros como: Porto da Rosa, Porto Velho, Porto Novo, Porto da Pedra, Porto da Madama, Engenho Pequeno, Morro do Castro entre outros.

Na década de 1930 houve o início do processo de industrialização na cidade, Porém até Segunda Guerra Mundial a economia municipal era concentrada na produção de citricultura com o predomínio do cultivo de laranja, abacaxi e pitanga. Pelo Decreto Estadual n.º 124, de 22-09-1890, houve a execução do desmembramento da cidade de São Gonçalo de Niterói. (OLIVEIRA 2014).

Um ponto importante que afastou os investimentos na cidade de São Gonçalo foi o valor de taxas tributárias a serem maiores que as praticadas em outras regiões. Essas taxas cobradas com um valor mais alto aos praticados em outros municípios resultaram na saída da cidade de algumas indústrias para outras áreas, principalmente, para a Baixada Fluminense. (ALBUQUERQUE 2009).

Assim compreender a formação socioespacial de São Gonçalo é um ponto fundamental, para a nossa reflexão, pois ao mesmo tempo em que ela é uma questão de fundo, ela também ocupa a centralidade, pois precisamos conhecer as raízes históricas da

ocupação do espaço e as tensões estabelecidas entre as áreas centrais e periféricas, uma vez que a segregação espacial possui uma historicidade.

O processo de urbanização foi política e socialmente conduzido por um grupo. Isso produziu desdobramentos que materializaram relações de poder com o objetivo de privilegiar a cidade de Niterói, transformando as economias das cidades ao seu redor em áreas economicamente dependentes. Dentro dessa chave explicativa, inserimos o Morro do Castro e suas relações com os moradores da parte de Niterói.

Quando os indivíduos procuram os serviços públicos básicos não encontram com facilidade na região. Por exemplo, segundo Albuquerque (2009) o posto de saúde situado na vertente de Niterói não atende a população residente da vertente de São Gonçalo. Uma estratégia encontrada pela população do lugar é burlar essa divisão administrativa apelando aos parentes e amigos que residem em Niterói.

Solicitando comprovantes de resistência para serem atendidos nos postos de saúde niteroienses, pois, devido às ineficiências nas prestações de serviços públicos os moradores construíram uma identidade marcada cotidianamente pela resistência. Esse caminho de formação de identidade, não desqualifica o município de São Gonçalo e nem mesmo prestigia o município Niterói.

As brechas encontradas no sistema são utilizadas pelos próprios moradores, como uma estratégia de sobrevivência. Embora o Morro do Castro seja administrativamente segmentado pelos municípios de São Gonçalo e Niterói, para os moradores essa segmentação existe, porém, pode ser burlada com a ajuda dos moradores que moram na outra parte situada em Niterói.

Nossa escolha do Morro do Castro na pesquisa foi por causa das redes de solidariedade construídas pelos moradores, como estratégias de resistências frente às ausências de políticas públicas, que deveriam ser ofertadas pelo município de São Gonçalo. A pesquisa tem por objetivo principal investigar como se constituem as relações de solidariedade estabelecidas pelos moradores do Morro do Castro. Já os objetivos específicos são identificar o funcionamento das redes de solidariedades, analisar as configurações sócio-espaciais do Morro do Castro, averiguar a questão da imagem de marginalização atribuída aos moradores do local de estudo.

A pesquisa se justifica pela causa de inclusão de estudos de casos sobre a periferia para compreender que nesses lugares também se produz exclusão social no seu interior. Partindo desse princípio queremos dizer que existem trabalhos sobre a história, geografia e relações sócio-espaciais de São Gonçalo. No entanto, existem poucos trabalhos sobre as

áreas periféricas gonçalense, nosso trabalho pretende contribuir com o preenchimento dessa lacuna. Buscando também humanizar os espaços marginalizados como as favelas.

Diante de um imprevisto causado pela pandemia mundial que também chegou ao país, utilizamos questionários online onde as informações fornecidas nos auxiliaram a problematizar as dinâmicas das formas das relações existentes da população caracterizada como carente e marginalizada da sociedade situada na área do bairro do Morro do Castro.

A metodológica utilizada na investigação para desenvolvimento desse estudo foi obtida através pesquisa bibliográfica fundamentada na análise de autores que auxiliaram na descrição do processo de formação da identidade coletiva e individual do Morro do Castro problematizando as temáticas socioespaciais que são de grande relevância para a constituição segregacionista que as áreas periféricas sofrem.

A partir da pesquisa bibliográfica sobrepusemos outros elementos como: entrevistas semiestruturadas e questionários eles foram usados para as análises que se apresentaram nos capítulos desse estudo. Sendo assim, outras bases meteorológicas foram agregadas no ponto de vista de ampliar o entendimento do lugar.

Ademais, vale apontar que diante do processo de pandemia do Covid-19, não foi possível realizar pessoalmente todas as entrevistas com os moradores que havíamos selecionado inicialmente. Apenas algumas entrevistas foram realizadas antes da pandemia, esse fato inesperado que nos sujeitou ao isolamento social. Nos fez repensar outras formas para continuar nossa metodologia. As demais entrevistas e informações passaram a ser coletadas com o auxílio de moradores do Morro do Castro que são Reinaldo e Samuel. Foi elaborado um questionário, que respondido por alguns moradores, e os referidos moradores já citados enviaram as respostas por e-mail.

Com as entrevistas realizadas com os moradores do Morro do Castro, que aconteceram antes da pandemia, foram averiguar a hipótese sobre a veracidade das informações dos jornais sobre a insegurança do lugar. Os moradores apresentam suas vidas entrelaçadas ao lugar e a luta por direitos sociais é uma característica presente especialmente nos moradores ou descendentes das primeiras famílias que chegaram ao bairro. Assim os jornais descreveram às vezes como violento e cheio de criminosos o lugar. Essa é uma forma de legitimar a ação policial, pois ela busca levar ordem e também combater e proteger os indivíduos que moram nas áreas centrais e também nas outras de maior poder aquisitivo de gente.

Alguns autores seguiam uma linha em que prevalecia a mensuração, as definições operacionais, as variáveis, os testes hipotéticos e as análises estatísticas, nesta época, a entrevista não se constituía de um instrumento privilegiado de investigação, podemos

exemplificar a seguir um momento real e como se fazia na prática a coleção de matéria, diz Arnold e Rosa.

Após 1982, priorizou-se enfatizar a descrição, a indução e a teoria que fundamentam o estudo das percepções pessoais. Passou-se a designar essa abordagem como sendo a Investigação Qualitativa. “Privilegiam, essencialmente, a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. As estratégias mais representativas são: Observação Participante e a Entrevista em Profundidade” (ROSA; ARNOLDI, 2008, p.18).

Sabemos que não há neutralidade, pois, a escolha do objeto de pesquisa já indica uma preferência por determinadas áreas de conhecimento. Contudo, o que torna a nossa pesquisa científica é o método, o diálogo com os pares, as fontes documentais selecionadas para responder nossa questão central e a nossa contribuição com o campo da Educação, pois indicamos que existe um processo pedagógico na comunidade do Morro do Castro, que educa os indivíduos contribuindo para a construção de suas identidades. Concordamos com Saviani (2012), que, nos diz que não podemos reduzir a educação ao ensino.

Objetivamos analisar a construção do espaço geográfico do Morro do Castro no primeiro capítulo intitulado: A construção do espaço geográfico do Morro do Castro, no qual problematizamos a formação dos espaços periféricos, partindo do olhar da negligência histórica por parte do estado para os ex-escravizados, até a formação das favelas, especificando que esses lugares surgiram a partir da organização de quilombos como território de resistência e como os mesmo posteriormente se transformaram em espaços marginalizados e criminalizados.

Dialogamos com autores como Andreilino Campos, que nos ajudará na ampliação do entendimento sobre a constituição de espaços segregados como os cortiços e favelas, o mesmo mostra em seus estudos que o processo foi fruto de histórico déficit habitacional. As ausências de uma política de investimentos habitacionais que excluíram principalmente a população negra acessarem os direitos sociais.

Metodologicamente este trabalho tem caráter exploratório, analisando os fatores que provocam a formação da segregação socioespacial nas áreas periféricas à formação das favelas. Elegemos como suporte teórico-metodológico o trabalho de Campos (2005) e Elias e Scotson (2000). Dialogamos ao decorrer do trabalho com outros autores como Santos (2001, 2002, 2007 e 2014); Evaristo (2017) e Barbosa (2009 e 2013). Ao longo dos capítulos outros autores se somarão a esses para nos ajudar na problematização do nosso objeto.

Para o desenvolvimento da pesquisa são utilizados dois conceitos centrais. São eles: espaço e território. Recorremos a Milton Santos para conhecer o conceito de espaço

[...] espaços dos lentos obedecem, uma vez que a estética hegemônica se relaciona com outra medida de tempo: o da velocidade. Configurando o conceito de qual medida de tempo nos referimos, Santos define: “É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos. (SANTOS, 2002, p. 267 apud ALBUQUERQUE, 2009, p.23-24)

Logo, nos referimos a uma medida de tempo definida a partir das ações, das relações sociais travadas no território e, portanto, diferirão para além de um território para outro, mas segundo as relações protagonizadas nos mesmos, que são, em última instância, a medida social do tempo. “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo” (SANTOS 2002 apud ALBUQUERQUE, 2009, p.23-24).

Segundo Santos (2002), o conceito de espaços opacos são áreas ausentes de desenvolvimento, são lugares pouco dinâmicos e não há fluidez. Para o autor, esse paradigma temporal hegemônico é derivado das relações travadas no espaço urbano entre “os espaços luminosos” e “os espaços opacos” estabelecidos nas áreas urbanas onde as políticas públicas são mais visíveis, conseqüentemente vivem as pessoas com maior poder aquisitivo. Santos (2002), afirma serem os espaços luminosos enquanto os espaços opacos são constituídos pelas camadas mais pobres da população que, por serem de baixa renda, ocupam os lugares periféricos e sofrem ausências da intervenção por parte do governo através das políticas públicas, que deveriam ser mais atuantes na segurança pública, nas áreas ligadas à educação, à saúde, à moradia e ao lazer.

O segundo conceito que nos ajuda a problematizar o nosso objeto de pesquisa é o de território. Recorremos a Raffestin para compreender a questão do conceito de território influenciado pelas ideias Foucaultiana de “poder”, na área da geografia.

[...] O território não poderia ser mais nada que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, apud ALBUQUERQUE, 2009, p.21).

Para Albuquerque (2009), a materialidade empírica do território não é dada somente pela sua dimensão espacial, ou seja, relações estabelecidas dentro desse espaço são de grande relevância, por causa das suas relações de poder, que são formadas entre moradores, o lugar e o território fronteiro. Entendemos que as relações estabelecidas entre os atores sociais e a dinâmica produzida pelo lugar é algo que pode ser compreendido como singular, chamando

atenção para pesquisas realizadas sobre o espaço.

Para compreender a dinâmica territorial existente no Morro do Castro dialogamos com os geógrafos Marcos Sequet e Claude Raffestin, o primeiro trabalha o conceito de território dentro de uma vertente que prioriza novas possibilidades de alternativas territoriais

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários” (SAQUET, 2003 apud ALBUQUERQUE, 2009, p.21).

Desde seu surgimento, as favelas foram ocupadas por maioria de pretos e pobres com baixa escolaridade. Não podemos esquecer que há indivíduos brancos também que são 8 moradores do Morro do Castro, mas para esses a pobreza é uma marca temporária, que pode ser apagada com a sua ascensão social. Porém, para os negros, a favela compõe um duplo estigma negro e pobre. Ou seja, ela une a questão racial e também a questão de classe.

Alguns indivíduos que moravam na favela trabalham no centro ou nas áreas consideradas nobres da cidade, regressando a sua casa apenas à noite. Isso também reflete no palco do engajamento nas lutas por direitos sociais, que envolvem constantes reuniões para conversar sobre o caminho que pretendem seguir, para resolver os problemas emergenciais. O cansaço e também a necessidade de sair cedo de casa, pois a mobilidade é um tempo precioso, torna a adesão às lutas uma questão secundarizada ou discutida por poucos, que acabam gastando o seu tempo e também suas vidas para resolverem problemas que são coletivos.

Longe dos olhos do poder político as favelas foram ganhando um crescimento a partir de suas necessidades, o que para as autoridades significava ausência de planejamento, para os moradores significava necessidade. Para abrigar mais uma família que acaba de chegar do Nordeste, era necessário construir mais uma casa. Para o filho que casou também, assim os espaços improvisados possuíam uma lógica, que não era conhecida dos olhos governamentais. Os puxadinhos e as ruas estreitas surgiram, sem planejamento arquitetônico e até mesmo sem a infraestrutura necessária. Alguns eram construídos no sistema de multirão, nos finais de semana, reunindo homens, mulheres e crianças. Lentamente eles começaram a alterar a paisagem da Cidade Maravilhosa e também dos municípios da região metropolitana.

No primeiro capítulo, optamos por analisar a construção histórica do espaço geográfico do Morro do Castro partindo das reflexões sobre as áreas periféricas, à formação das favelas, território de resistência e classificado muitas vezes como áreas marginalizadas e criminalizadas. Para dar início a esse percurso utilizaremos como fio condutor os estudos de Andreilino Campos (2005), pois o mesmo satisfaz os anseios que propomos para iniciar o

caminhado rumo à compreensão da segregação socioespacial em espaços urbanos, para a vida daqueles que habitam esses lugares. Tecemos um diálogo entre Andreino Campos, Clóvis Moura e Flávio Gomes para conhecer o conceito de Quilombo e como as mudanças no espaço urbano transformaram em favelas, algumas antigas áreas consideradas quilombos no perímetro urbano. No segundo capítulo deste trabalho analisaremos a marginalização do Morro do Castro.

Dessa forma, foi importante compreender o conceito de Marginalização e suas características. Recorremos às Perlman (2002), Souza (2005), para compreender a relação existente entre marginalização e tráfico, Barbosa (2013) para conhecer a relação entre as diferentes áreas da cidade e a violência, e também os livros de Milton Santos a Natureza do espaço e O Brasil Território e sociedade no início do século XXI, esse último organizado por ele em parceria com Maria Laura Silveira.

Essas obras citadas desses referidos autores nos ajudam a realizar uma leitura crítica e construir novos olhares aos espaços opacos que estão na vertente São Gonçalo e já os luminosos estão no lado de Niterói, existentes dentro do Morro do Castro. No terceiro capítulo, orientados pelos conceitos de Estabelecidos e Outsiders, desenvolvidos por Nobert Elias e John L. Scotson intencionamos fazer uma união entre a teoria apresentada pelos autores com os dados recolhidos nas entrevistas concedidas pelos moradores do Morro do Castro. Escolhemos esse livro por ele apresentar uma análise social do espaço periférico, que segundo o discurso oficial era uma área violenta.

Por fim, analisando os fatores que provocam a formação da segregação socioespacial nas áreas periféricas à formação das favelas. Vale ressaltar que os entrevistados foram estimulados a se sentirem à vontade para darem suas opiniões sobre os temas e as questões relacionadas com o objeto de estudo.

1. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO BAIRRO MORRO DO CASTRO

Nesse primeiro capítulo, optamos por analisar a construção histórica do espaço geográfico do Morro do Castro partindo das reflexões sobre as áreas periféricas à formação das favelas, território de resistência e classificado muitas vezes como áreas marginalizadas e criminalizadas.

Para dar início a esse percurso utilizaremos como fio condutor os estudos de Andreilino Campos (2005), pois o mesmo satisfaz os anseios que propomos para iniciar o caminho rumo à compreensão da segregação socioespacial em espaços urbanos para a vida daqueles que habitam esses lugares. Dialogamos ao decorrer do trabalho com outros autores como Milton Santos (2001); (2007); (2014), Conceição Evaristo (2006), Jailson de Souza e Jorge Luiz Barbosa (2009 e 2013).

Nossa escolha do Morro do Castro na pesquisa foi por causa das redes de solidariedade construídas pelos moradores, como estratégias de resistências frente às ausências de políticas públicas, que deveriam ser ofertadas pelo município de São Gonçalo.

A pesquisa investigar ausências dos serviços públicos entre os moradores do município de São Gonçalo que residem na localidade. Como também as relações de solidariedade estabelecidas entre os moradores do Morro do Castro, tomando como ponto de partida o modo como eles utilizam esses recursos para superar as dificuldades provocadas pelas ausências dos serviços públicos.

1.1 Do surgimento de um bairro: As origens do Morro do Castro

O aparecimento do interesse de investigar o surgimento do Morro do Castro partiu do envolvimento de laços afetivos, iniciados no período de graduação onde os primeiros contatos aconteceram. Essas anotações pré-existentes foram restabelecidas através das idas e vindas do trabalho de campo. As trocas de informações com moradores se deram por meio da escuta de relatos do dia a dia do cotidiano de algumas pessoas do lugar.

Albuquerque (2009) desenvolveu um estudo empírico no Morro do Castro e partindo de um ponto de vista que foi apresentado nessa pesquisa é possível assinalar o início de uma comunidade habitacional, com projetos não terminados, o que caracteriza formalmente uma vivência por quase todas as comunidades carentes pelo Brasil. A história de formação do

Morro do Castro é retratada de igual modo a outras comunidades, tornando-a semelhante na maneira de pensar a carência de políticas públicas voltadas para o bem-estar da população.

O bairro Morro do Castro encontra-se numa área periférica, na época do Brasil Colônia, serviu como rota de tropeiros vindos da Região dos Lagos para a Baía de Guanabara. Durante as décadas de 1920 a 1940 era formado por três fazendas: a Fazenda Castro Alves, Fazenda Cruz Nunes e Fazenda do Pau Ferro. A Fazenda Castro Alves pertencia ao Senhor Castro e em 1930 foi dividida em duas (Castro Alves e Maria Clara). Essas fazendas passaram a ser arrendadas a pequenos colonos.

Em 1942, a Imobiliária Ary e Silveira comprou uma parte de terra e oficializou na Prefeitura São Gonçalo, denominando-se o loteamento Tenente Jardim, em 1947 a Imobiliária Bela Vista comprou a outra parte dessas terras. Assim surge o loteamento denominado Bela Vista, onde foram construídas seis casas modelo, porém a continuidade desse modelo não aconteceu, mas vários lotes foram vendidos.

No início do século XX, o município gonçalense viveu um momento de grandes mudanças decorrentes da industrialização da Região por causa das primeiras fábricas. Segundo Albuquerque (2009), existe uma relação entre o impulso imobiliário responsável pela criação do condomínio Belo Vista e o processo de industrialização.

Alguns lotes foram vendidos, embora só tenham sido construídas essas seis casas modelo. Um dos projetos do condomínio foi a construção de uma piscina com água natural, vinda da nascente do Rio Bomba. A piscina foi aterrada, nos relatos das fontes em meados da década de 1960, e hoje é a Praça Belarmino de Mattos, em que se localiza a Escola Municipal Djair Cabral Malheiros (ALBUQUERQUE 2009).

Por volta de 1970, os moradores da comunidade da favela do Sabão, que se localizava na subida da Ponte Rio Niterói, onde atualmente está o Hipermercado Extra, tiveram que abandonar a área devido à construção dos anexos à Ponte Rio Niterói. Eles foram levados para o Morro do Castro pelos militares que dirigiam o país nesse período. Alguns desses novos moradores mais tarde, compraram seus terrenos em definitivo e posteriormente venderam sem ter em mãos nenhuma documentação legal. Tal fato mostra o processo de ilegalidade.

Nos anos 70, os moradores da Favela do Sabão, ou Favela Maverói, (região situada no município de Niterói) foram obrigados a abandonar esta área devido à construção de viadutos anexos à Ponte Rio-Niterói. Grande parte desses moradores alocaram-se no Morro do Castro ocasionando um crescimento demográfico muito grande neste, caracterizado por sua heterogeneidade. Essas pessoas ocuparam o espaço desordenadamente em barracas de lona ou ainda de

sarrafos de madeira, enfim utilizando-se de qualquer artifício que permitisse sua sobrevivência. [...] A história local também nos apresenta uma contradição: um espaço que se destinaria a residências de classe média, uma região bucólica e tranquila após a “falência” da construtora e o crescimento da população local, após a década de 70, transforma-se em uma região de “favela”, passando a ser vista enquanto um lugar perigoso, violento. Essa mudança de foco se dá principalmente pela situação econômica e social das pessoas que passam a habitar a região após a “falência” do projeto Bela Vista e, principalmente, com o deslocamento dos moradores oriundos da Favela do Sabão para o bairro do Morro do Castro (ALBUQUERQUE, 2009, p.29, p.30).

Pretendemos dizer que, a partir do auxílio da citação, a construção do bairro do Castro ocorreu em etapas nas quais ao longo do tempo foram marcadas por diferentes formas de ocupação. Não podemos esquecer que ao remanejar indivíduos da favela do Sabão para o Morro do Castro evidencia-se a questão econômica dos habitantes do lugar. A ausência na continuidade de construção das primeiras casas também nos revela o baixo poder aquisitivo daqueles que viviam no lugar. Defendemos aqui nesse trabalho que, o padrão não foi seguido devido ao alto valor dos materiais empregados na construção das primeiras residências, e também, pela distância cultural do modelo proposto pela imobiliária do modelo de habitação que os moradores pensavam ser mais barato, viável e que possuíam uma identificação sócio cultural voltada para o padrão idealizado para o público alvo que era voltado para compradores de alto poder aquisitivo.

As causas dos problemas vivenciados dentro desse bairro são comuns nas periferias urbanas e é objeto de estudo de inúmeros pesquisadores que buscam averiguar o “Espaço Urbano”. Segundo Corrêa (2004), para definir “espaço urbano” deve-se levar em conta que o mesmo pode ser constituído como uma configuração espacial organizada por meio da influência mútua de pessoas e de seu uso. Buscando a recuperação da história que não foram contadas e dessa forma geraram pouca compreensão da organização do espaço urbano periférico. As narrativas construídas criaram espaços periféricos, “espaços opacos”, sem visibilidade, produto da lógica capitalista que atribui valor diferente para as áreas da cidade.

Para entendermos a importância do espaço geográfico do município de São Gonçalo, dentro da perspectiva de Corrêa (2004) sinalizamos que o espaço urbano, do município de São Gonçalo encontra-se fragmentado em diversas áreas divididas no aspecto socioeconômico.

Esses fragmentos urbanos não são isolados, ao contrário, possuem uma articulação, que podemos analisar através da mobilidade de pessoas e de capital são articulados, pois entre eles ocorrem relações espaciais. O exemplo são fluxos de veículos e de pessoas, circulação de investimentos e deslocamentos diários para o trabalho e escola que os Gonçalenses fazem dentro e fora da sua região com outras áreas adjacentes como o caso com Niterói, Itaboraí, Tanguá e para outras regiões mais distantes como a cidade do Rio de Janeiro. São Gonçalo

ainda apresenta características de cidade dormitório, pois muitos trabalhadores realizam movimento pendular, a despeito desse processo temos também deslocamentos menos frequentes como a saída para eventos culturais, saídas ao cinema, shopping, atos religiosos entre outros.

Podemos dizer que o espaço urbano é uma construção social revestido de intencionalidades. Um exemplo são as áreas residenciais, que em determinadas cidades, apresentam uma concepção na qual propagam configuração aguda de segregação, refletindo a desigualdade presente na estrutura social. Essa desigualdade é uma característica estruturante da sociedade capitalista. O espaço urbano também abarca as áreas comerciais e indústrias. Nesses espaços a segregação diminui em nome da exploração da mão de obra. Embora, os cargos de maior prestígio social e poder econômico sejam ocupados por indivíduos oriundos da elite.

As possibilidades que Corrêa (2004) ressalta sobre a fragmentação e articulação que coexistem no espaço urbano acontecem devido à grande diversidade de seus usos. Esses usos interagem entre si e formam relações espaciais estabelecidas com as demais áreas no interior do espaço urbano. No caso do município de São Gonçalo, o espaço urbano apresenta com dificuldades em virtude da precariedade de ofertas de serviços oferecidos pelo poder público que não atende as demandas da oriunda das áreas periféricas da cidade. Em São Gonçalo existe precariedade na oferta de transporte público de qualidade que inviabiliza a mobilidade urbana necessária para uma maior integração dentro da cidade.

Os moradores do Morro do Castro não têm acesso direto ao centro do município de São Gonçalo. O acesso dos moradores ao bairro se dá exclusivamente pelos bairros de Tenente Jardim e Fonseca, que são bairros pertencentes a Niterói. Essas áreas mantêm relações espaciais com o Morro do Castro que se incorpora ao local por meio do processo constante de reorganização espacial que incorpora áreas de fronteiras que pertencem São Gonçalo e Niterói. Por isso, podemos dizer que o espaço urbano, fragmentado e articulado é um conjunto de símbolos constituído por diferentes usos da terra.

[...] Aos proprietários dos terrenos mal localizados, em periferias sem amenidades, resta apenas outra estratégia. Em uma cidade onde existe uma segregação socioespacial, com um setor periférico, não apenas distantes do centro, mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado status, não resta aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra (CORREA, 2004, p.19).

Para o autor, a ausência de interesses de “grupos sociais de elevado status” se justifica pelo mau uso do bom emprego de recursos públicos nas áreas periféricas e isso acabou

excluindo esses lugares de infraestrutura e também da ação da especulação imobiliária.

A perspectiva atual de transformação sócio espacial e ressignificação do lugar com novos arranjos espaciais ajustada a diferentes tipos de redes geográficas dão uma redefinição ao território quando associados às redes sociais. Por isso, espera que a valorização da história local, através dos moradores mais velhos do Morro do Castro, consinta mudanças dos modos de uso do território, o que implica, para além do aparecimento de novos objetos técnicos e, sobretudo, novas possibilidades de ação.

De acordo com a concepção de Rios (2013) sobre a memória, no âmbito de uma construção social, esse conceito pode ser compreendido também como um tipo de relação estabelecida entre o presente e o passado. Simbolicamente, ela é capaz de congelar o tempo por um instante, fornecendo uma imagem bem-acabada sobre determinado momento de nossas vidas, permitindo que ele seja revivido de algum modo por nós. O tempo, no entanto, consiste também numa construção social. Do modo como o percebemos é marcado por padrões e convenções coletivas que organizam a experiência dos indivíduos.

Vale salientar que não podemos esquecer que a ocupação do território de forma desordenada causa alguns problemas, entre eles o deslizamento de terras das encostas. Tavares (2014), outra pesquisa analisada para coleta de dados, relata sobre os deslizamentos de algumas encostas dentro do bairro.

Segundo Tavares (2014), na Rua Bento Pestana, na parte mais alta, conhecida como Morro da Bandeira, havia registros coletados junto aos órgãos municipais que mostravam casos de deslizamentos felizmente sem vítimas. Embora o lugar seja localizado em uma área muito íngreme de difícil acesso. Por isso não houve ocupação humana, enquanto a base da encosta onde estão concentradas as residências da maioria dos moradores os estragos foram mais significativos.

Os resultados de pesquisas de autores que analisaram anteriormente o espaço geográfico do Morro do Castro e as informações coletadas em trabalho de campo no início de 02 de janeiro de 2019 nos mostram que, o processo de ocupação somado a outros fatores como ausência de rede de drenagem, a retirada da cobertura vegetal e cortes ao longo do terreno, somado a um projeto ineficiente de infraestrutura têm, segundo Tavares (2014), contribuído para vulnerabilidade dos bairros que formam a Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro, são responsáveis pelos pontos de deslizamentos.

Os relatos de um morador quando questionado sobre as ocorrências de casos de deslizamentos dentro do bairro, nos explicou que alguns desses casos estavam diretamente ligados ao passado de irregularidade de coleta de lixo no Morro do Castro. Ele nos informou

também que, essa realidade se modificou devido à coleta de lixo se agora acontece com maior eficiência.

Outro fato de grande importância é que seus estudos relacionados aos impactos ambientais dentro do Morro do Castro serviram não apenas para sinalização de casos de deslizamentos, mas também um alerta para a necessidade do crescimento da consciência para a importância da implantação de projetos voltados para educação ambiental, por parte da municipalidade gonçalense.

No que se refere a questão da necessidade de um planejamento urbano sustentável para a localidade citaremos o ordenamento territorial Andrade & Ribeiro (2014), uma vez suas informações nos contam que o planejamento, o controle do uso, fragmentação do solo através do desmembramento dos lotes urbanos e da ocupação dos mesmos está a cargo do poder municipal. Segundo a Constituição Federal, desde que estas não entrem em discordância com as leis federais e estaduais vigentes, nas cidades onde o crescimento populacional ultrapasse mais de 20.000 habitantes, se faz necessário por parte da Câmara Municipal a implantação de um plano diretor, que servirá como um instrumento básico, para nortear as políticas de desenvolvimento e expansão urbana dentro das cidades.

Nos termos do Novo Código Florestal (art. 4º, inciso I), são Áreas de Preservação Permanentes (APPs) aquelas localizadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será “de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; e de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura”; no inciso IV, “as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros”, dentre outras (Brasil, 2012, apud ANDRADE; RIBEIRO, 2014 p.64).

A citação feita anteriormente, nos ajuda como uma referência para atuação onde o cuidado seja realizado com a seriedade e com o objetivo de preservação permanente das nascentes de rios, esses devem estar em constante vigilância, por isso, a Lei Estadual de nº 3239, de 02 de agosto de 1999 (Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências). Sua criação estabelece a organização de comitês, para a formulação de atuações em conjunto com o Poder Executivo, com objetivo de definir critérios de preservação e do uso das faixas marginais de proteção de rios, lagoas e lagunas. (ANDRADE e RIBEIRO, 2014).

Chamamos à atenção a importância da participação mais efetiva na construção de um Plano Diretor. Segundo Andrade & Ribeiro (2014) deverá ser constituído de maneira coletiva,

pois o planejamento do uso do solo por ser de competência municipal é muito importante levar em consideração as questões ambientais que no caso do Município de São Gonçalo apresenta-se de forma vulnerável. A seguir será apresentado o quadro da distribuição do tipo de uso e cobertura de solo no Município de São Gonçalo. Onde cerca de 40%, do uso do território do município é constituído por paisagens degradadas e ocupações de residências irregulares.

Nos anos de 1980, a gestão pública queria a criar um projeto de instalação de um aterro sanitário na região, com a função de receber o lixo produzido pela população de São Gonçalo e Niterói. Para dar viabilidade a esse projeto de instalação de um aterro sanitário ruas foram criadas e calçadas como também houve a instalação de redes de fornecimento de água e de eletricidade. Houve na época, uma grande mobilização por parte de moradores e ambientalistas, que se uniram contra a instalação desse aterro sanitário, pois traria grandes impactos ambientais. Reforçamos nossos argumentos sobre a importância de pensar o conceito espaço e o território, como forma de compreender melhor os conflitos existentes nos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais. Na última década do século XX, ocorreu um aumento do fluxo de capital, o que possibilitou uma ampliação da relação do território nacional com o capital internacional, promovendo maior integração de alguns indivíduos que se beneficiaram dessa modernização, diversificando infraestruturas, como redes de transportes, sistema bancário, portos.

Segundo Santos (1997), a interação com o espaço também pode acontecer através da “realidade relacional” que quando associada com o contexto sócio histórico da cidade pode dar sentido a outras realidades, quando interatua com a natureza e a sociedade e essas se materializam com o trabalho, proporcionando alterações constantes dentro do espaço geográfico. Diante da possibilidade de realizar escolhas compatíveis com aspectos que envolvam ponto de vista de [...] *possibilidade do homem livre, da liberdade de escolhas, muito embora esta fosse relativa, já que os ofícios eram regulamentados pelas corporações* (SANTOS, 1997, p.19), gerando probabilidade de [...] *sementes de liberdade*. (SANTOS, 1997, p.18).

Dentro do espaço geográfico o território expõe além dos elementos da natureza, como também, junta às relações sociais, que podem ser espaços produzidos pelos relatos de experiências dos moradores mais antigos e suas memórias, sobre a própria história traçando um eixo entre o passado e o presente no aspecto sociocultural, na preservação de valores e na construção de identidade. É imprescindível uma investigação de modo a se estabelecer uma trajetória para a probabilidade da busca pela preservação da oralidade como forma de guardar

a memória coletiva dos primeiros moradores do Morro do Castro.

Lefebvre (2006) é um teórico que buscou compreender a produção de espaço e tempo, seus estudos tornaram-se base de entendimento para o processo que envolve a diversidade dos seres humanos. Sua teoria fundamenta-se no princípio de que "o espaço é um produto social". O homem produz significativas intervenções, tanto na natureza, quanto na sociedade, ou seja, não existe nada na história que não tenha sido modificado pela ação humana.

Com isso os “espaços de representação” também são formados por simbologia e imagens, por aqueles moram neles e formam “espaço vivido” onde produz e reproduz a sua vida, no entanto a produção do espaço tem implicações na natureza devidas a atuação capitalista. No Morro do Castro as modificações ocorrem de forma desordenada devido à expansão irregular de moradores no lugar.

A partir das inquietações de Lefebvre (2006) no que diz respeito a dominação do “espaço-natureza” ponderações surgem sobre condicionamento da interferência humana, sobre o espaço natural o que causa formação do “espaço social” que passa a constituir, segundo Lefebvre (2006), relações biológicas com a força de trabalho e as relações sociais de produção. Os subsídios para compreender a “produção do espaço”. Para o autor, esse pode ser apresentado ao mesmo tempo em que é analisado e pode ser vanguardista sendo assim há níveis distintos para concepção do real dentro desse espaço. O autor entende o conceito de espaço como algo que pode unir o intelectual e o cultural, o social e o histórico podendo ser determinado em diferentes escalas.

Para Haesbaert (2004), o território se constrói histórica e socialmente fundamentado a partir das relações de poder que podem acontecer de maneira concreta ou simbólica. No que se fazer referência ao Morro do Castro outras releituras são de grande relevância para entender a construção territorial do lugar. Portanto, é de fundamental importância delinear as informações apresentadas até esse momento e dar ênfase às singularidades já expostas sobre território e espaço. E assim, admitir que seja através de ambos os conceitos que se dá a construção identitária desses sujeitos moradores dessas áreas periféricas. Por isso, essa identidade é constituída através da resistência.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa e buscamos suporte no estudo sobre a geografia humana utilizamos os estudos de Santos (2014), para nos auxiliar na compreensão da a construção e dos reflexos da pobreza nos espaços urbanos.

Quando, diante da situação explosiva das cidades e em face da proximidade das eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais, neste caso sem aspas. A normalidade

estabelecida para os mais pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudointelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades (SANTOS, 2014, p.62).

Na citação feita anteriormente, o referido autor, nos apresenta o caminho trilhado por políticos na construção de habitações populares. Segundo o autor, o crescimento das cidades foi acompanhado do crescimento da desigualdade socioeconômica, essa refletiu sobre o espaço, sobretudo na construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. Elas possuem dimensões que as diferenciam das casas e apartamentos da classe média. A dimensão menor é também uma forma de segregação espacial, que nasceu conjuntamente com o crescimento desordenado das cidades.

Vale ressaltar que os espaços segregados são constituídos por inúmeras carências que serão apresentadas ao longo desse capítulo com a ajuda de um recorte espacial, as consequências deixadas pelo Estado para uma parcela da população que foi excluída, ou melhor, discriminada. E nesse caso, algumas evidências nos levam a pensar que em sua maioria, essa população é formada por negros e negras.

Esses espaços foram estigmatizados, primeiro por ser destinado à classe trabalhadora. Em segundo lugar por sua localização em áreas periféricas, algo que retomaremos mais à frente. O aumento das desigualdades e a persistência da pobreza dentro das periferias urbanas é uma das permanências do passado. No entanto, as questões raciais são ocultadas. Não discutimos com profundidade as questões raciais, na periferia, pois alguns intelectuais brasileiros, orientados pelo pensamento marxista, pensa primeiramente no problema da classe e não conseguiu ainda fazer uma equação, onde os dois conceitos recebam o tratamento adequado, possibilitando a compreensão dos espaços periféricos com maior densidade. Não discutir as questões étnico-raciais é uma forma de impedir a formação de consciência racial nos moradores. Eles sabem que são negros. Mas somente isso não é o suficiente para a formação da consciência racial. É necessário aprofundar a discussão sobre o falso mito da Democracia Racial, pois ele impede a formação de que aos negros e negras, muitos direitos foram historicamente negados.

Dentro de algumas Associações de Moradores de bairros surgiram debates sobre questões étnico-raciais, reafirmando laços de pertencimento com sua ancestralidade e também elevaram negros e negras à liderança. Tomamos como exemplo, Benedita da Silva, que iniciou a sua trajetória política como liderança da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira. Não podemos esquecer também de Jurema Batista, que foi líder da Associação de Moradores do Morro do Andaraí no Rio de Janeiro. Marielle Franco, também

começou sua trajetória na política na favela da Maré, seus discursos não apontavam apenas a questão de classe, mas também a questão étnica dos moradores da favela. Três mulheres, de gerações diferentes, mas que nos ajudam a pensar a importância da discussão racial aliada à questão da pobreza e incentivo de lutar contra o racismo estrutural ainda presente na sociedade.

O uso da obra de Campos (2005) se deu pela análise relevante em seu trabalho e o seu mergulho na História, indicando que alguns desses territórios surgiram por meio de apropriações espaciais, oriundas de espaços de resistência de quilombolas.

1.2 O Quilombo: A Sua Importância na compreensão da formação socioespacial

O quilombo surge dentro da literatura de Andreilino Campos como uma das opções de análise, possibilita à compreensão que em um único processo de formação socioespacial pode abranger cultura, política, discriminação, segregação espacial e, fundamentalmente, a criminalização dos mais pobres.

[...] A partir daí, tendemos a afirmar que algumas dessas apropriações espaciais, sobretudo aquelas próximas às freguesias urbanas, ao perderem a função de espaço de luta-resistência- e tendo em vista a Abolição, continuaram a ser ocupadas, transmutando-se posteriormente em favelas (CAMPOS, 2005, p.51).

Salientamos que a maioria da população negra não teve as mesmas oportunidades sociais e econômicas que a população branca. A ausência de oportunidades se materializa na negligência do Estado. Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a “estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras.. Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mas a favela esconde parte dessa diferença étnica. Negros, brancos, “paraibas”, “baianos”, entre outros atores sociais, são, antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral, pelos formadores de opinião, como pertencentes à “classes perigosas”. Entretanto, sem dúvidas, o estigma, apesar de ser generalizado, atinge, sobremaneira, o negro e, de modo mais virulento, o negro favelado (CAMPOS, 2005, p.63).

Para referido autor, as vulnerabilidades sociais existentes nesses espaços e os tornar mais propícios a serem subordinadas ao controle de diferentes grupos, entre eles as organizações criminosas, que acabam se associando às atividades ilícitas como tráfico de drogas, joga de bicho e ainda a construção e expansão imobiliária em espaços não legalizados.

Atualmente esses últimos exemplos, citados, estão sob comando de grupos de milicianos e eles atuam principalmente nas periferias dos centros urbanos.

Embasado em Campos (2005), acreditamos que a expansão dos espaços que conhecemos como favela nas cidades é em sua grande maioria, originado de uma continuidade do “espaço quilombola”. Para entender a gênese da questão do déficit habitacional e a concentração de população negra nas áreas faveladas é importante entender que esse processo antecede a organização dos espaços periféricos. E as favelas são consequências de uma complexa estrutura formada a partir da negligência e tensões das ações do Estado e as disputas de interesses de segmentos pelo controle do espaço urbano.

Os quilombos são espaços que passaram a existir desde quando a população africana foi retirada do continente africano. Esses territórios foram habitados por cativos fugidos que buscavam por liberdade. O Estado em diferentes momentos lutou para extinguir esses espaços de resistência. Entretanto, não foi capaz de extingui-los definitivamente e alguns espaços quilombolas se transformaram em espaços favelados e incorporados tanto aos espaços urbanos e também aos espaços rurais.

Originalmente, os quilombos, segundo MOURA (1987:11), estavam presentes em toda a América, desde a implantação do sistema escravagista de produção. A denominação surgiu, de acordo com o autor, em função de uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino (1740) ao rei de Portugal. Ao responder à consulta, o rei entendeu que toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles, é considerada quilombo. Para SODRÉ (1988:64), o quilombo não foi apenas o grande espaço de resistência guerreira, mas representava recursos radicais de sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de organização. O quilombo era uma designação de fora: os negros preferiam chamar seus agrupamentos de “cerca” ou “mocambo”. E eram desde grupos isolados no interior do país até morros (dentro da metrópole carioca) ou sítios próximos ao território urbano (id., *ibid.*, p.64) (CAMPOS, 2005, p. 32).

O autor referenciado acima faz menção ao quilombo mostrando, esses espaços, não eram apenas um grande espaço de resistência, mas também um exemplo comunal de vida e modos próprios de organização de sobrevivência dos quilombolas.

Na literatura, de Clovis Moura, descrever registro histórico do primeiro Quilombo, surgiu na segunda metade do século XVI, em 1573, no estado da Bahia sendo destruído no ano de 1575. O autor ressalta que a palavra Quilombo só veio aparecer em documentação oficial a partir da segunda metade do século XVIII. Desde então essa palavra passou a ser usada para designar “comunidades de ex-escravos”.

As informações fornecidas no Dicionário da Escravidão Negra do Brasil de Covis Mouros (2018), definir Quilombo como uma palavra de origem banta que durante a

escravidão se definiu como ajuntamento de escravos fugitivos, ou seja, dos que buscam liberdades.

Essa distinção se deu por causa do processo de resistência brasileiro explicando que essa se apresentava com definição avessa ao termo que era conhecido dentro do continente africano. Em Angola originalmente, a palavra, quilombo desempenhava um papel de base para a instrumentação do tráfico negreiro, pois, esse termo quilombo assinalava um povoado destinado a uma área de moradia de um território submisso dominado. (MOURA, 2013, p. 336).

Outra fonte de embasamento usada por Moura foi os estudos de Décio Freitas, o mesmo destaca que no início das grandes navegações os portugueses tiveram contatos com um grupo tribal dentro da África que não se tem dados precisos acerca sua origem. Os conflitos que sucederam entre os nativos e a coroa portuguesa só terminaram quando eles renderam-se, pondo fim à resistência contra os portugueses.

O quilombo angolano desempenhava assim um papel de base e instrumento do tráfico negreiro. O quilombo dos negros brasileiros, enquanto isso, foi um baluarte na luta e resistência contra a escravidão. O termo “quilombo” se vestiria evidentemente de um significado sinistro para os negros, muitos dos quais haviam sido reduzidos à escravidão e vendidos exatamente naqueles ergástulos. Não é verossímil que batizassem de quilombos os seus bastiões livres. Já para os senhores de escravos, aquelas aglomerações de negros deviam evocar os quilombos angolanos – viveiros e depósitos de escravos. Os senhores, e não os escravos, é que devem ter adotado o termo quilombo. O uso consagrou-o, impondo ainda hoje o seu emprego, feita a reserva em que nenhum sentido se tratava da mesma coisa. (MOURA, 2013, p.336).

A pesquisa de Décio Freitas tem grande importância em virtude da dimensão geográfica do território nacional. Isso devido porque os quilombos dentro do país se subdividiram em sete tipos distintos. Os agrícolas foram os que mais se desenvolveram e se expandiram por várias regiões brasileiras.

Na região Norte por causa do clima equatorial na Amazônia e contatos com indígenas surgiram os quilombos mercantil e extrativista com a finalidade de extrair as drogas do sertão¹ também relatos de surgimento de quilombos mineradores com a função de extração de metais preciosos. Enquanto nas regiões Centro-Oeste e na região Sul surgiram os quilombos pastoris voltados para criação de gado extensivo enquanto nos centros urbanos e suburbanos concentraram os quilombos de serviço e os quilombos classificados como predatório esse último era voltado para práticas consideradas desonestas ligadas a pequenos furtos. (MOURA, 2013).

¹ Segundo Dicionário Michaelis - Drogas do sertão é um termo que se refere, HIST: produtos (cacau, canela, cravo, pimenta etc.) que, no Brasil colonial, eram obtidos pela atividade extrativa na Amazônia. (DROGAS DO SERTÃO. In: DICIONÁRIO Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis Online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/droga/>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

Nesse momento acrescentaremos outras significações sobre o conceito de quilombo localizado na investigação de Flávio Gomes (2013). E uma dessas definições surgiu nos anos 80 em uma enciclopédia denominada “Dicionário Enciclopédico Larousse” nela a definição quilombo era dada como “uma casa ou lugar no mato onde escravos fugidos se refugiavam” outro sentido também fora destacado pelo o autor, o mesmo, apresentou em seus estudos o conceito de quilombo formulado pelo escritor Edison Carneiro especialista em assuntos ligados a temas afro-brasileiros.

Para Gomes (2013), o “quilombo” era um termo utilizado como um “esforço contra-aculturativo, uma resistência à aculturação europeia a que eram submetidos os escravos nas senzalas”.

Segundo o autor, um exemplo de combate aculturativo acontecia quando os cativos realizavam rebeliões contra o opressor, afirmando ser comum entre os escravos fugidos, se agrupar em bandos reunidos por cativos fugitivos às vezes na mesma fazenda. Alguns deles realizavam protestos, uma clara evidência de resistência, em prol de reivindicações que quando eram atendidas, às vezes, levava os retornarem à condição de cativos. Por isso o autor cita que alguns desses fugitivos acabavam optando às vezes pela criação de refúgios dentro da propriedade onde eram escravizados pelo dono da fazenda. (GOMES, 2018).

Alguns quilombos mais antigos e populosos, que chegaram a se reproduzir ao longo do tempo, mantinham economias estáveis. Em tais casos, além dos cultivos para subsistências, produziam excedentes e realizavam trocas mercantis com vendedores locais, Esses quilombolas acabavam sendo reconhecidos como roceiros, uma vez que iam aos povoados circunvizinhos comercializar, comprar pólvora e munição. Alguns deles chegavam até a trabalhar para fazendeiros locais em troca de proteção, dinheiro e mantimentos (GOMES, 2018, p.371).

Portanto, o autor mostra como era a organização dos quilombos e isso nos ajuda a compreender a complexidade da organização e funcionamento desses lugares. Apresentando também, o cotidiano na medida em que a defesa e continuidade dos quilombos eram ameaçadas surgia a necessidade dos deslocamentos dos quilombolas para outra região. Essas ações foram responsáveis pelo processo de interiorização de alguns quilombos. A seguir utilizaremos uma citação do autor para exemplificar as escolhas estratégicas usadas pelos quilombolas para a escolha de fixação de um quilombo em um território.

Outro fato que o autor se refere foi à logística das atividades voltadas para uma produção auto-sustentável seus excedentes eram comercializados próximos ao seu entorno, a citação anterior, realça o acréscimo populacional de alguns quilombos e o intercâmbio realizado por esses quilombos com as áreas próximas, ou seja, adjacentes.

Como exemplo se teve no passado o nascimento do quilombo de Palmares seu

desenvolvimento e complexidade estava ligada ao desenvolvimento das atividades realizadas internamente produzidas no local.

Mais adiante nesse mesmo capítulo e mostraremos que os espaços quilombolas também se expandiram dentro dos espaços urbanos esses lugares essas nas áreas urbanas foram denominados por Campos como “quilombos periurbanos”.

Também proliferaram os quilombos urbanos, unidades móveis que se formaram no Brasil imperial, principalmente nas grandes cidades escravistas, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Eram espaços de proteção e/ou esconderijo para os milhares de fugitivos notificados na imprensa diariamente. Em 1814, no Rio, falava-se de quilombos na Tijuca; aliás, parte da região seria marcada nos mapas coloniais com a designação “serra dos Pretos Forros”. [...]. Com a proximidade urbana, negociavam os produtos de suas roças e frutas silvestres com taberneiros, viajantes e escravos ao ganho (GOMES, 2018, p.372).

Recorremos ao referido autor Gomes para repensar sobre esse tema polêmico e atual uma vez que ainda a reforma agrária no país não foi realizada. Entretanto, as comunidades remanescentes de quilombos são encontradas na maioria dos estados brasileiros. Apesar do direito à propriedade de suas terras e à manutenção de suas culturas assegurada pela Constituição Brasileira de 1988 ainda persistem os conflitos entre fazendeiros, posseiros e quilombolas.

Para um amplo entendimento se faz necessário enfatizar a formulação de titulação de posse de propriedade aos herdeiros remanescentes de quilombo o artigo n.º 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, nesse artigo se afirmou que os critérios para classificar os “*remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos...*”

Esse artigo na Constituição Federal de 1988 mostra-nos importância para entendimento, sobre a compreensão do conceito quilombo para formulação de uma base técnica para o processo de organização de Relatório Técnico-científico sob a base jurídica para constituir titulação de posse das terras para as pessoas que ocupam essas áreas que no passado serviram de abrigo a cativos fugidos. A discussão a respeito desse tema gera conflitos e seus descendentes atuais necessitam comprovar suas ancestralidades tanto para os povos indígenas quanto para os descendentes de ex-escravizados.

[...] Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de “terras de preto,” ou “território negro,” tal como é utilizada por vários autores, que enfatizam a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um

território e de uma identidade.(SCHMITT, TURATTI E CARVALHO, 2002, p. 03).

Percebemos na citação acima conteúdos que tratam sobre temática nos mostram que inúmeros são os interesses envolvidos. Gomes (2013) nos mostra as inúmeras perspectivas envolvidas nessa trama tais como identidade, territorialização e auto-reconhecimento das comunidades quilombolas e os embates que se dão por causa das propensões envolvidos a questão agrária.

A seguir uma citação de um artigo escrito por Gomes em parceria com Yabeta (2013) titulado “*Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia)*”. Colocar em pauta a problematização sobre a questão através de perguntas que nos convida a expandir nosso diálogo com o campo das Relações Étnico Raciais.

[...] Quem define que uma comunidade rural negra é remanescente de quilombo? Tão somente sua história, cultura, memória social e identidade autodeclarada de sua população? Ou a burocracia do Estado, com ações de comprovação documental, perícia e laudos antropológicos, históricos ou arqueológicos (GOMES e YABETA, 2013, p. 80).

Os pontos que foram apresentados nos permitem ampliar o entendimento sobre os fatores históricos que estão ligados à pobreza tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas dentro do território brasileiro. O reconhecimento da demarcação e posse da terra aos remanescentes dos espaços quilombolas é direito que perpetra reparação histórica.

Campos (2005) destacar seus estudos sobre as estruturas espaciais estigmatizadas que deu origem às favelas e nos mostra a vulnerabilidade social na qual vive uma parcela significativa, da população negra, e sua centralização nas áreas periféricas das Cidades. Essa realidade é um retrato do contexto histórico de aprisionamento socioeconômico herdado pelas ausências do Estado em investimentos sociais para essa população.

[...] A favela, como espaço transmutado, adensou-se de forma significativa à medida que a reforma do espaço urbano do Rio de Janeiro avançava no sentido de adequá-lo aos investimentos capitalistas. Se, por um lado, a cidade ganhava as feições de modernidade (ABREU, 1988), deixando a cada vez mais parecida com as cidades européias (SODRÉ, op. cit), de outro lado incrementavam-se cada vez mais os núcleos favelados com a extinção de áreas de cortiços que ainda abrigavam populações pobres, principalmente negras egressas de cativeros (CAMPOS, 2005, p.24).

Campos (2005) refere-se a segregação socioeconômica e espacial na qual deu origem à realidade das favelas como “*espaços transmutados*” porque no passado alguns desses lugares eram áreas de quilombo. A partir desse entrosamento fica possível

compreender que o processo de marginalização foi fomentado pelo fato que no passado esses territórios abrigavam uma população que necessitava residir próximo aos locais de trabalho e parte desses moradores eram constituídas por pessoas cativas fugidas das áreas de quilombos periurbanos².

Essa concentração de escravos na metrópole possibilitou a ocupação de áreas que ainda estavam desabitadas, entre as quais os sítios próximos à área central ou aquelas localizadas nas freguesias rurais. Os charcos, as encostas de morros, sobretudo as que apresentam coberturas florestais, serviram como lugares (ocultos) para a construção de mocambos e abrigavam um contingente variado de etnias-desde escravos fugitivos, libertos, a brancos com algum problema de ordem legal, e outros-em cada um deles (CAMPOS, 2005, p. 33).

Na medida em que crescia as atividades dentro do espaço urbano na metrópole aumentava a concentração demográfica, com isso passou a existir uma demanda por moradia. Sendo assim novos lugares passaram a ser utilizados para suprir a carência de moradia para essas pessoas que passaram a ocupar áreas de encostas, devastando a vegetação natural e ocupando sítios adjacentes as áreas centrais causavam o aparecimento e a expansão dos subúrbios nas áreas consideradas como espaços rurais.

Na pesquisa de Campos (2005) localizamos elementos retirados de estudos desenvolvidos por Flávio Gomes essas informações encontram-se na análise sobre quilombo localizado no Andaraí, região pertencente a Tijuca zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Os dados apontam investigações desenvolvidas pela polícia da Corte Imperial onde se afirmavam a existência de um quilombo naquela localidade. As dificuldades de acesso da região, formada por uma topografia íngreme, possibilitava proteção aos que viviam nesse território. (CAMPOS, 2005, p.34).

Essa localidade nos dias atuais apresenta grande concentração de favelas que cercam a Tijuca, no passado esse local era refúgio de grupos quilombolas, se tornou um reduto notório na zona norte do Rio de Janeiro como um bairro inseguro por causa de violência urbana dessa região. Essa insegurança é atribuída às favelas e também os moradores que são depreciados por vivem nesses lugares sendo caracterizados como favelados e são marginalizados.

Salientamos a importância do conhecimento do território para os cativos fugidos das senzalas das propriedades adjacentes a capital do império. Esses indivíduos apropriaram-se do espaço, territorializando e transformando-o em território quilombola. Campos (2005) institui uma proximidade conceitual com território. Para isso utilizou a definição do território como *“um território pertencente a alguém”* justificando essa escolha por meio da uma

² É uma expressão utilizada no destinada a quilombo em áreas que se tornaram urbano.

proximidade desse sentido com “*pertencimento*”.

Continuaremos a tratar da proximidade estabelecida entre território e pertencimento, designando a subjetividade de uso do conceito “território”, por Campos (2005) que destaca as múltiplas possibilidades que o conceito de território pode ter. Como por exemplo, a questão territorial, esse desdobramento do conceito de território, também a influência no desenvolvimento identitário e na apropriação espacial através da internalização do sentimento de coletividade para um determinado grupo agregando a esse grupo uma construção identitária sobre o pertencimento ao lugar.

O pertencimento surge com a integração dos laços identitários que são construídos com a vivência dos que habitam esses lugares através do convívio dos grupos sociais que buscam por alternativas de sobrevivências frente as demandas que são comuns aos lugares que possuem ausências de acrescentamentos sociais (escola, posto de saúde, rua asfaltada) que são fundamentais para o bem estar dos que moram em lugares marginalizados. A mobilização por parte de alguns grupos sociais vem promovendo transformações de realidades de áreas antes depreciadas e classificadas como lugares violentos e perigosos.

[..] a territorialidade diz respeito, em particular, ao indivíduo e lugar apropriado, a identidade espacial, para ser factível e reconhecida pelos demais grupos sociais, tem a necessidade de, primeiro, ser construída no interior do próprio grupo, dentro de um espírito de solidariedade, e, ainda, uma relação forte com o meio ecológico e as infraestruturas e com os membros de sua “comunidade” (CAMPOS, 2005, p. 37).

Campos (2005) fala sobre a importância dos sujeitos sociais, mostrando que a história individual de uma pessoa ou do grupo social podem ser capazes de influenciar o processo histórico-social de formação de identidade espacial dessa pessoa ou do grupo social que ela faz parte com o lugar.

Para explicar usamos como referência os espaços quilombolas. Entretanto, é importante explicar que a identidade espacial dos quilombolas era tênue por causa da mobilidade constante por causa da precisão de deslocamento espacial. A inconstância que era gerada pela necessidade de proteção de seus refúgios dentro da mata promoveu o surgimento de uma ampla rede de solidariedade que permitiu a solidificação das relações entre diferentes agentes sociais e integrantes dos quilombos.

Enquanto a territorialização de negros fugitivos se dava próximo às áreas habitadas, pequenas povoações interioranas, o mesmo não se poderia dizer da territorialidade, considerada um dos principais passos para o desenvolvimento da identidade espacial do grupo com espaço apropriado – atributo que se liga ao sentimento coletivo. Se, por um lado, o território é uma objetivação multidimensional da apropriação do espaço (CARA, 1994:262; CORRÊA, 1994:252), por outro a territorialidade refere-se à qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base

em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida (CARA, op. cit., p.292) (CAMPOS, 2005, p.36).

As redes de solidariedades funcionavam como base de resistência ao sistema escravocrata, ajudando diretamente e indiretamente os negros fugitivos que viviam clandestinamente nos quilombos. Dentro da dinâmica das atividades econômicas desenvolvidas nas localidades próximas a cidade as redes de solidariedade surgiram como uma complexa rede que ligava “*os mocambos*” o nome que os quilombolas preferiam chamar seus agrupamentos, ou seja, seu lugar de vivência com o mundo externo.

Sobre o funcionamento organizacional dos “*mocambos*” apresentados por Campos foram baseadas na fundamentação das análises dos estudos de Flávio dos Santos Gomes, suas pesquisas, abordam as diversas formas de resistência surgidas na sociedade escravista. Percebemos que internalização de identidade em uma rede de solidariedade tornou uma alternativa viável para sobrevivências de grupos sociais em lugares que se concentram aqueles que estão vivendo o processo excludente.

Para Campos (2005) a organização de um conjunto de relações estabelecidas entre os vários atores que faziam parte dessa rede formada por grupos quilombolas e o entorno só foi possível por causa das redes de solidariedade que existiam dentro da sociedade escravista.

O movimento dos quilombolas, além de se constituir numa resistência ao sistema escravagista, participava do movimento de expansão da cidade. A proximidade dos quilombos com as áreas habitadas, tanto nas freguesias urbanas como nas rurais, fazia com que essas estruturas espaciais, de temporalidade flexível, funcionassem como ponto avançado das redes de comunicação entre os diversos atores envolvidos no processo. Ao menor sinal de invasão, ativavam-se os fluxos de informação, avisando do iminente perigo. Informados, os quilombolas armavam estratégias, que geralmente surpreendiam os responsáveis pela operação. O quilombo, depois de descoberto o sítio onde estava localizado, era incorporado pela cidade, que lhe dava destinação diversa. Como o mocambo pertencesse a uma freguesia rural, é provável que a incorporação fosse feita pelos proprietários de terras locais (CAMPOS, 2005, p. 39-40).

Nessa citação mostra a importância da pesquisa desenvolvida pelo autor que ressaltar que a dinâmica da rede de solidariedade foi responsável por constante deslocamento dos quilombolas proporcionando o aparecimento de um fluxo migratório que ajudou na ampliação dos espaços urbanos e que alguns desses espaços se transmutaram em favelas.

Com a citação feita anteriormente buscamos apresentar a proximidade entre os quilombolas e outros indivíduos tais como homens livres e pobres, desmitificando a ideia que havia uma relação de distanciamento. Para fazer essa reflexão Andreilino Campos se apoiou nos estudos realizados por Flávio dos Gomes, Andreilino Campos apresenta uma dinâmica da sociedade que inclui os quilombos, como um lugar que impulsionava uma rede de comércio

que era densa sua análise expondo também como ocorria a circulação de mercadorias entre os quilombolas e alguns comerciantes da localidade próximos aos “mocambos”.

A literatura de Andrelino Campos aponta também as tensões, especialmente as locadas em áreas urbanas, que existiam entre os territórios quilombolas, áreas ilegais, e o Estado mostrando a complexidade e gênese do problema que traz reflexões nos dias atuais as disputas territoriais que acontecem nessas áreas que são marginalizadas.

As relações do Estado com as populações que ocupam os chamados espaços ilegais foram sempre muito tensas, deixando sempre margens de dúvidas sobre como um ou outro reagiria a determinada ação. A falta de democratização das decisões sobre o local de moradia criou, ao longo do tempo, disputas entre os vários segmentos sociais e, obviamente, os mais pobres tendem sempre a perder o local de moradia (CAMPOS, 2005, p. 41).

O diálogo que estabelecemos até o presente momento com autores que fazem uma abordagem às questões raciais tem por finalidade compreender a constituição de espaços periféricos e entender os fatores responsáveis pelo aumento gradativo da exclusão sócio espacial e formação de lugares estigmatizados.

Infelizmente o Estado adotou medidas indenizatórias apenas aos proprietários dos escravos alforriados no final do século XIX. Enquanto os que foram alforriados, os negros continuavam sofrendo preconceitos por parte da sociedade e mesmo depois de sua nova condição, após a instituição da Lei Áurea, de libertos não os isentavam das injustiças sociais.

Se o acesso à terra foi legalmente vedado a um determinado segmento social, a questão fundiária sempre foi tratada como uma questão policial. O resultado é que massas de alforriados, juntamente com brancos pobres, deslocaram-se para as cidades ou para os quilombos periurbanos ou rurais. Na cidade, os negros ocuparam inicialmente os cortiços, no caso do Rio de Janeiro, ou se tornaram quilombolas em áreas periurbanas (CAMPOS, 2005, p. 42).

Ao fazer menção do não acesso à terra para os recém libertos feita na referência anterior o autor chama atenção para o direito à terra. Para Campos (2005) essa medida pode ser compreendida mediante a necessidade de se garantir uma reserva de mão de obra nas áreas urbanas para exercer funções trabalhistas dentro do setor industrial.

A consequência direta dessa exclusão foi o impedimento da formação de um campesinato negro voltado para produção agrícola em moldes de uma agricultura familiar. O caráter excludente também se deu em ambiente urbano quando também negros foram impedidos de exercer funções laborais de atividades com maiores remunerações salariais ou prestígio social nas cidades limitando eles a possibilidade de mobilidade social.

Campos (2005) problematizou a realidade vivida pelo negro liberto. Na medida em

que era restringida a mobilidade social desse grupo étnico, eles também eram impedidos de participar da vida política do país, isso porque apenas podiam votar nas eleições e ter acesso aos cargos públicos como preencher a vaga de deputado ou senador apenas aqueles que comprovaram um teto de rendimento.

Como no final do século XX, na fase de transição entre o governo imperial e a República, a violência por parte do Estado era comum contra os grupos desvalidos da sociedade, o negro era tradicionalmente acusado antes mesmo de ter a sua culpa apurada, independentemente de sua condição social: liberto ou escravo. Na fase republicana, todos deveriam ser tratados igualmente perante a lei, mas, diante da política, os negros, por serem negros, tinham menos direitos, inclusive a inviolabilidade do lar. Como a construção da cidadania deveria passar por essa condição mínima de respeito e, tradicionalmente, vem sendo ignorada ao longo dos tempos, Pierre Verger conta que procedimentos semelhantes foram adotados pela polícia baiana; escreve ele que, no início do segundo quartel do século XIX, o chefe de polícia, ao instruir aos delegados para que fizessem buscas nas casas dos africanos alforriados, lembrava-lhes que não se embaraçassem de cuidados supérfluos, já que nenhum africano gozava nem de direitos de cidadãos nem de privilégios de estrangeiros (VERGER, P., apud CUNHA, op. cit., p. 76). (CAMPOS, 2005, p. 43- 44)

A respeito da desigualdade de oportunidades que foram negadas para a população negra e conseqüentemente ocasionou esse grupo social a pobreza. Nesse momento estaremos trazendo a algumas reflexões de Milton Santos, para aprofundar o entendimento dos fatores que envolvem a marginalidade e a falta de oportunidades dada à população negra nesse país.

Santos (2009) ao abordar em seus estudos sobre a pobreza urbana, o autor salienta que existe a necessidade de se buscar uma proximidade de dados estatísticos, que comprovam a teoria. O acervo das obras desse referido autor se refere também a estudos sobre a questão da pobreza nota-se que os dados econômicos na maioria das vezes se encontram desarticulados da questão racial tal a análise conjunta das duas variáveis é deixada de se mencionada por alguns autores.

O uso de uma perspectiva herdada a repartição tradicional da economia em setores primário, secundário e terciário. [...] é uma causa das dificuldades em explicar, ou pelos menos em avaliar corretamente os problemas ligados à pobreza nas cidades. [...] Outro inconveniente provém do fato de que atualmente dá-se muito mais atenção ao fenômeno das favelas do que mesmo à situação da pobreza como um todo (SANTOS, 2009, p. 16).

A citação feita anteriormente, nos ajuda a perceber a influência que a divisão social do trabalho exerce sobre a distribuição e circulação das pessoas dentro do território. Partindo desse ponto de vista, podemos propor uma análise que leve em consideração o deslocamento populacional, o fluxo migratório e conseqüentemente o aumento da pobreza nos grandes centros urbanos.

1.3 A Cidadania Adiada: Discriminação Racial, Pobreza e Dificuldade no acesso a moradia

Para realizar esse exercício estabelecemos um fio condutor que liga as reflexões de Santos (2014), no qual buscou compreender o processo de formação da cidadania, com outros autores, sobretudo do campo da Educação, que também se lançaram ao desafio de relacionar a ausência de direitos, pobreza e vulnerabilidade econômica. Os autores que dialogaremos vão pensar dois fatores: a discriminação racial e a pobreza.

No artigo Hasenbalg (1990), descreve a questão racial e as oportunidades educacionais no Brasil. Com base em dados fornecidos no ano de 1983 partindo de uma Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar realizada pelo IBGE. Esses dados foram coletados no suplemento especial sobre educação que mostram a realidade disfarçada na estrutura educacional brasileira mostrando a falta de oportunidades educacionais que existem para a população negra no país.

Os dados oficiais disponíveis sobre os níveis de instrução atingidos pela população brasileira segundo a cor são mais do que eloqüentes para caracterizar a desigual apropriação das oportunidades educacionais por parte de brancos e não brancos e os efeitos acumulados da discriminação racial no âmbito da educação formal. Em 1980 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 a 64 anos de idade era 14,5% entre brancos e 36,5% para pretos e pardos. No extremo oposto da pirâmide educacional, 4,2% de brancos e apenas 0,6% de não-brancos tinham obtido um diploma de nível superior (HASENBALG e SILVA, 1990, p.6).

As desigualdades dos níveis de instrução educacional, referida pelo autor, mostra que entre grupos étnicos existem disparidades entre os brancos e não-brancos. Nesse caso os não-brancos são constituídos por pretos e pardos. No tocante às oportunidades educacionais as informações mostram que a taxa de analfabetismo dos não-brancos é duas vezes superior se comparada aos brancos e essa superioridade amplia quando se tratar no ingresso no ensino superior.

A partir dessas informações nos ajudam a compreender que as desigualdades de acesso à educação podem ser determinantes para a trajetória educacional de uma pessoa independente dela ser branca e não-branca. Entretanto, a aprovação, progresso, atraso escolar e evasões entre pretos e pardos têm uma proporção maior se comparado a grupo étnico formado por brancos.

As informações no suplemento especial sobre educação realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar realizada pelo IBGE apontam a falta de oportunidades

educacionais que existem para a população negra no país.

Os dados oficiais disponíveis sobre os níveis de instrução atingidos pela população brasileira segundo a cor são mais do que eloquentes para caracterizar a desigual apropriação das oportunidades educacionais por parte de brancos e não brancos e os efeitos acumulados da discriminação racial no âmbito da educação formal. Em 1980 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 a 64 anos de idade era 14,5% entre brancos e 36,5% para pretos e pardos. No extremo oposto da pirâmide educacional, 4,2% de brancos e apenas 0,6% de não-brancos tinham obtido um diploma de nível superior (HASENBALG, SILVA, 1990, p.6).

No que diz respeito à população parda, os autores também identificaram a dificuldade de entrada no sistema escolar e a trajetória de reprovação, o que tornava posteriormente mais difícil a formação continuada ou concluída. Dessa maneira, os jovens negros e pardos saíam da escola com a escolaridade menor dos que os brancos, por isso foram ocupando os postos de trabalho de menor remuneração.

Outro estudo importante foi desenvolvido por Bernardes e Araújo (2012) sobre a discriminação racial na Educação Infantil. Seus estudos nos auxiliam na reflexão a preocupação da nossa pesquisa, pois pesquisam faixa etária de ensino, na qual as crianças que frequentam essa modalidade não são capazes de responder ao preconceito e a discriminação racial. Bernardes e Araújo (2012) relatam em seu estudo que ao entrarem em idade escolar muitas das crianças negras passam por situações que desencadeiam traumas para o desenvolvimento emocional tornando-se obstáculos para a construção de sua intelectualidade. A mesma dá como exemplos fatores como perseguições, humilhações e exclusões relatando que são episódios comuns dentro do universo infantil de muitas dessas crianças e marcam negativamente suas memórias afetivas.

Os referidos autores citam as constantes humilhações e perseguições afirmando que elas acabam tendo dificuldades de interação e conseqüentemente se sentem excluídas do sistema escolar.

A discriminação étnica se evidencia quando, em condições sociais dadas, de suposta igualdade entre brancos e negros, se identifica um favorecimento para um determinado grupo nos aspectos social, educacional e profissional. Fato que expressa um processo institucional de exclusão social do grupo desconsiderando suas habilidades e conhecimentos (BERNARDES; ARAÚJO, 2012, p.525).

Os mesmos autores sinalizam que a utopia da democracia racial encobre o problema do racismo no país, afirmando também que existe a necessidade de tratar a questão racial, principalmente no ambiente escolar, pois existe urgência em falar desse assunto em sala de aula, uma vez que o tema foi desmerecido pela democracia racial. Acreditamos ser de

grande importância discutir as questões étnicas raciais iniciando a abordagem na Educação Infantil, pois as crianças negras ainda enfrentam preconceito racial dentro do ambiente escolar.

A discriminação étnica se evidencia quando, em condições sociais dadas, de suposta igualdade entre brancos e negros, se identifica um favorecimento para um determinado grupo nos aspectos social, educacional e profissional. Fato que expressa um processo institucional de exclusão social do grupo desconsiderando suas habilidades e conhecimentos (BERNARDES; ARAÚJO, 2012, p.525).

Essas disparidades sociais são ocultadas pela crença utópica da “democracia racial”. Historicamente a população negra formada por pretos e pardos foram excluídos do exercício da cidadania. As autoras explicam que a utopia da democracia racial encobre o problema do racismo no país. Para elas algumas vezes o racismo dentro da sala de aula acontece com as crianças negras de forma subjetiva. E essas práticas discriminatórias podem causar danos à vida adulta, pois alguns indivíduos não conseguem reconhecer os conflitos raciais e também não possuem formação para realizar o combate as práticas racistas e discriminatórias.

Entendemos com base em Bernardes e Araújo (2012), que o silêncio por partes de alguns docentes sobre abordagem de temas que falem sobre a questão racial e a discriminação ajudam a propagação dessas práticas preconceituosas. Sua afirmação é embasada em autores como: Foster (2004) e Cavalleiro (2006) ambas abordam esses assuntos em pesquisas voltadas para educação infantil.

A educação é um direito, ela não pode ser tratada com um privilégio. A partir desta se constrói a entrada no mercado de trabalho. O conhecimento, se tornar um dos fatores que permite ascensão social, se ele é negado, ou oferecido de forma precária e com mais obstáculos para um grupo do que para outro, teremos a perpetuação de uma sociedade desigual. A consequência do estado supra mencionado é a reprodução da desigualdade também por meio do sistema escolar. No Morro do Castro, no lado de São Gonçalo existe apenas uma escola de educação infantil. Isso faz com que os indivíduos para ter acesso a Educação Básica busquem estabelecimentos de ensino em áreas adjacentes.

Caminhando na direção dos direitos e do exercício da cidadania, que não se limita ao voto, intencionamos pensar a que o estado de ausência de direito à moradia, ocasionam que as por isso as favelas se tornem espaços que concentram a população de menor poder econômico e de baixa escolaridade.

Para entendermos a importância do espaço geográfico do município de São Gonçalo, dentro da perspectiva de Corrêa (2004) sinalizamos que o espaço urbano, do município de São Gonçalo encontra-se fragmentado em diversas áreas divididas pelo aspecto socioeconômico.

As causas dos problemas vivenciados nas periferias urbanas são objeto de estudo para inúmeros pesquisadores que buscam averiguar o “Espaço Urbano”. Segundo Corrêa (2004), para definir “espaço urbano” deve-se levar em conta que o mesmo pode ser constituído como uma configuração espacial organizada por meio da influência mútua de pessoas e de seu uso. Buscando a recuperação de história que não foram contadas tal situação gera pouca compreensão da organização do espaço urbano periférico. As narrativas construídas criaram espaços periféricos que associamos a “*espaços opacos*” sem visibilidade, produto da lógica capitalista que atribui valor diferente para as áreas da cidade.

Essas áreas ausentes de desenvolvimento foram conceituadas por Milton Santos como “espaços opacos” Essa definição esse será tópico do próximo capítulo dessa pesquisa. Podemos dizer que o espaço urbano é uma construção social recoberta de intencionalidades. Um exemplo são as áreas residenciais, que em determinadas cidades, expressam de forma aguda a segregação, refletindo a desigualdade presente na estrutura social.

Corrêa (2004) ressalta a fragmentação e articulação que coexistem no espaço urbano acontecem devido à grande diversidade de seus usos. Tal situação traz a interação entre si e formam relações espaciais estabelecidas com as demais áreas no interior do espaço urbano. No caso do município de São Gonçalo, o espaço urbano se apresenta com dificuldades em virtude da precariedade de ofertas de serviços oferecidos pelo poder público que não atende às demandas da maioria dos Gonçalenses. No referido município existe precariedade na oferta de transporte público de qualidade que inviabiliza a mobilidade urbana necessária para uma maior integração da população dentro da cidade. Através da percepção geográfica sobre o município Gonçalense e partindo análise do contexto histórico de formação da cidade amostra que a fluidez e funcionalidade estão na atualidade subordinada ao tráfego viário esse por sua vez se apresenta desordenado e desarticulado devido à falta de infraestrutura resultado de ausências de investimentos públicos no planejamento urbano.

O exemplo citado é que os moradores do Morro do Castro não têm acesso direto ao Centro do município de São Gonçalo. O acesso dos moradores ao bairro se dá exclusivamente pelos bairros de Tenente Jardim (uma parte do bairro pertence ao município de São Gonçalo e Niterói) e Fonseca que são bairros pertencentes a Niterói. Essas áreas mantêm relações espaciais com o Morro do Castro que se incorpora ao local por meio do processo constante de reorganização espacial que incorpora áreas de fronteiras que pertencem a São Gonçalo e Niterói tornando-as áreas conturbadas³. Por isso, podemos dizer que o espaço urbano,

³ Segundo dicionário online Michaelis, a palavra conturbação é Coalescência de várias cidades e sua fusão em uma única área metropolitana. De acordo com PERES et al (2018) o Estatuto entende por aglomeração urbana como uma unidade territorial urbana e em continuidade territorial entre dois ou mais municípios. Tais termos

fragmentado e articulado é um conjunto de símbolos constituído por diferentes usos da terra.

[...] Aos proprietários dos terrenos mal localizados, em periferias sem amenidades, resta apenas outra estratégia. Em uma cidade onde existe uma segregação sócio- espacial, com um setor periférico, não apenas distantes do centro, mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado status, não resta aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra (CORRÊA, 2004, p.19).

As memórias de fatos cotidianos relatados em idas e vindas no decorrer do trabalho de campo permitiram a construção de geografia afetiva, pois mostra as singularidades desse lugar objetivamos relatar os pontos positivos por acreditar que dentro de espaços favelados não são apenas configurados como lugares perigosos e estigmatizados como o poder midiático os apresentam. Para a ressignificação destes lugares considerados estigmatizados utilizaremos o conceito de “escrevivência” nossa opção em construir pontes de diálogos com a obra literária de *Becos de Memória* de Conceição Evaristo se deu porque sua obra nos ajuda refletir sobre as questões sociais levando em consideração as subjetividades sem desconsiderar que as favelas são território de resistência, mas apresentam também vulnerabilidades sociais e ausências de acesso aos serviços públicos.

Na obra literária de *Beco de Memórias* apresenta o cotidiano comum de espaços periféricos que nesse caso são apresentados com extremo realismo mostrando o percurso que está contido no dia a dia das áreas segregadas utilizando a dramatização e a oralidade de suas memórias da favela onde morava em sua juventude. No que se refere à questão identitária do local chamamos atenção à luta em favor da permanência “resistência” que os moradores fazem para não perder o seu referencial. Os exemplos são os jogos de futebol que normalmente acontecem aos finais de semana, o que popularmente é conhecida como uma expressão de “pelada” de futebol.

Os festivais de bola na favela tinham gosto de grandes alegrias. Aconteciam em uma época certa, era uma vez por ano. Duravam meses, durante os sábados e domingos. O campo era uma área livre, enorme, ficava entre a favela e o bairro rico. Bem rico e bem próximo. (EVARISTO, 2017, p.23).

Essa proximidade do Morro do Castro com as histórias relatadas por Conceição Evaristo acontece através da subjetividade que se expressava por meio do sentimento de pertencimento que os grupos sociais que fazem parte da nossa pesquisa, têm com o lugar. Para

poderiam ser interpretados como a contiguidade da mancha urbana de municípios limítrofes, evidenciando que os princípios utilizados para a definição de “aglomerações urbanas” são eminentemente físico-morfológicos. No entanto, os autores comentam que o Estatuto procura aplicar essa definição para um “espaço urbano com continuidade territorial”, sem definir, porém, o que seria continuidade territorial.

entendermos essa construção identitária, desse grupo que é objeto da nossa pesquisa, buscamos estabelecer uma relação conceitual entre “escrevivência” e o sentimento que os mesmos afirmam ter como o Morro do Castro.

Em volta do campo fincavam-se bandeirinhas armadas em um varal de estacas de bambu. A garrafa de cachaça rolava de mão em mão, algumas cervejas também. Miúdos de porco eram sempre servidos. Muita gente criava porquinho no chiqueiro, no fundo do barraco. A bebida ficava sempre por conta daqueles que no momento tivesse mais. Donos de botequim e de bitaquinha sempre davam alguma. A criançada ganhava balas, pipocas e pirulitos. Os heróis ali muitas vezes ganhavam mulheres. (EVARISTO, 2017, p.23).

As paradas após término das partidas de futebol nos finais de semana como também as confraternizações são realizadas no bar do Ricardo. A figura 2 mostra a localização do bairro, o espaço se encontra localizado praticamente em frente à praça na entrada do Morro do Castro na vertente São Gonçalo, conforme visualizado na figura 1.

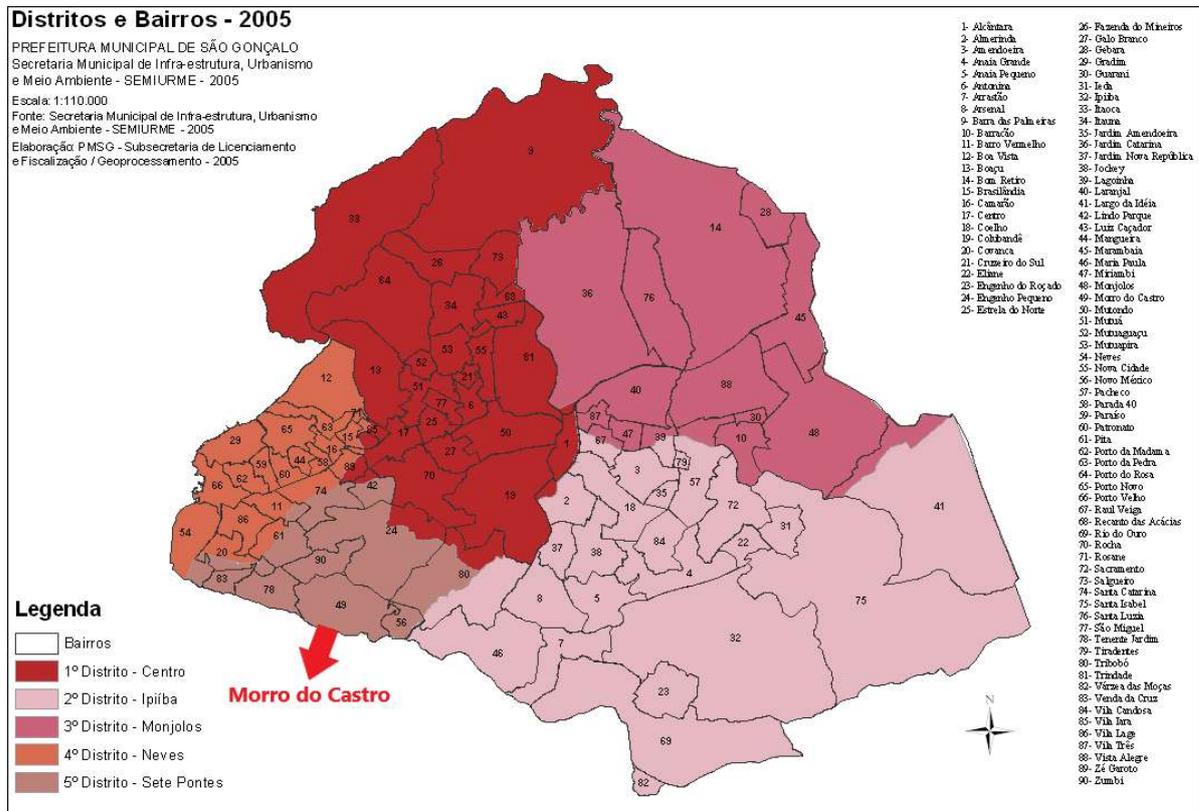
O lugar muito receptivo sempre tem no cardápio petisco como peixe frito e porção de frios (salame, queijo e ovo de codorna), mas a característica predominante do bar é o ponto de encontro esse ambiente tem uma grande simbologia ligada a alegria e confraternização entre os amigos. Existem também outros bares como do Lourival e do Gordo com presença de jogos de futebol com moradores de outros bairros adjacentes formando uma rede de sociabilidade que configuram significados que configuram identidades socioculturais.

Figura 1 São Gonçalo no Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2019



Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro(2021). Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>. Acesso em 15 de março de 2021.

Figura 2 - Mapa dos Distrito e Bairros de São Gonçalo – 2005



Fonte: Adaptado do mapa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 2021. Disponível em: <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/mapas.php#distritos>. Acesso em: 15 de março de 2021.

A escrita de Evaristo (2017) retrata a dureza da vida na favela como também a pobreza falando da precariedade presente na construção das moradias assim como o cotidiano de fatos corriqueiros vivenciados por quem vivem dentro de uma favela ver na citação abaixo as memórias afetivas na qual demonstram o elo com os que vivem nesse espaço e que levam à formação de redes de solidariedade.

Escrevo como uma homenagem póstuma à Vó Rita, que dormia embolada com ela, a ela que nunca consegui ver plenamente, aos bêbados, às putas, aos malandros, às crianças vadias que habitam os becos de minha memória. Homenagem póstuma às lavadeiras que madrugavam os varais com roupas ao sol. Às pernas cansadas, suadas, negras, aloiradas de poeiras do campo aberto onde aconteciam os festivais de bola da favela. Homenagem póstuma ao Bondade, ao Tio Puxa-Faca, à velha Isolina, à D. Anália, ao Tio Totó, ao Pedro Cândido, ao Sô Noronha, à D. Maria, mãe da Aníbal, ao Catarino, à Velha Lia, à Terezinha da Oscarlinda, à Marinha, à Donana do Padin. Homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela. (EVARISTO, 2017, p.1).

Diferentemente do que acontece com a favela relatada por Evaristo (2017) que inspirou a autora a escrever o romance do livro *Beco de Memórias* essa favela não existe mais e essas memórias afetivas motivaram a autora a compartilhar com os eleitores recordações de sua juventude. E no que se refere a favela que surgiu no Morro do Castro essa transmutou-se em um bairro periférico. *Bondade sofreu muito com o desfavelamento. Ele, Tio Totó, Maria-Nova e algumas foram talvez os que naquela época traziam o coração mais dolorido.* (EVARISTO, 2017, p.25).

A coletividade das memórias atua como elo de construção identitária para os moradores de espaços periféricos, esse elo se estrutura através oralidade que é passada por meio das narrativas dos mais velhos para os mais novos. Esse processo fica muito explícito no acervo de Conceição Evaristo. A personagem de “Maria-Nova” em momentos distintos procurava ser protagonista de sua história rompendo os obstáculos presentes na realidade de vida de muitos moradores de espaços segregados. Isso aconteceu na trajetória da própria Conceição Evaristo. *Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. [...] Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria está história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente.* (EVARISTO, 2017, p.151).

O Morro do Castro apresenta uma dinâmica interna que se encontra pautada em atividades socioeconômicas ampliaram a função inicial que era voltada para a construção de um bairro residencial dentro das áreas periféricas as habitações passam a exercer outras funções.

2. MORRO DO CASTRO: A MARGINALIZAÇÃO DE UM BAIRRO

No início da escrita do nosso projeto de pesquisa, um dos temas constantes era realizar uma análise da marginalização do Morro do Castro. Intencionamos demonstrar neste capítulo, Quais são os fatores que produzem a marginalização? São fatores econômicos ou sociais? Para responder a essas perguntas dialogamos com autores que nos possibilita uma resposta ainda que provisória.

Perlman (2002) na sua obra onde escreve sobre o mito da marginalização na década de 1980. Essa autora é um referencial no tema, seus trabalhos de pesquisa nos ajudaram a identificar e repensar a estigmatização desses espaços. Segundo a autora, esse tipo de marginalização surge devido ao preconceito externo, acarretando assim uma imagem estereotipada aos moradores das áreas favelas, abrangendo também para os que vivem em áreas periféricas.

Em português e espanhol, a simples palavra marginal tem conotação profundamente negativas. Um marginal, ou um elemento marginal significa um vagabundo inocente e perigoso, em geral ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição. (PERLMAN, 2002, p.124).

Na citação feita anteriormente, Perlman (2002), expande sua reflexão sobre a marginalização e os seus elementos. São eles: indivíduos sem emprego fixo, tomados como vagabundos, com passagem pelo sistema prisional ou ligado ao mundo do crime e prostituição. A essa lista somamos também o consumo de drogas ilícitas. Ao operar a marginalização dos indivíduos, a sociedade realiza também a marginalização dos espaços de moradia deles.

Infelizmente, as idéias sobre a marginalidade das classes urbanas pobres não se limitam a estereótipos anódinos na mente popular. Ao contrário, estes conceitos foram reforçados e perpetuados pelas próprias instituições oficiais responsáveis pela política das favelas. (PERLMAN, 2002, p.125).

Vale retornar a um ponto da citação feita anteriormente, a saber: A participação das instituições do Estado no processo de marginalização dos indivíduos e das áreas periféricas. Segundo a autora, as ações e a ausência de medidas eficazes possuem característica política, acarretando assim a marginalização social, econômica e cultural.

Um dos caminhos para compreensão da marginalização e considera os conceitos disponíveis e de uso corrente na sociedade de maneira geral. Na medida em que evolui nosso estudo, excluímos os pesquisadores, que ao longo dos seus trabalhos cunharam conceitos mais densos sobre o tema. O uso de dicionários foi pensado nesse processo de pesquisa, para tentar

compreender de que lugar as pessoas partem para pensar a marginalização.

O Dicionário Aurélio definiu Marginalização como: o ato de Marginalizar, ou seja, de excluir de determinado meio alguns indivíduos, observando assim os critérios econômicos, sociais e culturais. Destarte, aqueles que vivem à margem da sociedade são considerados marginais, uma vez que não possuem acesso aos mesmos direitos gozados pelos demais indivíduos.

A definição do dicionário não está muito distante da definição de Perlman (2002), existente pontos em comum. No entanto deve se apontar que o indivíduo marginalizado não escolhe tal situação para si, mas devido a sua condição de vida e alocado em tal grupo.

Vale destacar que na sociedade há diversos grupos marginalizados tais como: pobres, negros, deficientes físicos e idosos. Podemos observar esse fenômeno com maior facilidade nas grandes cidades, pois a população é maior, logo as experiências de ação discricionária são mais evidentes.

Em nosso estudo partimos de conceitos maiores, para chegarmos ao caso particular do bairro do Morro do Castro. Ora os indivíduos são enquadrados em diferentes estratos sociais, acarretando assim a complexidade das relações sociais. Dessa forma, podemos pensar nos seguintes conceitos:

Marginalização Social associada à exclusão social e às condições sociais dos indivíduos, portanto, os que sofrem a marginalização social são excluídos da sociedade e considerados inferiores.

Marginalização Cultural associada à exclusão cultural ao afastamento da cultura em que está inserido. Portanto, aquele que sofre de marginalização cultural está alheio das crenças, costumes, tradições e heranças culturais. As minorias étnicas e culturais são alijadas da sociedade e, portanto, não conseguem exercer integralmente a cidadania

Marginalização Política: conceito associado à exclusão política, formada por indivíduos que não podem exercer os mesmos direitos e deveres de outros grupos políticos. Ou que expressam opinião política diferente dos grupos sociais hegemônicos. Em nossa sociedade polarizada entre os indivíduos que defendem valores considerados de direita e outros considerados de esquerda, precisamos de um olhar atento, pois chama mais a nossa atenção a ação conversadora e autoritária dos indivíduos. Também precisamos fazer uma reflexão mais densa sobre o que estamos chamando de direita e esquerda, pois eles não foram um bloco homogêneo. Existe dentro do mesmo bloco pensamentos que se distanciam. Contudo, *grosso modo*, caminhamos nessa direção, pois esse pensamento, mas profundo, não cabe nesse estudo. *Marginalização Econômica* associada à exclusão econômica. Um dos

sinais mais visíveis da expressão desse pensamento é a atitude dos indivíduos de maior poder aquisitivo em relação aos mais pobres. Assim, os que possuem baixas condições econômicas são excluídos e, portanto, não possuem os mesmos direitos que os outros.

Marginalização Infantil é um problema que atinge, sobretudo, a infância pobre. Um dos pontos centrais é o abandono. Assim sendo, a maioria dessas crianças marginalizadas é abandonada ainda na fase inicial. Os motivos que levam os responsáveis pelo abandono são amplos e ao mesmo tempo diversos. No pensamento do Estado existe um discurso que culpa a família, sobretudo, a mulher pelo abandono dos filhos e filhas. Precisamos avançar nessa discussão, para pensar a responsabilidade paterna e as condições materiais de existência. De outra forma estaremos apenas na superfície do problema.

Vale ressaltar que esses indivíduos considerados marginalizados recebem pouco apoio da sociedade. Alguns nem sabem que possuem direito a políticas públicas disponíveis no sistema público de saúde. Existe uma grande falta de informação, que está vinculada ao baixo nível de escolaridade de alguns indivíduos marginalizados, uma vez que os mesmos contam com a ajuda de pessoas que possuem o domínio da leitura e escrita, para acessar os serviços públicos.

Em uma linguagem fácil, próxima da população que procura esses postos de atendimento, são os mesmos que indicam os caminhos que devem ser percorridos no labirinto do sistema público de saúde. São eles os responsáveis por marcar as consultas médicas e alguns momentos, após as consultas entregar os medicamentos disponíveis na farmácia dos respectivos postos de saúde, bem como na orientação do procedimento a ser adotado na aplicação de tais remédios. Assim não subjugam o papel dos médicos e enfermeiros, que nem sempre possuem a dimensão política necessária, para a atuação no Posto de Saúde da Família.

Vale acrescentar que o estudo da Marginalidade tem no seu bojo a ideia de que o indivíduo marginalizado é produto do espaço geográfico que vive. Assim os habitantes que vivem em favelas passaram a ser estigmatizados e esses lugares passaram a ser vistos como zonas de desintegração social.

Perlman (2002), afirma que dentro da teoria da marginalidade também existe a “cultura da pobreza” os teóricos da marginalidade associam a cultura da pobreza traços de personalidades e padrões comportamentais explicando que essas atribuições são aproveitadas para justificar a pobreza do pobre.

A literatura sobre a cultura da pobreza postula a emergência de certos traços de personalidade como reação a um estado de privação, traços esses que se perpetuam mediante o processo de socialização a gerações subsequentes, persistindo mesmo depois de alterações objetivas nas circunstâncias econômicas

e sociais. Considera-se que esse fato cria um círculo vicioso de pobreza, supostamente, mais difícil de vencer que a própria penúria econômica. (PERLMAN, 2002, p.148).

Para fazer um contraponto com a questão da criminalização dos favelados e áreas periféricas sofrem ambos com atuação do tráfico de drogas dentro de seus territórios e com o preconceito aos moradores deste lugar.

A referência a um enredo trágico não prenuncia qualquer resvaladura para a pieguice. Trágico, aqui, significa: para além dos efeitos positivos do tráfico, há efeitos negativos indesejáveis dos positivos – ambos pertencendo à mesma dinâmica, à mesma lógica. O tráfico, para um jovem favelado, é – e ao mesmo tempo não é – uma questão de escolha; os favelados não escolhem suas estratégias de sobrevivência com a mesma liberdade com que um jovem de classe média alta opta entre estudar medicina ou engenharia, e o núcleo de cálculo racional envolvido tem mais a ver com o pólo da necessidade que com uma dimensão de liberdade. Essa estratégia de sobrevivência, a qual, em última análise e objetivamente, aparece aos atores antes como a ‘menos ruim’ do que como a ‘melhor’, caracteriza-se por estar acompanhada de um risco físico e um desgaste psicológico permanentes para eles. (SOUZA, 2005, p.97).

Souza (2005), chama atenção sobre o tratamento dispensado aos moradores desses lugares e nos mostra a complexidade do funcionamento do tráfico de drogas e as injustiças sociais presentes no cotidiano. A partir disso, nesse momento mencionaremos as implicações espaciais vivenciadas pelos moradores do bairro Morro do Castro que residem na parte de São Gonçalo. Há ainda um discurso que prega a insegurança e medo que contribuem para a construção do imaginário e para perpetuação de pré-julgamentos para os habitantes do Morro do Castro.

No dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e vinte (28/06/2020), o *Jornal São Gonçalo*, publicou uma reportagem denunciando os impactos de uma notícia falsa. O título da matéria abordava uma *Fake News* que informava a respeito de um boato de casos de estupros que estavam acontecendo com moradores dos municípios de São Gonçalo e Niterói. As mensagens acusavam que os estupradores eram oriundos do Morro do Castro.

Entretanto, as mensagens compartilhadas nos grupos de *Whatsapp* informavam que, os estupradores agiam nos bairros de Venda da Cruz, em São Gonçalo, e Barreto em Niterói. Foram verificadas que eram falsas as informações apresentadas. A notícia falsa estava atrelada a um caso de estupro que ocorreu no ano passado.

Não temos um olhar romantizado sobre o Morro do Castro, temos ciência das tensões urbanas, entretanto, nos propomos a buscar possibilidades que promovam a desconstrução de um contexto que só mostra os aspectos de violência e atuação do tráfico de drogas dentro da localidade.

A cidade é a construção coletiva do compartilhar de percepções, concepções e experiências de mundo. Resultado da ação de vínculos das relações sociais com a natureza, a cidade é um espaço de encontro e constituição das diferenças. Nesta perspectiva podemos afirmar que a cidade é uma criação humana territorialmente impressa. É a sociedade, ganhando conteúdo e forma, em uma dimensão concreto- simbólica particular. É por isso que, quando falamos na relação sociedade / cidade, devemos reportar a relação ator /território. (BARBOSA, 2013, p. 117).

Dado continuidade na compreensão do bairro Morro do Castro recorreremos às obras de Milton Santos, sua teorização sobre o conceito de território contribuíram para as reflexões sobre as relações humanas e sua ocupação dentro do território. Vimos que a cidade fragmentada no caso São Gonçalo acaba territorializando as diferenças sociais dentro do espaço urbano da cidade.

Neste capítulo tomando como referência as os livros de Milton Santos a *Natureza do espaço* e *O Brasil Território e sociedade no início no século XXI*, esse último foi organizado por ele em parceria com a doutora professora Maria Laura Silveira que junto com outras leituras críticas nos ajudaram a construir novos olhares aos espaços opacos, vertente São Gonçalo, e luminosos, lado Niterói, existentes dentro do mesmo lugar.

Partiremos neste primeiro momento para a análise do conceito de Território por entender que o mesmo apresenta multiplicidade no nosso caso à concepção que usaremos será *Território usado*. Na obra de Milton Santos o conceito de *território usado* se constituiu como um conjunto de objetos e ações dentro dos lugares. E esses lugares são organizados dentro do “espaço” que é um conceito fundamental na geografia.

Na obra de Milton Santos o conceito de espaço é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. A construção do espaço urbano Gonçalense é constituída por um histórico processo de formação territorial excludente. A divisão administrativa que segmenta o Morro do Castro em duas “partes” faz com que a população enfrente alguns problemas quando procuram os serviços públicos básicos.

Além dos problemas relacionados à mobilidade urbana observa-se também que essa deficiência está relacionada a uma problemática urbana que Lefebvre (2006), atribui ao processo industrial sendo esse o condutor para as mudanças que suceder na sociedade. No que se refere aos moradores do Morro do Castro, sua distância com a sede administrativa do município Gonçalense, que acontece para os que residem na vertente São Gonçalo, a vulnerabilidade é sentida através das ausências de planejamento urbano que atenda às necessidades de circulação dentro do município.

As anotações, oriunda da narrativa, de relatos de moradores e observações de ida ao local nos mostrar que sair do Morro do Castro o tempo de viagem e custo para moradores

Gonçalenses é oneroso seu deslocamento para o Centro de São Gonçalo só tornasse possível se o mesmo pegar duas conduções em ônibus isso porque esse morador não usufrui de um serviço de transporte público que faça uma integração através de uma condução única com as áreas centrais da cidade Gonçalenses. Entretanto, o deslocamento para Niterói é mais rápido e também mais barato uma vez que só é necessária uma única condução para a ida até o Centro da cidade niteroiense.

No município de São Gonçalo a circulação de pessoas e mercadorias é realizada predominantemente utilizando a via férrea devido à falta de investimento em transporte público. O transporte no município não foi voltado para circulação de grande contingente populacional como acontece no município do Rio de Janeiro que utiliza transporte de massa como trem e metrô.

Os moradores da cidade dependem de ônibus como esse em alguns lugares não consegue atender as demandas populacionais dos moradores acabam utilizando o transporte alternativo que são as vans, moto táxi e as lotadas que são carros particulares que cobram valores mais baixos que o valor da tarifa cobrada pelos ônibus municipais.

O uso de transporte alternativo também é uma prática corriqueira para os moradores do Morro do Castro tanto para o lado São Gonçalo quanto para os que vivem em Niterói. E quando questionados sobre os motivos que levam optarem para os transportes alternativos muitos dos moradores afirmam que por terem apenas uma linha de ônibus que circula com horários irregulares, a mesma está sempre lotada. Por isto, estes moradores para não chegarem atrasados aos seus compromissos como trabalho usam com frequências os transportes alternativos que cobram um valor mais barato do que os ônibus que saem do Morro do Castro em direção ao centro de Niterói.

O território onde se encontra a vertente São Gonçalo se nota um recuo das políticas públicas e recorremos a Milton Santos para apresenta o conceito “*espaço opaco*” que definiremos a partir da análise conceitual do autor como lugares ausentes de densidade técnica e informacional que resulta da união entre ciência e técnica.

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. (SANTOS,2001, p.264).

O conceito de espaços opacos encontra-se presente na pesquisa por causa da correlação que estabelecemos entre a vulnerabilidade presente no cotidiano de moradores do

bairro que residem no município Gonçalvesense com a invisibilidade presente pelas ações provenientes por parte da gestão administrativa municipal. O exemplo a seguir vai utilizar estudos já desenvolvidos anteriormente dentro da localidade.

O local não possui escolas ao nível de ensino médio. As escolas de ensino médio mais próximo localizam-se no bairro de Tenente Jardim (Município de Niterói), bairro próximo ao Morro do Castro [...] Numa perspectiva orientada no sentido de compreender que o espaço é construído coletivamente por toda população que o habita— construindo-se como um território —, esta encontra formas de “burlar” a divisão administrativa feita, de fato, pelo distante poder público, que podemos chamar de terceiros, no sentido de não serem viventes e construtores do espaço do Morro do Castro. A concepção do modelo gestacional que engendra um movimento de segmentação do bairro do Morro do Castro elege enquanto ferramenta conceitual a desvalorização da identidade local, uma vez que não o compreende enquanto produtor de memória e história, dividindo uma população inteira que em suas vivências e vicissitudes construíram suas marcas no espaço, construindo a história do bairro (ALBUQUERQUE, 2008, p.20).

Recorremos à pesquisa desenvolvida por Regina Lucia Fernandes de Albuquerque, essa pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Djair Cabral Malheiros essa é a única escola Gonçalvesense dentro do bairro. Essa instituição de ensino é voltada para atender alunos da educação infantil com creche e pré-escolar. O estudo da mesma abordou as relações escolares com o bairro através de um debate que associou a questão da pobreza e perigo e, a subjetividade do espaço de convivência no ambiente escolar com o processo de ressignificação identitária.

As informações divulgadas oficialmente disponíveis sobre a Escola Municipal Djair Cabral Malheiros afirmar que ela atende a alunos ofertando vagas para atendimento de creche e pré-escolar, no entanto, os relatos de moradores de São Gonçalo no trabalho de campo contradizem essa informação. Os moradores afirmam que essa escola apenas disponibiliza vagas para pré-escola e não oferecem vagas para creches. Esse serviço de creche só é encontrado em creches particulares ou oferecido por pessoas que exercem a função de cuidadora de criança em sua residência.

Esse tipo de serviço informal é muito comum nas áreas periférica sendo uma alternativa para aqueles que necessitam trabalhar fora e não conseguem creche para matricular seus filhos ou não tem recursos para pagar as mensalidades de uma creche particular. Destacamos, dentre esses lugares mulheres que divulgam os seus serviços e abrem suas casas para tornarem creches irregulares, esses lugares não são legalizados e funcionam de forma clandestina.

Desta forma, pensando nessa vulnerabilidade passaremos a dialogar com pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Maria Tereza Goudard Tavares. A mesma desenvolveu uma pesquisa sobre a educação infantil dentro da cidade de São Gonçalo. Sua pesquisa é voltada

para investigações territoriais de processos educativos de crianças na cidade de São Gonçalo e também com outros autores que possibilitam ampliar nosso entendimento sobre essa temática. A inclusão das crianças como sujeitos da pesquisa é antes de tudo, uma possibilidade de apresentar um mundo novo, cheio de experiências e que devem ser compartilhadas e inseridas no campo científico. Assim tal perspectiva de levar mais longe as crianças como atores sociais, fazendo-se valer seus direitos como seres envolvidos no processo de pesquisa e como tal, sujeitos que devem ser consultados e ouvidos.

Lefebvre (2006) é um teórico que buscou compreender a produção de espaço e tempo, seus estudos tornaram-se base de entendimento para o processo que envolve a diversidade dos seres humanos. Sua teoria fundamenta-se no princípio de que "o espaço é um produto social". O homem produz significativas intervenções, tanto na natureza, quanto na sociedade, ou seja, não existe nada na história que não tenha sido modificado pela ação humana.

Com isso os “espaços de representação” também são formados por simbologia e imagens, por aqueles moram neles e formam “espaço vivido” onde produz e reproduz a sua vida, no entanto a produção do espaço tem implicações na natureza devidas a atuação capitalista.

Na perspectiva da mobilidade do seu uso, o território, pode apresentar-se de modo concreto ou imaterial. Por isso, é importante definir o tipo de abordagem do uso desse conceito. O território imaterial ressignifica por ser um espaço de possibilidades de liberdade e ascendência, como também de desapropriação e, resistência e apropriação. A partir desse entendimento o território pode apresentar funcionalidades distintas. E a construção da mobilidade territorial se produz unido à intencionalidade do uso de territórios concretos.

Segundo Santos (1997), a interação com o espaço também pode acontecer através da “realidade relacional” que quando associada com o contexto sócio histórico da cidade pode dar sentido a outras realidades, quando interage com a natureza e a sociedade e essas se materializam com o trabalho, proporcionando alterações constantes dentro do espaço geográfico.

Tavares (2020) aprofunda a concepção de que a cidade é um campo de práticas infantis de conhecimento, leituras, representação e apropriação do espaço urbano. Em seus estudos salienta a densidade populacional da cidade de São Gonçalo e a necessidade de investigação, dentro da cidade Gonçalense, do direito de educação para crianças em periferias urbanas. Esse foi o motivo para opção no uso de sua pesquisa, pois a autora busca compreender o contexto como educação infantil acontece dentro das áreas periféricas. Por isso, buscamos fazer uma aproximação de seu estudo específico, voltado à educação infantil,

para entender a demanda da necessidade de atendimento aos moradores de São Gonçalo no ensino infantil para quem conviva dentro da localidade do Morro do Castro.

Um outro conceito importante, e que vem sendo trabalhado no desenvolvimento de nossa pesquisa, é o de educabilidade utilizado por Paulo Freire (1979, 1990) e Nestor López (2008). Na concepção de Paulo de Freire, o conceito de educabilidade vai além do direito à educação formal, englobando principalmente a construção de saberes e práticas que possibilitam mudanças na realidade tanto de (a) educador (a) como na relação com as próprias crianças. A educabilidade corresponderia a um saber construído a partir do conhecimento da realidade histórico-social, da realidade espacial concreta, bem como do conhecimento intercambiado entre todos os sujeitos que estão de alguma forma se relacionando no contexto social mais amplo. (TAVARES, 2017, p.168).

Tavares (2020) aprofunda a concepção de que a cidade é um campo de práticas infantis de conhecimento, leituras, representação e apropriação do espaço urbano. Em seus estudos salienta a densidade populacional da cidade de São Gonçalo e a necessidade de investigação, dentro da cidade Gonçalense, do direito de educação para crianças em periferias urbanas.

Esse foi o motivo para opção no uso de sua pesquisa, pois a autora busca compreender o contexto como educação infantil acontece dentro das áreas periféricas. Por isso que buscamos fazer uma aproximação de seu estudo específico, voltado à educação infantil, para entender a demanda da necessidade de atendimento aos moradores de São Gonçalo no ensino infantil para quem convive dentro da localidade do Morro do Castro.

Para Tavares (2020) o conhecimento, ou seja, o saber, não é apenas realizado nas trocas entre educador e educando, mas formado também pelas trocas que as crianças fazem com suas famílias e seu cotidiano que se constituem por meio das relações formadas pelos diferentes espaços de vivências dentro da cidade.

Nas interações com adultos e com outras crianças surgem situações que possibilitam a construção de significações acerca do mundo e de si mesmas. Considerando que a formação para a cidadania é um dos objetivos da escola, tem sido um desafio para a educação ao longo dos anos.

Em nossa pesquisa, vimos aprendendo que o espaço físico e territorial vivenciado pelas crianças pequenas em muito influencia a construção de seu modo de ser, de seus saberes e concepções de mundo. Neste sentido, podemos dizer que para Paulo Freire (1990) a educabilidade é um processo político e epistêmico, no qual os espaços praticados pelas crianças, mesmo não sendo espaços institucionalizados como as escolas de Educação Infantil e/ou creches, possibilitam a construção de culturas infantis (CORSARO, 2009). O conceito de educabilidade nos parece favorecer um campo simbólico e material no qual as crianças pequenas podem construir identidades e relações de pertencimento com o território vivido. (TAVARES, 2017, p.169).

Para Tavares (2020) a educação infantil dentro da cidade de São Gonçalo é um importante componente territorial ela afirma que tanto as pré-escolas quanto as creches não podem ser vistas como ilhas isoladas, pois exercem influências territoriais Dentro da cidade por haver nesses espaços as práticas culturais estruturantes para vida psíquica da criança. No entanto a mesma faz uma observação sobre a necessidade de uma maior atenção para investimentos por parte da gestão pública na cidade direcionado um planejamento urbano voltado para o lazer que é importante para dar estrutura de bens estar social para esse público infantil como também implantação de transporte escolar, calçamentos nas ruas e arborização nas praças públicas.

A partir dessas questões, vimos considerando fundamental em nossa investigação a desnaturalização sobre o significado e o impacto das crianças pequenas usarem os territórios da cidade, bem como investigar o que pensam, conhecem, representam, desconhecem sobre o caminho da escolar: o que as crianças pensam sobre o espaço de suas pré-escolas e creches? Como experimentam o caminho de seus bairros até a entrada de sua pré-escola? Quais são os seus contextos e espaços de descobertas? O que elas pensam sobre a sua rua? O seu bairro? Seus espaços de brincadeiras? De que têm medo e insegurança? Quais são os territórios das infâncias na cidade? Por isso, buscamos em López (2008) entender que a questão da educabilidade pode ser lida como a capacidade da criança de participar de processos de discussão do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), de expandir as suas experiências nos diferentes espaços da cidade, sendo esta compreendida também como um grande produtor de espaço que gesta e aporta sentidos às espacialidades, produzindo espaços e territórios infantis na cidade. (TAVARES, 2020, p.17).

Para Tavares (2020) o conhecer a existência da pluralidade dos usos e abuso dos territórios na cidade ajuda no processo de reconhecimento dos espaços de produção da vida urbana e das crianças pequenas porque as crianças fazem absorção dos aspectos culturais internalizando. Sendo assim, a autora salienta que a cultura deve ser compreendida por um sentido mais amplo como bem comum, pois é formado através da ação humana que transversalmente e modificam através do tempo. Nesta linha de raciocínio temos a opinião de Santos, a saber

Essa questão implica discutir como nós (re) apresentamos nosso mundo aos recém- chegados, especialmente para que os pequenos tenham como herança o que a autora chama de amor mundi (ARENDRT, 1961). Não se trata de pensar a educação das infâncias a partir de uma concepção ingênua e romântica da criança, mas de pensar a criança como capaz e comprometida em assumir a responsabilidade por esse espaço, mesmo com todos os problemas que o mundo possa ter. Implica tomá-lo como seu e lutar por ele, lutar pela vida. E como na maioria das vezes para a criança pequena gonçalense o mundo é a cidade, implica aprender a lutar por ela, para nela viver com dignidade (SANTOS, 1996 apud Tavares 2020,p.171 1996 apud TAVARES, 2020,p.171).

Tavares (2020) utiliza as obras de Hannah Arendt para demonstra a valorização dos aspectos históricos. Visto que nos estudos de Arendt ressalta importância o exercício do

pensamento e a tradição como forma de pensar a cidade através da história e memória tecendo interações com o estudo de Albuquerque (2009) sobre a Escola Municipal Djair Cabral Malheiros, por causa de sua pesquisa esteve voltada para questões ligadas a subjetividade e memórias dos alunos dessa instituição de ensino. Destacamos abaixo a visão de Albuquerque, que se posiciona dessa forma:

Nesse sentido destacamos a importante iniciativa da Escola Municipal Djair Cabral Malheiros na conservação da memória escolar - através de fotos, reportagens, produções dos alunos- e da memória e identidade local, através de visitas organizadas com professores, alunos, parentes de alunos, aos patrimônios do Bairro do Morro do Castro e da promoção de projetos que integram comunidade local e escola, num movimento que agrega parceiro na fatídica luta pelos que buscam reconhecimento e dignidade. (ALBUQUERQUE, 2009, p.48).

Albuquerque (2009) refere-se ao ano de fundação da Escola Municipal Djair Cabral Malheiros seu atendimento à população iniciou a partir em 28 de abril de 1991. Desde então presta um importante papel aos moradores do bairro Morro do Castro no lado São Gonçalo por ser a única instituição de ensino municipal no local. Localizada na Praça Belarmino de Matos, Município de São Gonçalo. A mesma afirma que a escola dentro do município apresenta uma posição de destaque por ter uma banda mirim. Abaixo mencionamos a visão do presente autor.

Num movimento que busca o resgate e preservação da memória local, a escola promove excursões e visitas públicas a patrimônios históricos do Morro do Castro como o Poço do Jacaré - poço artesiano no qual os moradores retiravam água (alguns moradores ainda utilizam a água do mesmo) que recebeu este nome pela figura de um jacaré talhada na estrutura superior do poço -, Pedra da Sereia – nascente do Rio Bomba que formaria o desenho dos cabelos de uma sereia no seio da rocha da nascente. (ALBUQUERQUE, 2009, p.49).

A preocupação com os recursos hídricos é uma necessidade constante dentro da sociedade contemporânea, visto que os mesmos são recursos naturais e não renováveis. Assim a sua distribuição dentro do planeta acontece de forma irregular, e a cada dia surgem novas informações sobre a complexidade dessa temática, originadas pelo esgotamento da capacidade de uso dos recursos naturais, bem como pela que ocorre ação antrópica ao meio ambiente.

Nas favelas e em áreas periféricas os recursos hídricos são escassos sendo comum a população não ter água potável, encanada, com regularidades em suas residências e por isso nesses lugares recipientes, baldes ou panelas, para guarda água que será usada por elas nas atividades domésticas (limpeza e preparação de alimentos) e para beber. Essa realidade difícil é retratada também na literatura de Conceição Evaristo em seu romance “Beco de Memórias”.

Em frente da casa em que ela morava com Vó Rita, ficava uma torneira pública.

A “torneira de cima”, pois no outro extremo da favela havia a “torneira de baixo”. Tinha, ainda, o “torneirão” e outras torneiras em pontos diversos. A “torneira de cima”, em relação à “torneira de baixo”, era melhor. Fornecia mais água e podíamos buscar ou lavar roupa quase o dia todo. Era possível ali o serviço mais rápido. [...] Quando eu estava para a brincadeira, preferia a “torneira de baixo”. Era mais perto de casa. Lá estavam sempre a criançada amiga, os pés de amora, o botequim da Cema, em que eu ganhava sempre restos de doces. Quando eu estava para o sofrer, para o mistério, buscava a “torneira de cima”. (EVARISTO, 2017, p.16).

Os relatos dos moradores do bairro do Morro do Castro afirmam que mesmo a localidade não é assistida com saneamento básico na maioria das casas, de forma eficiente, pela gestão pública São Gonçalense a população não sofrer pela falta de água, pois a maioria usufruindo grande potencial dos recursos naturais hídricos desse lugar diversos momentos do cotidiano surgem constantes debates sobre a forma com que se relacionam com as nascentes existentes no bairro.

Entretanto, os relatos dos moradores do bairro Morro do Castro na vertente de Niterói afirmam que sofrem com a irregularidade do abastecimento de água potável. Apesar de terem uma infraestrutura urbana mais efetiva, menos assim apresentam demandas que são importantes serem sanadas por parte do poder público niteroiense.

As especificidades existentes dentro do Morro do Castro nos mostram a potencialidade existente nessa localidade. Mesmo sendo um lugar que necessita de políticas públicas mais efetivas para os moradores de São Gonçalo, os mesmos buscam dar novo sentido às dificuldades, por falta de infraestrutura, criando novas formas de apropriação do território.

O trabalho desenvolvido pela direção da Escola Municipal Djair Malheiros se tornou um registro, apresentado na pesquisa de Albuquerque, que nos ajudou a comprovar que a ressignificação voltada para valorização local vem sendo trabalhada no universo infantil por meio da subjetividade nos alunos matriculados nessa instituição de ensino.

A escola desenvolve projetos locais de marco histórico ao longo do ano letivo, que tem a finalidade de promover a integração entre os pais dos alunos e a escola, além de vincular os conteúdos estudados com as informações que os alunos possuem sobre os temas em questão. (São exemplos destes projetos o Projeto Todo Dia é Dia de Índio, Projeto Ecoarte.) Possui vasto acervo de memória, contendo fotos e reportagens de jornais que citem a escola ou sua banda mirim. (ALBUQUERQUE, 2009, p.50).

Outra informação relevante é que os moradores do lado São Gonçalo dependem das vagas oferecidas pelas escolas municipais de Niterói do lado Morro do Castro. A Escola Municipal Governador Roberto Silveira é voltada para educação infantil e 1º e 2º ciclo, a Escola Municipal João Brasil atende alunos de 1º, 2º, 3º e 4º ciclos e EJA 1º e 2º ciclos. Essas escolas atendem prioritariamente os alunos do bairro do lado niteroiense e as vagas ociosas,

que sobram, são destinadas para atendimento aos alunos da vertente Gonçalense do Morro do Castro.

Sendo assim, com a expansão urbana do Morro do Castro do lado Niterói enseja cada ano vem reduzindo as vagas oferecidas para os moradores do bairro na vertente de São Gonçaloé isso vem preocupando os moradores gonçalense porque vêm as oportunidades de formação de educação de sua população decrescendo. Os mesmos quando não conseguem ingressar no ensino médio precisam sair da localidade e se direciona às áreas próximas ao município de Niterói.

Outro ponto que deixaremos registrado serão os limites convergentes entre a pesquisa desenvolvida por Albuquerque e a que estamos realizando nesse momento dentro do bairro Morro do Castro. Ela também usou os conceitos de Milton Santos para compreender a ressignificação identitária dos sujeitos sociais de sua pesquisa. Apontando “as relações sociais” focando no território.

[...] espaços dos lentos obedecem, uma vez que a estética hegemônica se relaciona com outra medida de tempo: o da velocidade. [...] Configurando o conceito de qual medida de tempo nos referimos, Santos define: “É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos”. (SANTOS, 2002, p. 267). [...] Logo, nos referimos a uma medida de tempo definida a partir das ações, das relações sociais travadas no território e, portanto, diferirão, para além de um território para outro, mas segundo as relações protagonizadas nos mesmos, que são, em última instância, a medida social do tempo. “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo” (SANTOS, 2002 apud ALBUQUERQUE, 2009, p.23 -24).

Outra informação relevante é que os moradores do lado São Gonçalo dependem das vagas oferecidas pelas escolas municipais de Niterói do lado Morro do Castro. A Escola Municipal Governador Roberto Silveira é voltada para educação infantil e 1º e 2º ciclo, a Escola Municipal João Brasil atende alunos de 1º, 2º, 3º e 4º ciclos e EJA 1º e 2º ciclos. Essas escolas atendem prioritariamente os alunos do bairro do lado niteroiense e as vagas ociosas, que sobram, são destinadas para atendimento aos alunos da vertente Gonçalense do Morro do Castro.

Sendo assim, com a expansão urbana do Morro do Castro do lado Niteroi enseja cada ano vem reduzindo as vagas oferecidas para os moradores do bairro na vertente de São Gonçalo é isso vem preocupando os moradores gonçalense porque vêm as oportunidades de formação de educação de sua população decrescendo. Os mesmos quando não conseguem ingressar no ensino médio precisam sair da localidade e se direciona às áreas próximas ao

município de Niterói.

Outro ponto que deixaremos registrado serão os limites convergentes entre a pesquisa desenvolvida por Albuquerque e a que estamos realizando nesse momento dentro do bairro Morro do Castro. Ela também usou os conceitos de Milton Santos para compreender a ressignificação identitária dos sujeitos sociais de sua pesquisa. Apontando “as relações sociais” focando no território.

[...] espaços dos lentos obedecem, uma vez que a estética hegemônica se relaciona com outra medida de tempo: o da velocidade. [...] Configurando o conceito de qual medida de tempo nos referimos, Santos define: “É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos”. (SANTOS, 2002, p. 267). [...] Logo, nos referimos a uma medida de tempo definida a partir das ações, das relações sociais travadas no território e, portanto, diferirão, para além de um território para outro, mas segundo as relações protagonizadas nos mesmos, que são, em última instância, a medida social do tempo. “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo” (SANTOS, 2002 apud ALBUQUERQUE, 2009, p.23 -24).

Albuquerque (2008) utilizou Milton Santos com a finalidade de chamar atenção para a existência de um paradigma temporal hegemônico. Para ela esse paradigma temporal hegemônico é derivado das relações travadas no espaço urbano entre “os espaços luminosos e os espaços opacos”.

O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. “Mas, graças à globalização e aos efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais” (SANTOS, 2002 apud ALBUQUERQUE, 2009, p24).

Para Albuquerque (2009) os espaços luminosos são estabelecidos nas áreas urbanas onde as políticas são mais visíveis consequentemente vivem as pessoas com maior poder aquisitivo. Santos (2002) alegar que os espaços luminosos são os lugares no qual existem as predominâncias de visibilidades técnicas enquanto os espaços opacos são constituídos pelas camadas mais pobres da população que por serem de baixa renda, ocupam os lugares periféricos e sofrem ausências da intervenção por parte do governo de políticas públicas que deveriam ser mais atuantes em segurança pública e também nas áreas ligadas à educação, saúde, moradia e lazer.

Os sujeitos oriundos do Morro do Castro pertencem e vivenciam a cidade e sua velocidade, portanto circulam em todas as esferas temporais da mesma, mas na cidade do tempo rápido (SANTOS, 2002) lhes é atribuído o pertencimento à cidade do tempo lento (SANTOS, 2002) e, os signos culturais, (BOURDIEU, 2001) as formas de lidar com o real que estes sujeitos adotarão na cidade do

tempo rápido (SANTOS, 2002) terão como referencial os valores de classe dos viventes da cidade do tempo lento (SANTOS 2007, apud ALBUQUERQUE, 2009, p.25).

Na citação feita anteriormente Milton Santos que assinala como sujeitos pertencentes à cidade do “tempo lento” Albuquerque (2009) explicar que esses sujeitos possuem referenciais de valores que abrangemos como identitários. Eles não são fixos, ou seja, são presos a uma inflexibilidade. Sua flexibilidade é resultado das conjecturas que se adaptam as necessidades de sobrevivência dos que estão inseridos nos espaços opacos. A autora diz que para Milton Santos é exatamente dessa noção de valores de classes – poder-se-ia dizer: “valores de lentidão”– que se origina na força desses sujeitos e dos espaços a qual pertencem. (ALBUQUERQUE, 2009).

Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade... Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em face com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações (SANTOS, 2002, apud ALBUQUERQUE, 2009, p.25 - 26).

No entanto, existem diferentes relações que a cidade possa instituir com os lugares de tempos lentos e de tempos rápidos, sendo assim dentro da cidade há espaço voltado à lógica hegemônica onde a dinâmica é mais produtiva e outros espaços se opõe a essa dinâmica. Esses são conhecidos por serem os lugares dos homens lentos, justamente, são esses que Milton Santos (2002) afirma que é necessário buscar maiores entendimentos sobre eles por causa dos mecanismos de solidariedade.

Como exemplo pode mencionar a dinâmica de sobrevivência criada no interior dessas redes possibilitaram criar uma dinâmica de solidariedade, levando novas maneiras de dar visibilidade a lugares que antes eram opacos.

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano (JACQUES, 2008, p.4).

Prosseguindo na reflexão sobre a ação dos corpos usaremos Mbembe (2016) sua análise sobre o Biopoder, no que se refere à soberania do estado de exceção da política de morte, ou seja, nosso objetivo é de explicar a legitimação dada ao soberano para o direito de

vida e de morte de sobre alguns corpos. Sua visão estar pautada na crítica social adequada, a subjetividade foucaultiana, sobre as práticas racistas utilizadas dentro da lógica capitalista, nas áreas periféricas ou sobre uma minoria étnica, como no caso da morte de judeus nos campos de concentração.

Mbembe afirma que: *Os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras* (MBEMBE, 2016, p.124), ou seja, o biopoder legitima a radicalização dos atos que justificam o direito de extermínio como uma ação de exceção, que autentica os atos de execução desses corpos, e que nesse contexto passaram a ter amparo dentro da estrutura político-jurídica da soberania do Estado.

Seu pensamento nos permite entender, os processos de vulnerabilidade social que as classes populares sofrem nos dias atuais. Vale ressaltar que estamos passando pelo momento de crise societária de âmbito mundial, na qual a sociedade contemporânea sofre os reflexos locais e globais desse processo. Entretanto, o autor chama a nossa atenção para as consequências da Necropolítica - essa afeta principalmente os que vivem nas periferias brasileiras, pois estão mais sucessíveis aos impactos da redução do Estado de Bem-Estar Social. As inviabilidades desses corpos que vivem em espaços opacos convivem com a singularidade do extermínio que no nosso caso, brasileiro, está intimamente associado a um histórico de ausências de direitos sociais voltados às populações afrodescendentes. Antes de dar continuidade a inquietação provocada por Mbembe, que trata sobre a vulnerabilidade que alguns corpos têm se comparado a outros sobre o direito de viver e morrer.

Há um grande quantitativo populacional presente nas áreas periféricas nos grandes centros urbanos, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro e as regiões metropolitanas. Essas áreas apresentam um histórico de uso de mão de obra negra utilizada no desenvolvimento agrícola, com a cultura de diversos cítricos como o caso da laranja plantada no passado nos atuais municípios de São Gonçalo e Nova Iguaçu, ação que justifica grande presença de afrodescendentes nessas regiões.

A fluidez e a simultaneidade caminham juntas dando especificidade ao lugar, que pode ser compreendido através das relações espaciais diretas que são estabelecidas por meio do cotidiano. Esse caminhar junto possibilita a articulação entre a cooperação e o conflito dos que convivem dentro do local.

Na expectativa de observar as múltiplas possibilidades que podem ser usadas para darem as visibilidades aos sujeitos sociais, como forma de resistência dentro dos “espaços opacos” será utilizado às contribuições teóricas de Milton Santos(2002a) no tocante a

corporeidade⁴ dos chamados “homens lentos”, ou seja, dentro da contemporaneidade o sujeito urbano interage dentro espaço através do seu corpo.

O lugar entende-se como espaço do vivido, da vivência, das trocas que esse corpo faz no espaço urbano sendo que nesse caso a inserção desses homens lentos se apresenta como formas alternativas de reprodução do espaço geográfico. O uso desse território de resistência acontece quando esses corpos buscam subverter as lógicas de produção do espaço geográfico. Nesse caso as forças desses homens lentos acontecem quando eles passam a se apropriar do território através de seu uso.

A urbanização segundo Jacques (2008) responsável pela perda da corporeidade, ou seja, com a expansão da privatização de espaços urbanos, tornou imprescindível reavaliar as relações estabelecidas entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão.

As transformações urbanísticas crescentes estão impondo aos corpos a obrigatoriedade de adaptações a espaços com a lógica capitalista e a movimentos de remodelação da paisagem. As novas paisagens passam ser impactadas com a implantação de novos fluxos (ruas, centros comerciais, bancos entre outros) que revalorizam espaços antes esquecidos, obrigando os mesmos a readaptação ou realojados em outros lugares, como por exemplo, ocorreu no passado, no Centro de Niterói levando o direcionando pessoas que viviam naquela região, Favela do Sabão, para residirem no Morro do Castro.

Dando continuidade à dialética entre “espaços opacos” e “espaços luminosos” nesse momento fará menção às potencialidades existentes no bairro na parte do Morro do Castro do lado niteroiense que classificaremos como espaço luminoso. A disparidade se dar em virtude da política Municipal que atende com mais eficácia à localidade de Niterói se comparado aos serviços públicos oferecidos por São Gonçalo.

No bairro de Niterói todas as ruas são pavimentadas, as escolas de ensino fundamental e ensino médio funcionam com quadro de funcionários completos constituídos por docentes com pessoal de apoio para serviços administrativos e inspetores e com regularidade de oferta de merenda escolar, distribuição de uniforme e material didático. Nesse período de pandemia, onde as aulas foram suspensas devido ao isolamento social, a Prefeitura Municipal de Niterói disponibilizou o kit de higiene e a cesta básica e apostilas para os alunos. Como também a urbanização é mais completa o que significa que existe a coleta regular de lixo, fornecimento de água encanada e saneamento básico.

⁴ Corporeidade é a maneira pela qual o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional com o mundo. Esse conceito trata da capacidade de o indivíduo sentir e utilizar o corpo como ferramenta de manifestação e interação com o mundo chamamos de corporeidade

A renda per capita da população mostra ser mais elevada uma vez que as residências são com acabamento mais sofisticado poucas são as casas de olaria, apenas no tijolo, casa sem reboco com tijolos a vista, e ruas não apresentam obstruções construídas para impedir o acesso dos agentes de segurança em caso de operações da Polícia como que acontecem normalmente. O Posto de Saúde possui atendimento domiciliar, onde os agentes comunitários de saúde e os médicos fazem as distribuições de medicamentos.

Sendo esses fatores de infraestrutura, mencionados acima, utilizados como divisores para a materialização das diferenças, que comparamos com base na literatura de Milton Santos, aos espaços luminosos o lado Niterói, e a vertente São Gonçalo que denominamos como um exemplo de espaço opaco. Entretanto, o lado gonçalense apresenta especificidades que serão apresentadas a partir desse momento para demonstra que dentro de espaços invisibilizados têm potencialidades.

A seguir, com base em dados fornecidos do Mapa da desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 2020. As informações mais recentes são do ano 2017⁵ nelas poderemos averiguar o perfil dos municípios que formam a Região metropolitana.

Com base na literatura de Milton objetivo das informações que serão apresentadas, dados do perfil de São Gonçalo, será construído um elo entre macro nesse caso é o município de gonçalense e o bairro Morro do Castro que será o micro buscando uma interlocução entre local e a totalidade, para identificar as realidades que formam o cotidiano daqueles que habitam o município.

Os dados vão servir para fazer comparações entre questões ligadas as necessidades urbanas. As informações nos mostram não apenas vulnerabilidades, mas também informações valiosas que desmistificam a visão segregadora que só visualizam as ausências de São Gonçalo sem levar em consideração as potencialidades e especificidades que é algo que buscamos fazer em nossa pesquisa.

⁵ CASA FLUMINENSE. Perfil dos Municípios 2017. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Mapa->

Figura 3 Mini Perfil Municipal



Fonte::CASA FLUMINENSE. Perfil dos Municípios 2017. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Mapa-da-Desigualdade-Miniperfis-.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

São Gonçalo no que refere às questões ligadas à mobilidade que a população tem dentro do município. Não obstante a multiplicidade de forma que a cidade pode ser lida e interpretada nos dar a certeza que de há heterogeneidade. Segundo os dados acima que apontam que 37% de pessoas trabalham fora do município tal informação pode configurar que São Gonçalo é uma cidade dormitório? Qual o município se destina esse trabalhador? Uma vez que apenas 15% desses gonçalenses trabalham no Rio de Janeiro. Niterói passou a ser o município que oferece vagas de emprego para esse morador?

Ainda analisando as informações sobre mobilidade, partindo das informações coletada através de ida ao campo, observar se a falta de projeto urbano que der uma integração urbana para a circulação dos habitantes da cidade. A insegurança registrada no mapa de letalidade mostra alguns bairros que fazem fronteira com Niterói apresentam altos índices de homicídios, essa insegurança faz com que os motoristas de aplicativo recusem chamada de moradores desses lugares a exemplo temos o Morro do Castro.

Nessa direção, minha hipótese, sobre a complexidade e seletividade da marginalização espacial. Até que ponto essa marginalização é uma consequência da violência nos periféricos? A falta investimento territorial tornou as periferias do município alvo frequente da violência urbana? Obrigar os sujeitos sociais ocupe o território e busque por alternativas de sobrevivência. Segundo os dados do perfil de São Gonçalo o mesmo encontra-se na quinta posição na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na questão pobreza & renda por pessoa nessa perspectiva famílias possui uma renda de novecentos e sessenta e seis reais e as informações quanto ao número de pessoas sem registro formal é de 36% ocupando a 6ª posição entre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Partimos da observação desses dados para fazer um paralelo com as atividades desenvolvidas no interior do bairro Morro do Castro para formular uma hipótese até que ponto os moradores do bairro foram inspirados em abrirem suas residências para desenvolvimento local. Ou os mesmo adotam os empreendedorismos por necessidade⁶ ? Uma vez em que Gonçalo tem 32% de pessoas que não participam do mercado de trabalho. Quem são essas pessoas? Quais foram os motivos que as os fizeram optarem por não participarem do mercado de trabalho?

A questão que associa a baixa qualificação profissional e o acréscimo do mercado

⁶ Os empreendedores que abrem seu próprio negócio por necessidade são aqueles que, na sua visão, não possui opções de trabalho, está desempregado, e para continuar com o seu sustento e sustento de sua família, se aventuram em abrir um negócio próprio, na maioria das vezes sem nenhum planejamento

informal na sua maioria vem de uma conjectura marcada por execráveis investimentos na área da educação. Entretanto, o município vem nos últimos tempos colhendo os frutos da implantação de Instituições de Ensino Superior como uma unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro voltada para formação de professores e instituições privadas voltadas para ensino presencial e educação a distância voltada para cursos de licenciatura.

Ao todo são cinco sendo quatro instituições de ensino superior privado e uma universidade estadual, ambas possa estar indiretamente envolvida nas mudanças apresentadas no dado voltado para educação dos alunos matriculados na rede de ensino gonçalense.

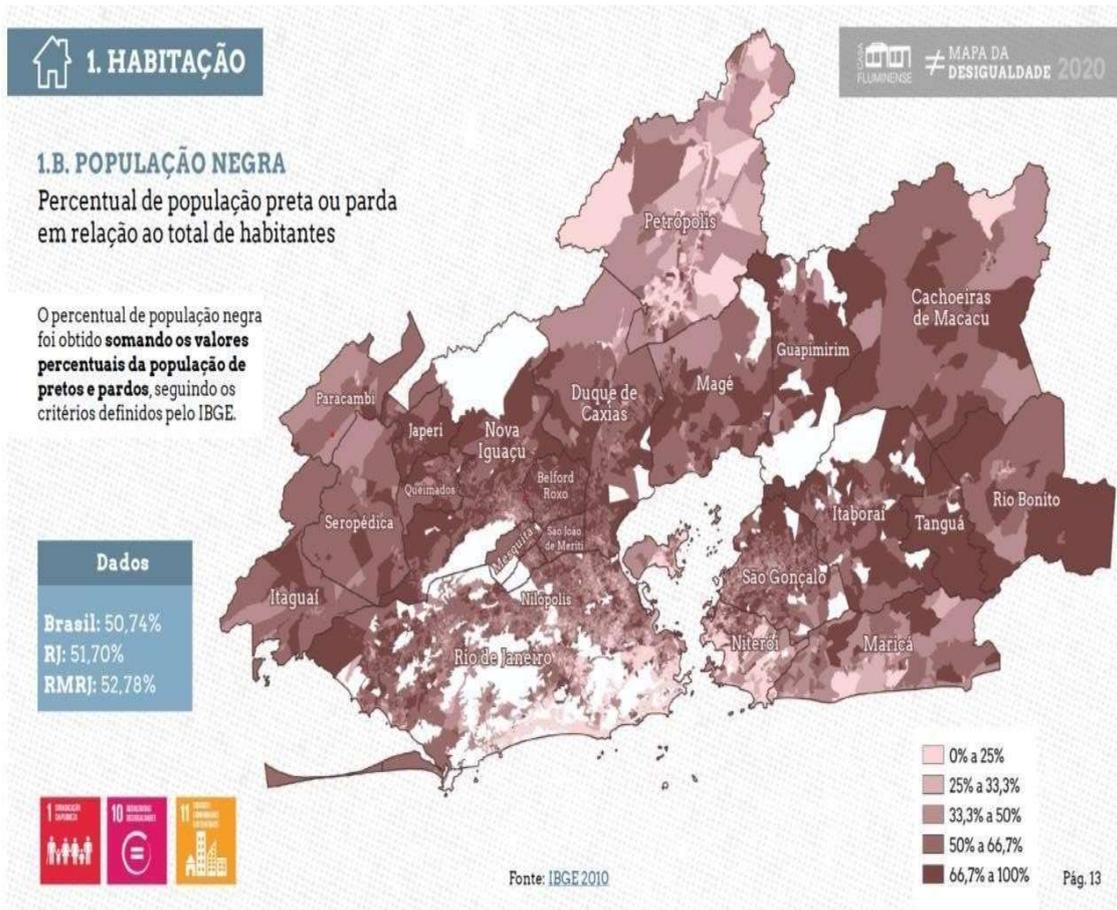
O município apresenta 28% de crianças matriculadas em creche, estão em terceiro lugar no ranking classificatório das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro ocupando a terceira posição. Quanto aos alunos da pré-escola são 86% matriculados e a oitava posição RMRJ. Adultos maiores de 18 anos que possuem ensino médio são 43% da população. E a nota dos alunos no IDEB⁷ é 3,7.

A partir desse momento a análise se volta para o mapa abaixo. Nele encontram-se informações referentes à habitação da população negra dentro da RMRJ. Nesse caso São Gonçalo uma diversidade étnica, mas em alguns bairros apresentam forte presença afrodescendentes Itaoca, Fazenda dos Mineiros Porto da Rosa atribuímos essa concentração ao passado o município teve uma produção agrícola de cítricos voltado para mercado externo a produção era deslocada através das redes fluviais em direção a Baía da Guanabara.

O exemplo inclui o Morro do Castro que no passado era uma fazenda que foi fragmentada dando origem a um bairro periférico. O bairro apesar do seu passado ter presença expressiva de população negra hoje isso não se apresenta mais como traço predominante entre os moradores do bairro. Isso aconteceu devido a chegada de novos moradores ao lugar.

⁷ IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.

Figura 4 Habitação da População Negra



Fonte: IBGE, 2010.

A violência contra a população negra é alvo crescente dentro do estado do Rio de Janeiro. O preconceito provocado pelo racismo estrutural tornou São Gonçalo o município que ocupa a décima quarta posição de registro de homicídios de jovens negros dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

2.1 O Morro do Castro: A Força dos Espaços Inviabilizados

A resignificação territorial defendida em nossa pesquisa vai de encontro à perspectiva que foi desenvolvida através da leitura dos textos de Milton Santos que nos mostraram a força dos homens lentos. Partiremos desse entendimento para compreender a simultaneidade entre o lugar, espaço vivido, e as diferentes possibilidades do uso do território.

Ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar, visto num corte temporal, isto é, num momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho. Como estas não se realizam independentemente dos fluxos, superpõem-se nele também diversos circuitos da produção. Criam-se, assim, solidariedades entre elementos novos e herdados. Formas antigas de armazenagem convivem com modernas formas de cultura e com novas formas de transporte e assinalam, a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sócias do trabalho. (SANTOS, Milton; Maria Laura. *O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.144).

A citação anterior faz menção aos circuitos produtivos nela Santos (2001) se observa a presença de manifestação das ideias marxista sobre o processo de circulação dos meios de produção que é formado por meio da produção, distribuição, troca e consumo. Para o autor os circuitos espaciais produtivos são organizados a partir de uma produção que se volta para uma fabricação de um determinado produto destinada ao mercado consumidor.

Esse circuito de produção se divide, em dois circuitos distintos, que são o circuito superior nesse caso, fazem uso da modernização da tecnologia, utilizando o capital financeiro que é característica da era atual do período técnico-científico-informacional enquanto os circuitos inferiores se constituíram utilizando baixo nível tecnológico que interage com uma organização produtiva horizontalizada.

As atividades ligadas ao comércio informal dentro da localidade na parte de São Gonçalo dentro do Morro do Castro são, portanto, exemplos típicos que mostram os elementos que formam o circuito inferior da economia urbana existente nas áreas periféricas da cidade. Dentro do ambiente urbano o espaço geográfico está relacionado com o território usado.

Seremos mais específicos utilizando as informações fornecidas por um morador do lado de Niterói que nos concedeu no dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte (25/10/20) uma entrevista que foi realizada através do *Whatsapp*, o uso dessa metodologia foi por causa da pandemia provocada pelo Covid-19. Em virtude do decreto do distanciamento social no estado do Rio de Janeiro e nas regiões metropolitanas.

O termo *Lockdown*, de uso corrente na mídia, envolve uma série de medidas que têm por finalidade principal o isolamento social, para que as pessoas fiquem em casa para o controle de números de casos de pessoas contaminadas pelo vírus. O município de São Gonçalo, por exemplo, não utilizou esse termo, mas adotaram medidas restritivas que proíbem a circulação de pessoas e carros - com algumas exceções. Por isso se torna inviável a nossa continuidade de idas ao campo de pesquisa.

Nesse dia, na entrevista, perguntamos sobre o dinamismo econômico existente no lado

São Gonçalo. O mesmo afirmou que existe uma rede formada de atividades ligadas ao setor terciário que é voltado para o comércio e prestação de serviços.

Na ocasião da entrevista mencionou num mercadinho que tem o nome do dono do estabelecimento comercial “O mercado do Marcão” e esse tem horário de funcionamento alternativo. O horário de atendimento ao público começa a partir das vinte e duas horas (22h00min) fechando às duas horas da manhã (02h00min). Esse comércio é gerenciado pelo proprietário, Marcão, não tem funcionário em todas as funções necessárias para funcionamento é feito por ele mesmo. Outros estabelecimentos comerciais dentro do Morro do Castro também aderiram esse horário alternativo de atendimento é o caso também da barbearia e de uma das academias existentes no lugar.

A justificativa apresentada pelo entrevistador era que alguns moradores por saírem muito cedo de suas residências para o local de trabalho não tinha tempo para ir ao mercado no horário convencional. Outra informação sobre o horário atípico que acreditamos que se dar por causa da circulação de trabalhadores que saído muito cedo de suas casas para seus locais de trabalho e retornando no período noturno uma prática que acontece no processo denominado de movimento pendular, ou seja, o fluxo de idas e vindas seguindo um movimento que se compara ao pêndulo do relógio.

A dinâmica do comércio do lado do município de São Gonçalo é muito mais intensa se comparada às atividades comerciais desenvolvidas no Morro do Castro no lado niteroiense. Quando questionado sobre sua opinião sobre quais eram os fatores responsáveis por essa disparidade entre o desenvolvimento econômico do bairro como todo. O entrevistado respondeu que acreditava que por causa da negligência na fiscalização de abertura de atividades ligadas ao comércio e prestação de serviços por parte de órgãos responsáveis em manter a ordem pública em São Gonçalo não atuarem no ordenamento urbano dentro do bairro admite que o comércio funcione normalmente mesmo na ilegalidade.

A solidariedade orgânica resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar. Na realidade, ela é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado. É em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum. (SANTOS, Milton; Maria Laura. *O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.307).

As atividades econômicas realizadas pela população da localidade vêm se destacando e o empreendedorismo acontece por meio da iniciativa de algumas pessoas em abrirem seus

próprios negócios essas atividades foram se ampliando dentro do bairro por causa da divulgação que vêm acontecendo através do uso das redes social construído uma rede de solidariedade orgânica uma vez que os comerciantes usam as mídias para divulgação de seus serviços como caso do *Facebook*, criando informalmente uma economia solidária que dinamiza e incrementar a economia do bairro.

Durante a entrevista foi comentado sobre a potência das mídias. Para além das redes sociais que ajudam na divulgação de comércio local para os moradores do bairro existe também o uso da rádio comunitária. Outra forma muito utilizada para dinamizar as vendas é uma ferramenta de apoio do comerciante local.

Nesse caso as atividades econômicas desenvolvidas, dentro do bairro na vertente gonçalense, podem ser um exemplo do que Milton Santos (2001) define como circuito inferior da economia, pois a organização se dá de maneira despercebida aos olhos de muitos, mas serve como algo de grande relevância para a comprovação da força dos espaços invisibilizados.

Identificar essas relações nos mostra a realidade do cotidiano das áreas periféricas e as estratégias que essas usam para apropriação do território. Uso que dão ao território possibilita construção de vínculos sociais. Essa invisibilização se apresenta como algo posto para lógica capitalista. As potencialidades dos espaços opacos, nesse caso, incluem novas probabilidades de construção de novas horizontalidades a partir de novas formas de produção e consumo.

Outra pergunta que foi feita ao entrevistado foi sobre a questão da assistência dada pelo setor de segurança pública dentro da localidade ele disse que apesar de constantemente o bairro do Morro do Castro é mencionado nas páginas de jornal, *São Gonçalo, o Fluminense e o jornal Dark*- especializados em notícias do leste fluminense, a mídia faz menção do bairro por causa de operações policiais do lado gonçalense.

O entrevistado afirmou que a sensação de insegurança vem progressivamente crescendo dentro dos centros urbanos. O medo generalizado vem acompanhado da sensação de falta de credibilidade que as pessoas têm sobre a atuação do setor de segurança pública.

Informações e descrições que relatam sobre as ações ilícitas do Morro do Castro nas páginas policiais entram em contradição com o relato do entrevistado que reside no lado niteroiense, pois afirma apesar de residir do lado que apresente uma infraestrutura urbanista mais organizada do que no lado oposto, São Gonçalo, nesse caso a verte de gonçalense é que apresenta mais segurança.

Sua justificativa para essa afirmação é que o índice de assalto torna-se praticamente inexistente e como prova destaca como exemplo, as atividades desenvolvidas por

comerciantes que funcionam com estabelecimentos abertos em horários alternativos, como o caso do mercado do Marcão.

Ao enunciar as suas especificidades, as favelas também revelam a sua inserção na vida da sociedade urbana. Podemos afirmar, inclusive, que as favelas representam a maximização das possibilidades econômicas, culturais e sociais, realizada pelos pobres, nos seus mais legítimos esforços para habitar a cidade. Mesmo nas mais precárias de suas configurações de habitação e serviços básicos, as favelas são territórios onde os pobres afirmaram sua presença no espaço urbano. (BARBOSA, 2013, p. 124).

As especificidades apresentadas no bairro Morro do Castro na vertente São Gonçalo indicam a potencialidade desenvolvida pela população local. Eles buscam maneiras alternativas para uso do território. Por isso voltaremos a pensar a importância do conceito de território e como a população que reside do lado gonçalense se apropria do uso do território em benefício próprio.

Para isso empregaremos as discussões do artigo *As favelas como territórios de reinvenção da cidade* (2013), de Jailson de Sousa e Silva e Jorge Luiz Barbosa para ampliação, para a compreensão, a respeito das individualidades existentes dentro dos espaços pré-julgados como espaços marginalizados. Ao longo do nosso trabalho citaremos outros autores e obras, para as discussões em torno do tema proposto.

Diferentes territórios são produzidos no espaço urbano segundo as práticas, vivências e experiências dos seus atores. Esses territórios se sobrepõem e são contínuos ou radicalmente distintos, existindo em diferentes movimentos, que definem a forma e o conteúdo de seu uso. Como afirma Milton Santos (2000), o território em si não é um conceito, tornando-se tal apenas a partir de seu uso social. O território somente se constituiria num conceito utilizável para análise, quando fossem considerados os atores que dele se utilizam e fazem sua experiência concreta de ser no mundo. (BARBOSA, 2013, p. 124).

Com fundamento teórico nas obras de Milton Santos, os autores definem o território como uma união de práticas sociais com a base técnica. E isso se dá através da junção de sistemas naturais com os materiais históricos. Os mesmos afirmam ser necessária a construção de laços, que podem ser simbólicos ou afetivos, que permitam que os use esse território possam se apropriar desse espaço.

[...] O conceito de território usado permite pensar as relações existentes entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, sendo tanto resultado do “processo histórico, quanto da base material e social das novas ações humanas” (SANTOS, 2000:1). É assim que é no território que se faz possível reconhecer o sentido dos interesses coletivos, promover pertencimentos e de mobilizar forças plurais de mudança. O território significa, portanto, uma marca e uma matriz daquilo que verdadeiramente somos e do que queremos para as novas gerações de cidadãos. (BARBOSA, 2013, p. 118).

Justificamos a opção de utilizar o conceito território usado porque queremos colocar

os sujeitos sociais que vivem dentro do Morro do Castro na vertente gonçalense como autores principais de suas práticas na construção de um mundo capaz de ressignificar espaços estigmatizados pela marginalidade.

Na perspectiva de constituição de uma geografia afetiva que possibilita novos olhares com menos preconceito, para as novas manifestações culturais que vêm surgindo das periferias e favelas um engajamento em prol da luta contra o racismo e valorização identitária dos sujeitos sociais que vivem nesses lugares.

Numa observação mais atenta para a intensa vida social presente nas favelas, percebemos códigos, marcações e práticas de sociabilidade que configuram significados próprios e que explicitam identidades socioculturais. Quando são superados os pré-conceitos em relação à vida nas favelas é possível verificar que há acordos, regras e normas instituídas nas vivências de seus habitantes. Há modos de viver que afirmam a existência de grupos sociais na apropriação do território. Assim como podemos identificar usos do território, que a despeito de regras formais de ocupação, apresentam soluções simples e criativas para edificação de moradias em condições geomorfológicas complexas, assim como o modo particular de acessar os serviços urbanos básicos (água, esgoto, eletricidade). (BARBOSA, 2013, p. 124).

Partindo do entendimento das mudanças socioespaciais que acontecem dentro de lugares segregados, narramos as transformações que foram acontecendo no decorrer do crescimento do bairro que inicialmente surgir apenas como local de moradia. Observasse a busca por possibilidade de novas oportunidades de geração de renda local. Sendo assim muitos que habitam a localidade ampliaram suas moradias transformando-as em salão de beleza, mercadinho, pensão, farmácia, padarias e bazar, etc.

Tais mudanças promovem a ampliação do desenvolvimento econômico da localidade, pois dar oportunidades de oferta de vagas de emprego para os que moram dentro do bairro como também movimentam o mercado informal e a circulação de capital entre os moradores.

Outra função central para a habitação é sua condição de ponto de reunião de diversos grupos familiares. De fato, rompendo com a lógica da habitação em núcleos familiares reduzidos, um imóvel na favela pode reunir diferentes domicílios, com diferentes tipos de arranjos familiares. Nesse quadro, por exemplo, a possibilidade de possuir uma laje abre grandes possibilidades em termos de herança familiar, reserva de valor econômico e espaço lazer, de congregamento de grupos diversos. Cabe, nesse caso, reconhecer as formas plurais de organização familiar nas favelas, que rompem com as lógicas vigentes nos bairros dos setores médios, economicamente falando, da cidade. (BARBOSA, 2013, p. 124).

Outra particularidade dentro do cotidiano observada na ida ao campo era a presença reduzida de verticalização urbanística uma prática presente em grande parte das áreas de favelas em espaço urbano por causa do crescimento do núcleo familiar e falta de espaço para

ampliação horizontal, ou seja, as casas nas favelas são muito próximas umas das outras. Por isso a ampliação das residências acontece de forma verticalizada.

Ao fazer o questionamento para saber os fatores responsáveis pela ausência dessa prática nas residências de grande parte dos moradores. Sendo o bairro um bairro de periferia algumas características são familiares as áreas onde são constituídas as favelas.

Como resposta ao questionamento feito ao morador local, a resposta obtida foi explicada por ele que a ausência de verticalidade se dava porque no passado ainda existiam espaços disponíveis para ampliação horizontal do núcleo familiar. O exemplo, quando o filho de um casal que mora na localidade recebia a permissão de construção de um imóvel no terreno da família para se casar.

Entretanto, com o crescimento urbano provocado pelo crescimento das famílias e falta de lugar para expandirem as novas residências tem levado as novas gerações do Morro do Castro buscar outras localidades fora dali como residência como outros bairros periféricos em São Gonçalo ou Niterói. Esse tipo de deslocamento já aconteceu em outros lugares como a população da região nordestina que realiza fluxos migratórios em direção a região sudeste.

Esses deslocamentos inter-regionais podem ser motivados por fatores econômicos, contudo por causa da falta de qualificação profissional alguns não conseguem se inserir dentro do mercado de trabalho e acabam fazendo uma migração de retorno. Usaremos esse tipo de migração de retorno como um exemplo que também acontecer com esses que estão saindo do bairro.

Sua saída não significa que seu afastamento será permanente, assim como foi o egresso daqueles que deslocaram dentro da região, esse fato também poderá acontecer com os moradores do Morro do Castro. Eles poderão retornar posteriormente e reaproveitar as lajes das residências do local e aí em seguida começar o processo de verticalização no local uma vez que não encontre possibilidades de ascender socialmente esse retorno pode se dever pela falta de condições econômicas como desemprego e moradia.

O território não é apenas um lugar físico que se habita. É uma experiência de comunicação entre sujeitos sociais. E, em se tratando de espaços populares, por mais precária que se nos apresente a sua forma-aparência, não podemos desconsiderar as vivências compartilhadas pelo grupo social, que os animam com suas histórias e, por meio destas, possibilitam que os indivíduos e grupos sociais se posicionem no mundo. Emergem desse movimento homens e mulheres que superam os estigmas sociais e raciais que lhes são impostos. Pessoas que não necessitam somente, mas que sonham, desejam e exigem direitos. (BARBOSA, 2013, p. 125).

Fala do Morro do Castro é compartilhar vivências e recordar os pontos que tem

simbolismo como o bar do Ricardo, Campo do Veterano, Morro da Sereia, Pico da Bandeira e a sede da fazenda do doutor Raul, ou melhor, os escombros da fazenda que deu origem ao nome do bairro. As transformações que seguem, entretanto, as relações sociais que originam as redes de solidariedade reafirmam o uso do território com apropriação.

A ressignificação parte também de um processo de revalorização do território para as próximas gerações, por isso a reafirmação identitária é necessária. Projetos sociais têm surgido dentro do bairro com essa finalidade. Parceria com o terceiro setor, ONG, tem levado a constituição de novas materialidades. O projeto social *Um Rio* tem promovendo inclusão social e solidariedade entre jovens que vivem dentro e próximo a favelas tem um núcleo de atendimento dentro do Morro do Castro.

A ONG desenvolve desde 2015, dentro do Morro do Castro treinamento com os moradores para ensinar a jogar rúgbi. Isso é possível porque a entidade conta com ajuda voluntária do jogador de rúgbi inglês Robert Malengreau. A *Um Rio* já recebeu até o prêmio Presidencial Rugby Football Union da Federação Inglesa de Rúgbi. Todo o projeto funciona por meio de ação voluntária, uma vez que ainda não conta com patrocinadores.

A Escola Municipal Niteroiense João Brasil, um dos colégios que funciona dentro do bairro, é um dos parceiros do projeto. A escola sede para o projeto professores que atuam nas aulas, grande parte das crianças inscritas no *Um Rio* são alunos da escola.

3 COMO INDIVÍDUOS MARGINALIZADOS OLHAM O ESPAÇO DO MORRO DO CASTRO

Nesse capítulo, guiados pelos conceitos de Estabelecidos e Outsiders, desenvolvidos por Nobeit Elias e John L. Scotson intencionamos fazer uma união entre a teoria apresentada pelos autores com os dados recolhidos nas entrevistas concedidas pelos moradores do Morro do Castro.

Escolhemos esse livro por ele apresentar uma análise social do espaço periférico, que segundo o discurso oficial era uma área violenta. Mas ao lado dessa área considerada violenta residiam outros indivíduos, que foram considerados pelos autores com Estabelecidos. A área que eles moravam, apesar de próxima, não era descrita pelo discurso oficial como violenta. Ao contrário, era um local habitado por gente educada, com filhos que não apresentavam problemas de comportamento, não possuíam histórico de envolvimento com drogas ou passagem pela Polícia.

Após trabalhar como professor na área dos indivíduos considerada violenta, segundo o discurso oficial. Elias e Scotson resolveram realizar um estudo sociológico da formação espacial. Eles buscavam compreender o motivo de indivíduos serem considerados violentos e socialmente inadequados. A estes chamaram de Outsiders. Aos que apresentavam o padrão de conduta e vida familiar segundo as regras do Estado chamado de Estabelecidos.

Logo no início, os autores apresentam que não havia diferença racial entre os dois grupos. Dessa forma, eles fugiram da categorização fácil e da solução rápida para sua pesquisa. Bastava dizer que o Estado tratava os indivíduos diferentes devido a sua origem étnica. Mas o problema, apresentado pelos autores, ganhava mais densidade na medida em que propunham uma análise do espaço, para compreender as relações sociais dos grupos entre si e dos grupos com o Estado. Essa chave de leitura nos ajudará a compreender como os moradores do Morro do Castro podem ser compreendidos.

Recorremos a Elias e Scotson, para compreender a relação dos grupos entre si, através da criação de estigmas.

As condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre outro – a sócio dinâmica da estigmatização – merecem certa atenção, nesse contexto. Deparava-se com esse problema tão longo se falava com os moradores das partes mais antigas de Winston Parva. Todos eles concordavam em que as pessoas “de lá”, da parte mais nova, eram de uma espécie inferior. Era impossível não notar que a tendência de um grupo a estigmatizar outro, que desempenhar um papel tão importante nas relações entre grupos diferentes no mundo inteiro, podia ser

encontrada até mesmo ali, naquela pequena comunidade – na relação entre dois grupos que, em termos de nacionalidade e classe, mal chegavam a se diferenciar -, e, uma vez que ali se podia observá-la como que num microcosmo social, ela parecia mais manejável. Era fácil perceber, nesse contexto, que a possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer era função de uma figuração específica que os dois grupos formavam entre si. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23).

Elias e Scotson evitaram relevar o nome da comunidade estudada para preservar os seus moradores. Eles criaram um nome fictício: Winston Parva. Algumas vezes em nossos trabalhos, na tentativa de proteger, de manter as fontes no anonimato, os pesquisadores recorrem a esse recurso. Em outros casos, mesmo que quisessem, ao descrever a comunidade apresentariam dados que, para um leitor mais atento, não seria difícil descobrir qual era o nome da comunidade que eles estavam pesquisando.

Quando trabalhamos com grupos humanos precisamos ter a sensibilidade, para saber apresentar o objeto da pesquisa, sem vê-lo, unicamente como objeto, mas também como sujeito. Criar essa relação de distanciamento e proximidade é um dos desafios da pesquisa. Escolher quais os dados traremos a público, e quais não farão parte do nosso relatório final é outro momento difícil.

Em Winston Parva, os dois grupos possuíam uma relação assimétrica de poder. Pois, como uns puderam categorizar o outro grupo como inferior, e ao mesmo a si mesmo como superiores? Os autores da citação feita anteriormente, nos revelam que um grupo tinha poder suficiente para asfixiar o outro.

No Brasil as relações entre a classe trabalhadora e a elite dirigente, também apresenta matizes próximos aos apresentados por Elias e Scotson.

O Estado brasileiro é constituído por unidades menores chamadas estados, que é formado por outras unidades menores que são os municípios. Existe entre esses entes uma relação de hierarquia, dependência e também de autonomia de decisão em algumas esferas. Os indivíduos vivem nos municípios. Dentro deles existe a interposição das forças federais e estaduais. Dentro dessa complexa dinâmica de oferta de serviços, cobranças de impostos, encontramos a dialética das relações entre a classe trabalhadora e a elite dirigente. Não podemos pensar que essas forças pairam no ar, elas recobrem o espaço, dando-lhe contornos políticos, jurídicos e administrativos.

Historicamente a formação territorial de nossa nação, se organizou a partir da escravidão, primeiramente do índio, depois com o tráfico atlântico de africanos de diferentes locais da África. Como a escravidão africana durou por mais tempo que a indígena, de maneira geral dizemos que a mão de obra africana escravizada passou a ser o alicerce do

desenvolvimento econômico no Brasil, até a chegada dos imigrantes europeus, que não trabalharam como escravizados e receberam tratamento diferente do negro pelo próprio Estado. O processo de “transição” da escravidão para o trabalho livre ocorreu no final do século XIX e no início do século XX. O mundo do trabalho passou a ser composto tanto por escravos, libertos, homens brancos pobres que vendiam a sua força de trabalho. Para se aproximar do padrão de modernização, o Estado brasileiro fazia a opção pela inclusão do imigrante e exclui os negros. No período após a abolição, para a população de ex-escravizados, não houve nenhuma política pública, que procurasse preencher o hiato que separava os senhores dos escravos. Florestan Fernandes, ao olhar para a História do Brasil nesse período, nos diz que os negros foram deixados do lado de fora da sociedade. Esse deixar de fora da sociedade também se refletiu na ocupação do espaço. Eles passaram a ocupar as áreas menos valorizadas.

Voltando aos sociólogos Elias e Scotson, percebemos que negros e brancos pobres residiam em áreas próximas. Contudo, os negros eram os Outsiders, os brancos ainda que pobres fizessem uma leitura de sua condição econômica como temporária. Livres do preconceito de cor julgavam-se também Estabelecidos. Embora distantes de sua terra natal, os imigrantes não se viam no mesmo grupo social que os negros. Todavia, eram também trabalhadores assalariados. Contavam com um caminho de ascensão social diferente dos negros na Primeira República, que por muito tempo tiveram que reafirmar a sua liberdade diante de uma sociedade conservadora e autoritária.

No início da nossa pesquisa sobre as relações sócias e a formação dos espaços estigmatizados que na atualidade são conhecidos como espaço que existe favelização em alguns lugares com base em estudos de Andreilino Campos esses foram também territórios transmutados de antigos quilombos e desde daquele período os grupos sociais que se constituíram naqueles espaços já sofrem estigmatização por serem pertencentes a um grupo cuja formação e organizações integravam grupos sociais nas quais suas representações eram pré-julgadas pejorativamente e criminalizados e com base na literatura de Elias e Scotson (2000) denominaremos com os outsiders.

Campos (2005), explica que a territorialidade que membros de algum grupo passam a ter sobre um determinado lugar vem seguida de um pertencimento que é legitimado por eles ao apropriar se de um território, mas esses passam a pressupor estigmas para aqueles que vêm de fora desse grupo. Portanto, os que chegam, passa a ser o estranho, nesse caso os outsiders.

territorialidade plena, fato preponderante para alcançar a identidade espacial. [...]. Aqui, a identidade está sendo designada como um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, este último construído pela interseção de sua história individual com a do grupo em que vive. Cada sujeito em particular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos (SODRÉ, 1999:34). (CAMPOS, 2005, p.37).

O processo identitário acontece através das relações estabelecidas dentro desse espaço. Observamos que essas são de grande proeminência, por causa das suas relações de poder, que são formadas entre moradores, o lugar e o território fronteiriço, ou seja, no bairro Morro do Castro formado pela vertente Niterói e lado São Gonçalo. Chamaremos de outsiders os moradores que passaram a fazer parte da configuração espacial do Morro do Castro oriundo da remoção de parte da favela do Sabão que foram retiradas da localidade próximas ao centro de Niterói para dar espaço para construção da ponte Rio/Niterói na década de 1970.

Essa informação foi coletada na ida ao campo de pesquisa onde coletamos e registramos no caderno de campo depoimentos de moradores para preservação da identidade os nomes foram ocultados, pois os mesmos não sentiram a vontade publicizar seus nomes. Fato é que na busca por dados que comprovasse as informações encontramos no livro comemorativo de 10 anos do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense organizado por Maria de Lourdes Costa e Maria Laís Pereira da Silva lançado no ano de 2015 informações que falavam de uma remoção de moradores da Favela do Sabão.

O livro tem um capítulo escrito por Lelia Mendes de Vasconcellos, sua pesquisa, aborda as transformações urbanas e os impactos produzidos na cidade niteroiense com a construção da ponte Rio/Niterói. A percepção do seu estudo se deve a ocupação e as transformações ocorridas pela expansão urbana da cidade e regiões vizinhas. No decorrer das observações de Vasconcellos (2015) se mostra o descontentamento dos moradores no local.

A memória do local antes da ponte foi referenciada por muitos depoentes, moradores antigos dos locais onde esta se assentou. A configuração do local era expressa como uma área visivelmente degradada. Expressões como “velharia”, “casario pobre”, “favela”, foram bastante frequentes. Curiosamente, as alterações ocorridas junto à sua cabeceira com as várias alças dos viadutos de acesso não fizeram parte, em sua maioria, da percepção desse grupo de entrevistados. [...] Pouquíssimas foram as indicações quanto à memória da antiga estrutura viária. Alguns entrevistados referiram-se ao alargamento da Avenida Marquês do Paraná e à presença do bonde. (VASCONCELLOS, 2015, p.300).

Ao mesmo tempo da construção da ponte Rio/Niterói as memórias das pessoas que foram entrevistadas faziam referência ao lugar como área extremamente degradada fazendo

menção às moradias dos que habitavam esse espaço como uma favela. Raras foram os indícios quanto à memória da antiga estrutura viária que existiu antes da ocupação desse espaço por esses moradores entrevistados por Vasconcellos (2015) eles eram segundo os entrevistados os que promoviam a favelização daquele lugar.

Para Vasconcellos (2015) outros bairros do entorno de onde era localizada a favela do Sabão também sofrem reflexos provocados pela construção da ponte que passaria a interligar duas grandes cidades: Rio de Janeiro e Niterói. O bairro de Fonseca antes apresentava como características de um bairro residencial sofreu um processo de descaracterização, tornando-se uma área de passagem.

Dessa forma, no local que antes havia residenciais passou a abrigar e novas construções comerciais. Esse processo de mudança veio acompanhado de uma desvalorização imobiliária, segregação socioespacial e expansão de verticalização junto com favelização do seu entorno, formando o bairro de Tenente Jardim, faz parte de um dos bairros de Niterói, que funciona como uma via alternativa para quem vem de São Gonçalo rumo ao centro de Niterói e área que vai dar acesso ao Morro do Castro.

Os moradores dos bairros adjacentes à cabeceira da ponte pareciam não ter uma apreciação muito positiva quanto ao passado do local, correlacionando-o à miséria em razão da existência de uma enorme favela, conhecida pelos nomes de “favela do Sabão” ou “Maverói”, nomes de fábricas que ali existiram antes da construção da Avenida do Contorno e da ponte. Um “local plano”, “espécie de terreno baldio”, “construções baixas”, “casarios muito velhos”, “casas antigas e ruas estreitas”, lugar “muito feio”; “era tudo favela, muito buraco, não tinha ruas, só beco... barracos de madeira e zinco, às vezes de plásticos; o tipo mais pobre que se pode imaginar... era uma coisa horrível...” – foram algumas das imagens associadas à área onde posteriormente foi implantada a ponte (VASCONCELLOS, 2015 p.300).

Os relatos de Conceição Evaristo em seu romance *Beco de Memórias*, nos ajuda a compreender como era difícil o dia a dia dos moradores de uma favela. As durezas provocadas pelas ausências (água encanada, rua asfaltada, atendimento médico, etc.) dão lugar ao movimento de solidariedade que permite a constituição de uma identidade de resistência frente ao estigma que marcam os que são oriundos desses lugares. Sua narrativa é um exercício de sobrevivência que busca assegurar o direito à fala dos que são pré-julgados possibilitando dar voz, uma resposta, um contra fala que vem do discurso do poder, ou seja, do estabelecido.

Já Tio Totó sempre fora um homem de risos e sorrisos fartos. A gargalhada dele retumbava. Ele viera de pais escravos. Viera são, salvo e sozinho da outra banda do rio, deixando nas águas o melhor de seu. Viera de uma primeira e de uma

segunda mulher mortas. Viera de filhos mortos. Estava no terceiro casamento, cumpria seu tempo de vida com seus noventa e tantos anos. E até há bem pouco tempo, ria gostoso, ria liberto. Seu riso, sua gargalhada foi rareando quando ele começou a envelhecer. Tio Totó custou a se tornar um velho. Aos oitenta anos era um moço. E gostava de repetir: “Eu não sou de morte fácil, de vida difícil, sim!” De todas as suas histórias, a que ele gostava mais de contar, e repetia sempre, era a da travessia do rio. Sempre começava assim: “Cheguei são, salvo e sozinho na outra banda do rio. Gostaria de ter morrido, mas estou aqui.” (EVARISTO, 2017, p.48).

A vida dos indivíduos nesses lugares estigmatizados não é marcada pela violência. Existem momentos bons cercados de trocas afetivas ainda que os olhares dos que estão no entorno, não conseguem compreender que eles têm também o direito ao prazer, a felicidade. Esses momentos são usados pela classe dirigente para aumentar a força de coerção e criar novas maneiras de exclusão. Usaremos uma citação de Evaristo (2017), para desconstruir a visão de que apenas a violência impera nesses espaços. Nessa narrativa tem como objetivo mostrar apesar das dificuldades enfrentadas a momentos de alegrias.

Tio Totó, apesar de muitos anos vividos, tinha o ouvido muito apurado. Acordou atordoado com o barulho e chamou Maria-Velha. Maria-Nova acordou também e pressentiu que alguma coisa de muito grave tinha acontecido. Tio Totó suava e tremia. Deus meu, o que teria acontecido? Estariam jogando uma bomba na favela? Se fosse, ele nem se importaria, assim seu corpo ficaria por ali mesmo. Tio Totó, cada vez mais, tornava-se íntimo da morte, despojava-se da esperança. Revivia o que passara, coisas tristes, tristes mesmo! Algumas alegres num tempo de esperanças. Foi justamente a esperança que ele procurou. Procurou a esperança bem lá no fundo do coração e só escutou a batida seca e dura do órgão. Era coração velho! Quando iria terminar tudo aquilo? Seria agora? Quem sabe uma bomba estava sendo jogada na favela? Um dia ele escutou falar no rádio de uma bomba que foi jogada num lugar aí no estrangeiro (no Brasil, não acontece dessas coisas) e que arrasou uma cidade. Quem escapou, ficou doente, de doença brava no corpo e no sangue. Será que estava acontecendo o mesmo na favela? Se acontecesse o mesmo, sentiria, não Poe ele, mas pelas crianças, por Maria-Nova que trazia dentro de si tanta vida. Quem sabe para Maria-Nova tudo seria diferente? Cutucou mais um pouco o coração, levou a mão no peito tentando localizar a esperança, apenas o coração batia no vazio. Relembrou de quando chegou são, salvo e sozinho, à outra banda do rio e a sensação era a mesma. Vieram as amargas lembranças. O coração batia apertado, sufocado, desesperançado dentro do peito. Foram tantas dores: esta, a outra, aquelaoutra, aquela ainda, o acabar com a favela. Sentiu a presença da menina no quarto ao lado. Condoído de si, de Maria-Nova e da vida, chorou. (EVARISTO, 2017, p.48).

Retornando da narrativa de Evaristo (2017) para evidenciarmos que, nesse espaço os indivíduos convivem também com as incertezas do amanhã, uma vez que as favelas são espaços localizados próximos aos centros urbanos, por isso estão suscetíveis ao processo de remoção para dar lugar aos projetos de ordenamento urbano. Foi o que aconteceu com a favela que inspirou Conceição Evaristo a escrever “Becos de Memória”. Essas incertezas também aconteceram com os moradores da Favela do Sabão.

As inseguranças quanto ao futuro é o que mais atormentam as narrativas dos personagens de Evaristo (2017) o espírito de coletividade será que os acompanhariam? Todos iriam para o mesmo lugar? Dúvidas e angústias que a leitura nos leva ao universo da ficção nos ajudando a compreender a história do outro. O outro em questão é o favelado.

A morte, às vezes, não se faz anunciar. Chega traiçoeira. O corpo pode deitar-se belo, feliz e amanhã não se levantar, amanhã estar preso ao nada. Às vezes ela manda recado, o sujeito adocece, padece. Às vezes ela faz uma festa no dia anterior. Canta, brinca e sonha no meio do seu ou dos seus escolhidos, e depois os leva traiçoeiramente. E daí? O que os vivos podem fazer? Chorar, viver, cantar, viver, padecer, viver, blasfemar, viver, rezar, viver, viver, viver, viver... A morte havia sido tão sem graça, tão puramente sem graça, brutalmente traiçoeira. Os corpos dos homens-vadios-meninos estavam despedaçados pelo chão e as partes dos dois tratores também. Eles estavam misturados ao pó, à poeira. As pessoas chegavam, tentavam olhar, não viam, adivinhavam apenas. Não dava para reconhecer os corpos, os mortos. Também para quê? A gente conhecia a vida de cada um. Veio a polícia depois de muita espera, recolheu todos, e em tudo ficou um vazio. Era uma dor intensa. Era mais uma falta que a vida cometia. O dia passou lento e arrastado. Todos empurravam o tempo com a barriga. Tínhamos medo do final da tarde. A noite já vinha, vinha...O que seria de todos nós? Dos vadios, dos trabalhadores, dos grandes e pequeninos? O que seria da noite, do samba que aqueles homens-vadios-meninos faziam brinquedo, folguedo? A noite caiu sobre todos nós, vazia dos sons e vazia da vida deles (EVARISTO, 2017, p.76).

O desmonte da favela é algo sofrido e acompanhado de perdas materiais e imateriais. Uma vez que as lembranças se misturavam com tristeza e ódio para as truculências que são comuns na ação de retiradas daqueles que habitam esses espaços na literatura de Conceição Evaristo (2017). Esse fato citado pela autora foi provocado pelos tratores responsáveis pelo acidente que vitimou esses dois moradores pertenciam à construtora contratada para pôr fim à favela.

Desde a morte dos homens-validos-meninos não se ouvia mais falar em desfavelamento. Já se haviam passado quase quatro meses. Os tratores estavam no mesmo lugar, de pernas para cima. Chovera muito nos últimos dias, viera depois o sol. O barro assentara e, como o terreno era em declive, tinha se tornado uma pista escorregadia. As crianças, por não terem brinquedos prontos, acabavam sendo muito criativas. Com isso arrumavam tábuas, empoleiravam-se em cima, e vinham pelo morro abaixo. Era uma brincadeira perigosa, mas, moleques como eram, só viviam em perigo. Se não conseguissem desviar-se, bateriam de cara e tudo em cima do trator. Foi isso que aconteceu. Brandino vinha voando, leve, voando como uma pluma. O trator ali parado, pesadão. O rosto, o corpo, o menino frágil. Não a morte instantânea, rápida, como havia acontecido com os homens-vadios-meninos, não houve. Brandino foi para o hospital, ficou meses. Voltou sim, calado, morto-vivo, bobo, alheio paralítico. A mãe pegava o menino, colocava num carrinho de madeira, pegava os três menores e saía a pedir-ganhar esmolas (EVARISTO, 2017, p.83)

Vidas negras importam, ou melhor, seja essa de um negro ou de um favelado. Nos últimos registros presentes em informações do mapa das desigualdades de 2020, encontramos

dados das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro. Gostaríamos de chamar à atenção para os mapas.

Ambos os mapas mostram o crescimento estatístico referente os casos de homicídios registrados nas regiões metropolitana do Rio de Janeiro os cruzamentos de informações entre os dois mapas apresenta o percentual de população preta ou parda por habitação, dentro das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, segundo os critérios defendidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nesse primeiro mapa, amostra que municípios que fazem parte da Baixada Fluminense como Itaguaí, Japeri, Queimados e Belford Roxo esses apresentam uma presença predominante de habitantes classificados pelo IBGE como pretos e pardos com percentual entre 50% a 100% constituído por esse grupo étnico e as informações do mapa sobre letalidade observamos que mesmo municípios possuem também altos índices na taxa de crimes violentos contra a vida.

Figura 5 - Mapa sobre a Letalidade do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: ISP 2019 e FIESP 2018.

Analisando o gráfico acima verificamos que a incidência de mortandade nos grandes Municípios é altamente variável. Por outro lado, nas localidades consideradas áreas menores a letalidade é muito baixa ou quase inexistente. Continuando nossa análise dos dados da Região Metropolitana vemos que no Município de Paracambi é a única área da Baixada Fluminense que não apresenta taxas de homicídio da População Negra.

No entanto, é viável questionarmos quais as causas para nenhum registro de

homicídios no Município? Gostaríamos de ressaltar que o referido Município faz parte do Circuito do Café, que é uma denominação turística atribuída a um conjunto de Municípios que formam a Região do Vale Paraíba do Sul, e conseqüentemente apresenta uma redução do quantitativo de População negra dentro da composição étnica do Município ora apresentado no Mapa anterior. Ainda assim, podemos indagar qual é a razão da redução da População neste Município?

Por outro lado, o Município de Tanguá apresenta um quantitativo significativo de registro de Negros por habitação, e em contrapartida, o mesmo percentual de homicídios da População Negra.

Intencionamos retomar o diálogo com Evaristo (2017), para mostrar a potencialidade da riqueza das relações sociais da população que vive nas favelas. Entretanto, o processo de desfavelamento prossegue como também o preconceito com os moradores desses espaços.

Para Campos (2005) a necessidade de pôr fim a favela pela classe dirigente ocorre porque vêm os “riscos” que a proximidade desses espaços favelizados com as áreas valorizadas dentro da cidade promovem a desvalorização do imóvel urbano.

Como a favela, ainda hoje, está umbilicalmente ligada à questão do “risco”, as classes dominantes criam, em cada momento, um discurso que vinha dando sustentação às suas práticas sócio-espaciais, baseando-se quase sempre nos ideários discriminatórios e segregacionistas. A questão da higiene foi fundamental para justificar a construção capitalista no espaço do Rio de Janeiro, colocando-se, em nome do bem comum (quase de todos), a necessidade de afastar da área central grande parte dos cortiços que abrigavam os negros egressos da escravidão e, em menor proporção, outros segmentos sociais. (CAMPOS, 2005, p. 37).

Partindo do princípio de remodelação da paisagem, por isso o centro do Niterói também é palco de intensas transformações, um dos marcos foi a criação da ponte Rio/Niterói. Como consequência a remoção de boa parte dos moradores da Favela do Sabão foi removida com objetivo de dar lugar ao desenvolvimento urbanístico. A classe dirigente usou como álibi a construção da ponte Rio/Niterói. A força dos argumentos residia na necessidade de dar espaço para construir um caminho de acesso à ponte fez com que boa parte da Favela do Sabão deixasse de existir. Alguns foram construir sua vida novamente no Morro do Castro.

A vida dos indivíduos em espaços estigmatizados em alguns momentos é criminalizada. Um dos fatores que alimenta esse pensamento é a marginalização, acompanhada por atos de delinquência.

Quando estudamos esses espaços formados por indivíduos que apresentavam essa

característica e concentrados, em um bairro cuja formação se apresenta majoritariamente por moradores mais recentes que comparado aos outros, como na cidade de Winston Parva. As atitudes violentas podem ser uma resposta ao processo de estigmatização.

Colocar lado a lado a proposta de Elias e Scotson com a pesquisa de Vasconcellos (2015) nos ajuda a compreender os relatos dos entrevistados sobre as casas. Em suas memórias a configuração do local onde antes estava localizada a favela do Sabão, aparecia como apenas um local muito degradado. A saída da favela nas entrevistas foi classificada como algo positivo para a região.

E assim chegaram até o bairro no Morro do Castro na década de 1970, os habitantes da Favela do Sabão. Esses novos moradores se depararam com uma realidade muito diferente da que viviam uma vez que os becos, antes confundidos como labirintos, por onde circulavam eles. No Morro do Castro havia uma intensa vegetação que, em pouco tempo foi devastada, para dar espaço para os barracos improvisados de arbustos retirados da própria vegetação local.

Nesse período já havia um pequeno núcleo de povoamento formado por remanescentes da fragmentação de patrimônio do senhor Raul que, era o proprietário das terras que mais tarde deu origem ao bairro Morro do Castro, o nome “Castro”, era o sobrenome do dono da fazenda. O processo de densidade demográfica iniciou-se de forma tímida composta por famílias de funcionários que trabalhavam para a família do ex-proprietário.

As transformações espaciais vieram através do projeto proposto no início dos anos 40 por uma imobiliária Ary e Silveira que iniciou o processo de loteamento de uma parte que era adjacente a localidade que dava passagem ao Morro do Castro nesse caso estamos nos referindo ao bairro Tenente Jardim que assim como o Morro do Castro também se encontra numa área divisa entre São Gonçalo e Niterói. E a continuidade desse procedimento promoveu a construção de algumas casas que foram edificadas sob o comando de outra empresa imobiliária denominada Bela Vista. A seguir tem uma imagem de uma residência que ainda possui traços da arquitetura adotada na construção das primeiras moradias deste condomínio.

Figura 6 - Uma das casas do Modelo Arquitetônico do Projeto Inicial da Imobiliária do extinto Condomínio Bela Vista



Fonte: ALBUQUERQUE (2009)

A realidade começava a modificar a partir da expansão demográfica iniciada com aqueles que já ocupavam esse lugar. Entretanto, o que pode ser considerado como boom populacional dentro do bairro Morro do Castro veio com a chegada das pessoas oriundas da favela do Sabão. Elas encontram um ambiente inóspito, ou seja, local em que não há condições de habitabilidade, pois sua chegada à localidade suscitou agitabilidade por grande parte dos que se encontravam morando dentro desse espaço.

Um dos relatos do trabalho de campo, um morador disse que antes da chegada desses “favelados” o clima era diferente e ao ser questionado sobre os motivos de o fazia acredita que houve mudança no cotidiano do bairro após a chegada desses moradores depreciados por ele, que eram os que já estavam ali, lembrou-se de episódios de infância.

Na sua memória a entrada desses novos moradores foi como um divisor na vida daqueles que se encontravam no local. Uma vez que aqueles que moravam já se conheciam existia entre eles um vínculo afetivo um clima de coletividade mútua, pois entre eles haviam uma história em comum, ou seja, um elo identitário.

A opinião interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e sua conduta. Quando se trata de um grupo estabelecido, que se reserva monopolisticamente para seus membros o acesso recompensador aos instrumentos de poder e ao carisma coletivo, esse feito é particularmente pronunciado. Isso se deve, em parte ao fato do diferencial de poder de um membro do grupo diminuir quando seu comportamento e seus sentimentos contrariam a opinião grupal, fazendo- a voltar- se contra ele. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 39).

Segundo Elias e Scotson (2000), o grupo busca critérios representativos que o identifique por meio de práticas sociais comuns ao grupo pertencente, aqueles que fogem ao padrão. E esses passam a sofrer a pressão dos “boatos depreciativos” sussurrados à boca pequena ou até à franca estigmatização dentro do grupo (sem que ele possa revidar) e que possa implacáveis e congruentes quanto estigmatizarão aos outsiders.

A visão preconceituosa que se tem da população dos espaços favelizados veio junto como bagagem daqueles que no passado vieram da favela do Sabão. Os habitantes da localidade que, formam o bairro fronteiro, no contexto desse esboço, serão estudados na percepção de estabelecido e outsiders desenvolvida por Elias e Scotson (2000) para o entendimento dos diversos costumes que os moradores possuem como também os mesmos vêm a si mesmos e aos outros em suas práticas cotidianas.

A pesquisa fundamentou-se nas normas de socialização e relações de poder. Para denominação das características dos moradores deste local a partir das relações entre a vizinhança que na pesquisa foi dividida entre os pertencia inicialmente ao local e que serviam como base para os estudos de Elias e Scotson (2000) são vistos como “Estabelecidos” e os moradores de fora, ou seja, os que são oriundos do deslocamento da favela do Sabão esses foram recolocados no Morro do Castro.

Em épocas anteriores o impacto que a crença de um grupo em sua graça e virtude exclusivas tinha na auto-regulação dos sentimentos e da conduta de cada um de seus membros em relação aos outsiders e mostravam-se mais visivelmente nos grupos dominados por ordens clericais e, portanto, promovia a união contra aos outsiders através de uma crença sobre-humana comum. Em nossas épocas esse impacto da crença carismática grupal em seus membros têm sua forma mais exemplar no caso as nações poderosas dominadas por establishments de partidos-governos e, portanto, unidas contra os forasteiros por uma crença social coletiva em sua virtude e graça nacionais impares. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 39).

A partir desse momento da pesquisa passaremos a utilizar os dados contidos nos questionários, constituídos por dez perguntas, que eram referentes informações sobre a idade; sexo; o tempo que morava no bairro; como era o bairro; quais são as políticas públicas que existe dentro do bairro; se existia escola no bairro; se nesse período não houvesse a oferta de escola em que local ia estudar; que existia dentro do bairro associação de moradores; como era organizada essa associação de moradores e por último que existiam festas organizadas pela associação de moradores.

Dividimos as respostas obtidas em dois grupos. Os dos moradores mais antigos foram formados por pessoas que descendem dos habitantes que residiam na localidade antes da

chegada dos habitantes da favela do Sabão. A esse grupo denominaremos de estabelecidos, eles constituíram o grupo A.

E o segundo grupo será formado por aqueles moradores descendem dos habitantes que antes residiam no local da favela do Sabão esse grupo denominaremos de outsiders eles constituíram o grupo B. Esse grupo também foi formado por pessoas que chegaram após a entrada dos que viviam na favela do Sabão. Esses são os moradores do bairro do Morro do Castro que habitam tanto o lado gonçalense quanto o lado niteroiense. Os grupos A e B nos ajudam a analisar as estratégias empregadas por eles para o uso do território.

No total, nossa pesquisa teve a participação de cinco pessoas que estão distribuídas entre os grupos A e B. Foram duas pessoas que preencheram o questionário do grupo A. Enquanto o grupo B teve a participação de três pessoas. A informação coletada adotou a estrutura dos dados baseados na configuração da investigação de Elias e Scotson (2000), por que o método usado por esses autores possibilita uma percepção das relações que se instituem entre os seres humanos em diversos níveis de relacionamentos em escalas de entendimento que variam do local ao global.

Não há nada de acidental em se descobrirem aspectos semelhantes nas relações estabelecidos-outsidere que não estão vinculadas a diferenças raciais ou étnicas e naquelas ligadas a essas diferenças. Os indícios sugerem que, também neste último caso, tais aspectos não se devem às diferenças raciais ou étnicas em si, mas ao fato de um dos grupos ser estabelecido, dotado de recursos superiores de poder, enquanto o outro é um grupo outsiders, imensamente inferior em termos do seu diferencial de poder e contra o qual o grupo estabelecido pode cerrar fileiras. As chamadas “relações raciais”, em outras palavras, simplesmente constituem relações de estabelecidos- outsiders de um tipo particular. O fato de os membros dos dois grupos diferirem em sua aparência física ou de os membros de um grupo falarem com um sotaque e uma fluência diferentes a língua em que ambos se expressam serve apenas como sinal de reforço, que torna os membros do grupo estigmatizado mais fáceis de reconhecer em sua condição. (ELIAS e SCOTSON 2000, p. 32).

Para Elias e Scotson (2000) o preconceito vem dos que constituem o grupo formado por os estabelecidos para eles os membros do grupo outsider. A repulsa provém do amedrontamento de envolvimento mais íntimo e esse receio se justifica, uma vez, que essa aproximação de alguma forma possa arranhar sua estrutura de poder, ou seja, que eles percam o simbolismo que os identificam com uma identidade de superioridade aos que são identificados, ou classificados, como de menor valia.

Utilizaremos agora a resposta obtida no questionário, do grupo A, para evidenciar a prática da estrutura de poder que provém das relações de poder estabelecidas por eles. De um simbolismo de pertencimento aos membros do “estabelecidos”.

Uma das perguntas respondidas por essa pessoa que classificaremos como morador

“IA” era referente à sua origem. Perguntamos quanto tempo era morador do bairro essa pergunta tem por objetivo identificar sobre a origem desse morador. Se ele procedia do Morro do Castro ou era de outra região. Seu relato foi que nasceu dentro do bairro e tem 57 anos de idade. O relato descrito, no questionário, conta que o bairro na sua infância apresentava características de uma área rural porque não tinha luz nas casas das pessoas, poucas casas e, extensas áreas de vegetação natural e as mudanças urbanas vieram com o tempo.

Mesmo assim afirma que existem fragilidades, que com o passar dos anos ainda estão pendentes no cotidiano deles que vivem numa área periférica de São Gonçalo, quanto aos serviços urbanos necessários para a o bem-estar da população. Como, por exemplo, creches municipais para atende as mães que necessitam trabalhar fora de casa. E também da necessidade da volta de uma linha de ônibus que ligue o bairro a outras regiões de São Gonçalo. Essa condução existiu no final da década de 80, entretanto, foi extinta nos anos 1990. Nos dias atuais conta com uma condução que se faz exclusivamente no trajeto de ligação com o centro de Niterói. Sendo assim o contato que os moradores do lado São Gonçalo do Morro do Castro têm com o município fica praticamente inexistente devido a ausência de mobilidade urbana.

Todo nosso esforço deve estar empenhado na codificação desse modelo cívico, não mais subordinado ao modelo econômico, como até agora se deu, mas com um modelo cívico que oriente a ação política e alicerce a solidariedade social, e ao qual o modelo econômico que oriente a ação política e alicerce a solidariedade social, e ao qual o modelo econômico e todos os demais modelos sejam subordinados. (SANTOS, 2014, p.126).

Essas carências fragilizam a cidadania e para Santos (2014) deve nos moverá ações de solidariedade que, exigem lutas constantes contra as permanências de injustiças sociais e luta para o amplo acesso à cidadania e direitos que reverta os obstáculos ainda presentes no cotidiano dos moradores que vivem em periferias dentro de espaços urbanos.

O caso do Brasil é diverso, já que a nossa história hegemônica sempre buscou entender as diferenças entre os homens como naturais. Referimo-nos à história escrita pelos que mandam e que dela se utilizaram para conformar mentalidades e perpetuar injustiças. Isso quer dizer que aqui a conquista exigirá uma luta muito tenaz. Para obstáculos maiores, tenacidade maior. A capacidade de enxergar e lutar não decorre da história social que a condiciona, mas da essência humana, comum a todos os indivíduos. (SANTOS, 2014, p.127).

Ao observar os dados fornecidos na página 50 sobre o mini perfil municipal do ano de 2017, de São Gonçalo mostra a vulnerabilidade no que se refere a saneamento básico ofertado pelo poder público, para a população. Os dados revelam que apenas 38,9% dos indivíduos

possuem serviços de esgotamento. Esse baixo índice de saneamento fez o município ficar na 15ª posição na classificação dos demais municípios que formam as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro.

O outro questionário do grupo A que vamos comentar a partir desse momento será de outra pessoa que denominaremos “IIA” também nasceu no Morro do Castro e viveu no bairro até os 36 anos de idade e afirma que atualmente tem 65 anos de idade e o mesmo ainda tem residência, familiares e amigos no local e por isso atua de forma constante através da militância política e social para melhorias dos que vivem na localidade.

Ao relatar sobre a pergunta como era o Morro do Castro conseguimos uma escrita objetiva e explicativa nela tem algumas fases de grande importância para compreender a construção do espaço geográfico do bairro. O Morro do Castro desde quando era ainda uma fazenda até a existência atual. A resposta obtida para a pergunta sobre “quanto tempo mora no morro do Castro?” O questionário “IIA” iniciou sua resposta afirmando que nasceu no Morro do Castro, e continua lá mesmo que não fisicamente, estou no Morro do Castro desde 1955, descreveu a resposta do questionário.

Morro do Castro teve um primeiro momento de sua existência que vai desde sua fundação até o ano de 1970. Antes era uma floresta que deu espaço para uma fazenda tornou-se um loteamento que posteriormente veio acompanhado de um crescimento vegetativo. Onde os filhos nasciam, entravam na mata e limpavam a área e faziam sua casa. Ou faziam a sua casa nos fundos do terreno dos pais, pode ser uma das razões do lugar não apresentar um processo de verticalização.

Afirmou que Morro do Castro era uma floresta, com uma fazenda de plantação de laranja. Em determinado momento, 1954 o seu Castro, o dono da fazenda, resolveu lotear parte da fazenda. A parte que hoje está entre as ruas Lauro Muller e a Rua Júlia Moreira da Cunha. Esta é parte que começou a ser urbanizada na fazenda. Foi loteada com o nome de Loteamento Bela Vista.

O condomínio Bela Vista inicialmente era constituído por lotes que foram vendidos para aproximadamente 47 famílias iniciais que compraram os terrenos. Terrenos perfilados entre a Rua Lauro Muller e a Rua Júlia Moreira da Cunha. Então na realidade o nome oficial do Morro do Castro é Loteamento Belo Vista. Afirmou que a justificativa para o nome Bela Vista se deu devido a bela imagem que tem do Alto do Morro do Castro denominado Pico da Bandeira, dela se pode deslumbrar parte da Baía de Guanabara sendo uma visão paradisíaca.

A segunda fase começa por volta do ano 1970–74 quando a Ponte Rio Niterói começa a ser construída e terminada. A favela do Sabão, no início da Rua Feliciano Sodré, em Niterói,

precisava ser retirada para implantar a ponte Rio Niterói. O que ocorre? Toda a favela foi deslocada para o Morro do Castro. Foi uma “urbanização” forçada do Morro do Castro misturando duas populações diferentes- uma roceira, “já existente no Morro do Castro” e outra vinda de uma favela, mais urbanizada. Este processo ocorre até o limite da ocupação do espaço físico do Morro do Castro na época e período da década de 90 tendo a partir daí efetivamente o processo de adensamento populacional presente nos dias atuais.

Quanto a questões relacionadas às perguntas referentes às políticas públicas o questionário do “IA” veio em branco a justificativa que tinha como resposta era que não sabia o que responder por isso optou em não responder. Entretanto, obtivemos como resposta para a mesma pergunta do questionário “IIA” que não existia este conceito em 1955. Nesse período seus pais compraram o lote que cabia aos donos desse lote a construção da casa, assim o fez meu pai e minha mãe.

Não existia fornecimento de água, luz, esgoto, nem comércio, nem transporte, nem segurança. A própria comunidade vivia em outro mundo, se apoiando mutuamente. Criando animais domésticos e para o consumo próprio como galinha, porco, boi e cavalo, esse era usado como meio de transporte. Caçavam na mata, animais como rã, lagarto, entre outros. Como também plantavam vários alimentos e colhiam alimentos naturais como frutas banana, mamão, jamelão, cana, abacate, goiaba, pitanga, manga, maracujá, etc.

No que se refere à pergunta sobre a questão do ensino, ambos “IA” e “IIA” afirmam que não existia ensino público no bairro e “IIA” relatou a importância da colaboração de pessoas da própria comunidade que abriam suas residências para o ensino das crianças do local. Comentou na sua escrita da Dona Gelsa, que alfabetizou não apenas ele como algumas outras crianças da sua geração. Descrevendo com afetividade esse momento que posteriormente inspirou o mesmo a falar sobre essa pessoa como tema de sua dissertação de Mestrado.

Quando perguntamos sobre a existência da Associação de Moradores, novamente apenas obteve resposta do questionário respondido por “II A”. Esse afirma que sim existiu na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil – com a luta pela Anistia, pelas Liberdades Democráticas, Liberdade de Organização e Manifestação.

Foi criado um núcleo no Morro do Castro, a Associação de Moradores e Amigos do Morro do Castro- AMAMC. Teve como fundadoras pessoas engajadas como Reinaldo Antônio, Joelson, e outros companheiros. Este movimento foi ocorrendo ao mesmo tempo em que, em São Gonçalo, se fundaram outras Associações de Moradores em vários bairros

da cidade, o que levou a estrutura e organização da Unibairro.

Por volta dos anos de 1983 e 1984 com muitas reuniões, em vários locais no Morro do Castro. Fazíamos reuniões no centro do bairro, no 21, no Campo do Boi, e também tínhamos muito apoio da Diretora da Escola Municipal, a João Brasil, na época Dona Ana (ela ainda está viva). Assim como tivemos muito apoio do Diretor do Posto de Saúde local, lado Niterói, Dr. Marcos apoiavam-nos deixando que fizéssemos reuniões em seus espaços. Na escrita afirma que esse momento foi muito significativo.

Na resposta ainda sobre esse momento escreve que o momento de grande expressão dessa Associação aconteceu nos anos de 1985 ou 1986 onde organizaram um encontro de Mulheres no Morro do Castro. Até pouco tempo atrás eu ainda tinha o cartaz. Que infelizmente, hoje, como em todos os lugares, e como sabemos, nossa Associação está tomada por forças do tráfico. Ou melhor, esteve, pois, o representante “faleceu”. Tem perdido força. Não tem mais representatividade. Está abandonada. No que se refere às questões ligadas às comemorações organizadas pela Associação de Moradores, eram ligadas a datas cívicas: Dia das Crianças, Dia das Mães, e outras datas mais que organizávamos na Escola Municipal lado de Niterói.

Entretanto, embora possa variar muito a natureza das fontes de poder em que se fundamentam a superioridade social e o sentimento de superioridade humana do grupo estabelecido em relação a um grupo de fora, a própria figuração estabelecidos- outsiders mostra, em muitos contextos diferentes, características comuns e constantes. Foi possível descobri-las no âmbito restrito de Winston Parva e, uma vez descobertas, elas se destacaram com mais clareza em outros contextos. Assim, ficou patente que o conceito de uma relação entre estabelecidos e outsiders veio preencher, em nosso aparato conceitual, uma lacuna que nos impedia de perceber a unidade estrutural comum e as variações desse tipo de relação, bem como de explicá-las. (ELIAS e SCOTSON 2000, p. 32).

Apoiado nos autores da citação feita anteriormente, realizamos a investigação das relações de estrutura social aplicada à pesquisa. Classificamos como estabelecidos. Todavia como a própria citação acima esse conceito não se encontra “estático”, uma vez os diferenciais de poder também podem ser suscetíveis de mudanças possibilitando alterações. Sendo o caso observado a partir das respostas obtidas nesse primeiro momento de análise.

As respostas obtidas mostram que a concepção pelo grupo estabelecido dentro do Morro do Castro não busca fazer um pré-julgamento e tão pouco se apresentar uma configuração de superioridade para o grupo que constituem os outsiders. A demonstração de unidade entre os grupos que formam os estabelecidos se dão por meio de elo identitário, construído através da rede de solidariedade, que existe entre os descendentes dos primeiros moradores que iniciaram o processo de ocupação do espaço geográfico do Morro do Castro.

Nesse momento, nossa análise se encontra voltada para as respostas do questionário do grupo que classificamos como outsiders, ou seja, aqueles que seriam os de fora ou estranhos, esses são formados não apenas moradores oriundos da favela do Sabão como de outros que buscaram fixar-se no Morro do Castro.

As respostas dos questionários do grupo que classificamos como B são mais curtas e objetivas, não obtivemos a mesma profundidade de informações e tão pouco detalhamento se comparado com o questionário do grupo A. A seguir descreveremos as respostas das perguntas que foram feitas para esse grupo.

A pessoa que responder o questionário do grupo será nomeada de “IB”, vale relembrar que não era necessário se identificar foi uma medida de preservação do que se dispõem a participar de forma voluntária na pesquisa. Essa pessoa tem 65 anos, mora há cerca de 15 anos no bairro. Conheceu o bairro quando criança, pois tem um parente que mora na localidade. Não soube responder a pergunta referente a políticas públicas. No entanto, sabia da existência da Associação de moradores e mencionou que quando vinha a passeio no Morro do Castro já participou de algumas festas organizadas pela Associação de Moradores.

O questionário da segunda pessoa na qual iremos identificar como “IIB” tem 58 anos e mora no bairro há 03 anos e meio sua impressão ao chegar no local é que esse tem um bom comércio e um lugar movimentado. Afirma que na localidade possui escolas não sabe informar se o ensino é de boa qualidade. Também afirmou que sabe da existência da Associação de Moradores. Embora soubesse através de terceiros que a eleição é segundo suas palavras “marmelada” porque não existem candidatos a votação é sempre com chapa única e que às vezes tem festa feita patrocinada pela Associação dos Moradores.

E o último questionário a pessoa será identificada como “IIIB” essa tem 70 anos, mora há 30 anos no Morro do Castro. Chamaram-nos atenção os comentários sobre as características do bairro quando chegou para residir no local. Fazendo o cruzamento de informações descritas por “IB” e “IIB” relata o predomínio de elementos rurais como a fazenda e a falta de infraestrutura como ruas asfaltadas, ausência de luz e escola.

No que se refere às políticas públicas afirmam de forma incisiva que o local sempre foi abandonado. Afirmando que o bairro se chamava Bela Vista e que o nome mudou para Morro do Castro por causa do dono da fazenda seu Raul. O bairro passou a ter o sobrenome dele. Afirma que no passado a Associação era mais representativa agora é pouca atuante a eleição é sempre de chapa única e que as festas eram muito boas e com presença da grande maioria dos moradores do bairro citando os campeonatos de futebol que aconteciam nos campos do Jair e Bom Retiro, no Largo da Confusão que hoje é o Largo da Paz, Campeonato

de Malha, as crianças brincavam na fazenda, o exército usava a mata para fazer acampamento e cedia alimentos para o povo.

Ao estudar uma comunidade, vemo-nos diante de uma grande variedade de problemas. A questão é saber se todos são igualmente centrais para compreendermos o que confere a um grupo de pessoas um caráter específico: o caráter de uma comunidade. É perfeitamente possível decompor os problemas de uma comunidade em várias categorias e examiná-los um a um. Podemos distinguir os aspectos econômicos, históricos, políticos, religiosos, administrativos e outros de uma comunidade, estudar cada um deles separadamente e, na conclusão, indicar da melhor maneira possível como eles se interligam. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 165).

Nossa pesquisa busca entender como os outsiders estabelecem suas relações sociais no caso da pesquisa. Observamos que esse grupo passou por estigmatização. Eles não desenvolveram um elo identitário na mesma proporção que o outro grupo. Contudo também acabam se beneficiando da rede de solidariedade existente entre as duas vertentes do bairro. Atribuem a desordem urbana ao crescimento do bairro após a chegada dos moradores da antiga favela do Sabão. Nesse preconceito percebemos que a estigmatização é um fardo herdado por um processo histórico ligado às desigualdades socioespaciais, que a população pobre sofre.

Como os pobres ainda estão longe de possuir todos os bens que a sociedade de consumo lhes comanda, e como a sociedade de consumo lhes está sempre criando novas necessidades, os seus ganhos insuficientes com frequência aconselham a troca da casa por dinheiro, com o qual buscam completar a cadeia dos objetos buscados. Quanto a morar, bastar deslocar-se para ainda mais longe, recomeçando tantas vezes se façam necessárias. (SANTOS, 2014, p.127).

Logo, as mudanças partem de um processo de tomada de consciência para reivindicação pelo amplo direito da cidadania, esse movimento se deu no Morro do Castro nos anos 80 com a mobilização realizada pela Associação dos Moradores. Infelizmente nos dias atuais observamos o processo de atuação mais visível dessas Associações dentro das comunidades muitas delas passaram a defender interesses pessoais como resultado vê ampliação da desmobilização política dessas lideranças e com isso a entrada do tráfico de drogas ou do poder paralelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no desenvolvimento desta pesquisa chegamos ao final desse trabalho com algumas considerações sobre o objeto que pesquisamos. Nosso conhecimento é parcial, ou seja, será contínuo, tendo como resultado a compreensão do nosso objeto de pesquisa e aprofundamento de temas ligados à formação de periferias em áreas urbanas.

Nosso projeto inicialmente era diferente, mas entendemos que as mudanças no percurso foram necessárias. Na parte final do nosso curso nos deparamos com a situação que fugira do nosso controle, a saber, o aparecimento da COVID -19, estabelecendo assim uma nova dinâmica social, que impediu que pudéssemos realizar as entrevistas de forma presencial com um maior número de moradores do Morro do Castro. Dos municípios que formam o estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo apresentou um dos maiores índices de contaminação. Além disso, podemos indagar se o acréscimo de infecções pode ser um reflexo da ausência de políticas públicas que observamos no passado recente?

Desta forma, lançamo-nos ao desafio de compreender o Morro do Castro partindo de uma reflexão das áreas periféricas, contribuindo com nosso trabalho para futuros trabalhos sobre a formação das favelas, muitas vezes classificadas como áreas marginalizadas e criminalizadas.

O bairro apresentado nesta pesquisa no passado foi propriedade de um próspero latifundiário, que produzia em suas terras plantação de cítricos, que eram destinados ao comércio externo. Na segunda metade do século XX, década de 1950 novos ventos sopraram no Brasil dando passos que modificaram o cenário nacional, fazendo com que o país ganhasse uma nova conjectura, trazendo assim contornos mais urbanos e industriais para outras áreas. Como por exemplo, a fazenda do Seu Raul, como era conhecida na região, que posteriormente recebeu o nome de Bairro Morro do Castro. A Fazenda foi dividida em lotes, sendo composta por novos e antigos moradores, que passaram a dividir o espaço dando origem a uma nova formação social.

Surgindo um loteamento denominado de Bela Vista, esse empreendimento era voltado para um público de classe média. Esse espaço não consegue alcançar as expectativas do mercado imobiliário. No bairro ainda existem residências que apresentam o padrão arquitetônico que testemunharam em relação às primeiras residências e que pertenciam às classes de maior poder aquisitivo.

Desta forma, como as vendas de lotes passaram a ser estagnadas, as propriedades

foram vendidas para as classes populares. No entanto, os que adquiriram as antigas terras do seu Raul foram obrigados a fazerem sua própria residência, não respeitando o modelo arquitetônico que foi proposto inicialmente. Vale ressaltar que os moradores na medida em que adquiriam os loteamentos passaram a construir imóveis de diversos modelos.

Surge assim o processo de periferização do bairro Morro do Castro, que passa a ser marginalizado e criminalizado principalmente após a chegada dos ex-moradores da favela do Sabão. A partir da construção do acesso da ponte Rio/Niterói os moradores da favela do Sabão foram realocados para a região do Morro do Castro.

Nesse período se inicia uma nova fase do Morro do Castro, trazendo assim novas transformações socioespaciais, conforme apontam diversos autores, como Milton Santos, Andreilino Campos, Conceição Evaristo, Jailson de Souza e Jorge Luiz Barbosa. Observamos que, o crescimento urbano promoveu profunda mudança, tendo como consequências os inchaços de malha urbana. Assim surgem das áreas consideradas degradadas constituídas de indivíduos pobres que possuem baixa renda bem como da população negra e por algumas vezes oriundas de espaços quilombolas. O resultado dessas transformações ocasionou algumas áreas da Baixada Fluminense assim como áreas centrais e suburbanas na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro momento da nossa pesquisa buscamos compreender quais são os fatores preponderantes para o surgimento de alguns bairros e entender quais os critérios responsáveis para formação de espaços segregados. Nota-se, assim, que os moradores da respectiva região são pré-julgados, enquanto outros moradores são beneficiados devido suas condições sociais em lugares que possuem maior rentabilidade imobiliária.

Vale apontar que as potencialidades e as especificidades dentro desses espaços marginalizados foram apresentadas em nossa pesquisa. Assim na realização do presente estudo, a força de espaços invisibilizados, mostram a força dos homens lentos bem como a força dos espaços opacos, revelando assim que tais sujeitos são responsáveis pelas produções de dinâmicas próprias no uso de seu território, através da apropriação geográfica, que possibilita elo identitários responsáveis pela construção de novas materialidades que se dão através das redes de solidariedade formada por grupos que necessitam construir estratégias de resistência para sobreviverem da lógica da visão capitalista.

Nas regiões consideradas de periferia também ocorrem os processos de exclusão social. Partindo desse princípio nossa pesquisa busca contribuir para levantamentos de dados sobre as áreas periféricas de São Gonçalo.

Uma das ferramentas metodológicas para a realização desta dissertação partiu de

entrevistas onde enfatizavam a espontaneidade e a liberdade dos entrevistados a fim de expor suas histórias. Vale apontar que parte do material coletado foi utilizado. As informações ora apresentadas no respectivo estudo serviram de apoio na compreensão e no direcionamento dos caminhos percorridos pelo presente estudo.

Vale ressaltar, entretanto, que as expectativas quanto à coleta de informações e idas ao campo foram prejudicadas em virtude da pandemia de Covid-19. A metodologia apresentada no respectivo trabalho seria de forma semi-estruturada, contudo, a mesma foi substituída por questionários online que, enviados por meio eletrônico sendo analisados a partir das contribuições conceituais do livro *Estabelecidos e Outsiders* de Norbert Elias & John L. Scotson.

Um dos objetivos do presente trabalho era investigar as formas de como se constituíam as relações de solidariedade firmadas pelos moradores do Morro do Castro. Observamos, assim, que são utilizados os recursos referentes às redes de solidariedade. Destaca-se, portanto, que os recursos são usados a fim de superar os obstáculos oriundos da falta de serviços de caráter público. Destacamos assim entre os moradores do município de São Gonçalo a necessidade da continuidade da luta em prol do ensino público de qualidade e pela militância em sala de aula bem como pela militância na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus deveres e direitos.

As contribuições que surgiram através da análise dos sujeitos sociais pesquisados nesse trabalho nos permitiram identificar que a vertente do distrito de São Gonçalo possui um potencial que o tornar um pólo em expansão dentro da localidade, uma vez que este apresenta inúmeras atividades que possui como escopo abertura de postos de trabalho, trazendo assim maior dinamismo econômico impulsionando assim as transformações espaciais.

Essas estratégias indicam que os habitantes de áreas periféricas criam alternativas para driblar a falta de oferta de emprego no mercado formal. Dessa forma tal estado possibilita reverter à falta da inserção no mercado de trabalho. Afim partimos dos conceitos de território e de identidade visando a compreensão dos espaços urbanos e periféricos.

O resultado da pesquisa nos leva a conclusão que o bairro se encontra num processo de urbanização desordenada e de uma construção de identidade híbrida uma vez que a fim de obter acesso aos serviços públicos municipais, ora recorrem ao município de Niterói através do endereço de parentes e amigos, ora ao município de São Gonçalo que realiza de forma precária alguns serviços essenciais.

Desta forma as informações adquiridas por meio de questionários nos auxiliaram na investigação das relações de estrutura social referente aos moradores mais antigos

classificados como estabelecidos nos ajudam a uma reflexão de pensamento tendo como base as relações interpessoais entre grupos.

Há, porém, uma diversidade de assuntos a pesquisar bem como infinidade de coisas a apreciar e indagar. Vale destacar que o presente estudo não esgota a investigação ora apresentada. Na verdade, tal estudo apresenta um parecer extensível das entrelinhas.

Ao final deste estudo, chegamos à ideia de que o desejo nos ajuda a acreditar que os obstáculos que surgem podem ser superados, que quebra de paradigma são importantes para desconstrução do mito da marginalização entre as periferias urbanas. Cabe, por fim, considerar que as descobertas desta dissertação não são conclusivas. Elas apontam para a necessidade de se retomar a discussão sobre a relevância da preservação de valores identitários dos moradores do Morro do Castro sob uma ótica da manutenção da rede de solidariedade.

Destaca-se que dentro do universo escolar deve existir a implantação de metodologias de ensino fundamentadas em projetos pedagógicos que abordam a interdisciplinaridade entre os saberes objetivando auxiliar a dificuldade de muitos educando dentro do espaço escolar. O uso de Literatura que aborde temas atuais que versam sobre as adversidades em espaços segregados, objetivando assim a elevação da auto-estima de alunos negros, visando o combate contra o racismo dentro da sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Regina Lúcia Fernandes de. **A escola enquanto lugar de memória:** contribuições para ressignificação da subjetividade do inferior atribuída às classes populares. Monografia de Conclusão de curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- ANDRADE, Thais Alves Gallo; RIBEIRO, Júlio C. de Freitas. A importância da APA DO Engenho para a manutenção do Rio Imboaçú - São Gonçalo. In: SANTOS, Marcelo Guerra (org.). **Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro:** Conservação e Educação Ambiental. 1.ed. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2014, 176p.
- BERNARDES, Vânia Aparecida Martins; ARAÚJO, IlzeArduini de;. Discriminação racial em sala de aula, In: RODRIGUES FILHO, Guimes; BERNARDES, Vânia Aparecida Martins; NASCIMENTO, João Gabriel do. **Educação para as relações étnico-raciais: Outras perspectivas para o Brasil.** Uberlândia, Minas Gerias: Editora Gráfica Lopes, 2012, 823p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.
- CAMPOS, Andreino de Oliveira. **Do quilombo à Favela:** a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASA FLUMINENSE. Perfil dos Municípios 2017. Disponível em: <https://casافلuminense.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Mapa-da-Desigualdade-Miniperfis-.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 2004.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Belo Horizonte: Pallas, 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** 21. ed. Curitiba: Positivo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ed. Nacional, 1965.
- FOSTER, Eugenia da Luz Silva. **Racismo e movimentos instituintes na escola.** 2004. Tese (Doutorado), Departamento de Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- FREIRE, L. L. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, p. 95-114, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed, São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HASENBALG, Carlos A.; DO VALLE SILVA, Nelson. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 73, p. 5-12, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. História de São Gonçalo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/historico>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JACQUES, Paola Bernstein. **Corpografias urbanas**. Arqutextos, São Paulo, v. 8, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n.32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 7 fev. 2019.

MOURA, Clovis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

OLIVEIRA. Maurício Mendes de. **A República abençoada de São Gonçalo**. Cadernos do Leste, n. 4. Organizados Albano Amaro; Mauricio Mendes, Editora Apologia, 2014. Disponível em: https://issuu.com/apologiabrasil/docs/a_republica_aben_oada_mar_2014. Acesso em: 20 fev. 2017.

PERES, Janaina L. P.; ADRIANO, H. S. R.; SERAPHIM, A. P. A. C. C; OLALQUIAGA, A. A. O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico--conceitual à luz do conceito miltoniano de "território usado". **Cadernos Metrópole**, vol. 20, núm. 41, 2018. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. pp 267-288. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4113>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PERLMAN, J. **O Mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 378p.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v.5. n 1, p1-22, 2013.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa** - mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte; Autêntica; 2008. 107p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 392p.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3.ed. 2009, 136p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 7 ed., 2014, 176p.

SANTOS, Milton; LAURA, Maria (Org.). **O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.264.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**,42.ed.. Campinas, SP: Autores Associados, 2012, 94p.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 129-136, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e Gomes Flávio (Orgs.) **Dicionário de escravidão e Liberdade**. São Paulo Companhia das Letras, 2018, 496p.

SOUZA, Jailson de; Barbosa, Jorge Luiz. As favelas como territórios de reinvenção da Cidade. **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 01-12, fev. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Revisitando a crítica ao mito da marginalidade: a população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos** [online]. 2nd ed. rev. andenl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, 310p.

TAVARES, Cátia Regina de Souza Barbosa. **Ocupação e deslizamento na APA DO Engenho Pequeno e Morro do Castro, município de São Gonçalo (RJ)**. In: SANTOS, Marcelo Guerra (org.) **Área de proteção ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro: conservação e educação ambiental**, 2014. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/825fl3_0c166c980bd349c9be6678f829d51418.pdf. Acesso em:07 abr. 2018.

TAVARES, Maria Tereza Goudard; LARANJEIRA, Cintia; VERISSIMO, Julyana. A Infância e o direito a cidade: investigando componentes territoriais que possibilitam e /ou constroem o acesso dos recém-chegados à educação infantil em São Gonçalo. In: NASCIMENTO, Maria Leticia; GOBBI, Marcia Aparecida. (Orgs). **Infâncias sul-americanas: crianças nas cidades, políticas e participação**. São Paulo: FEUSP, 2017,1154p.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Infâncias, cidade e relações intergeracionais na vida cotidiana*. **Journal Childhoodand Philosophy**, v.16, n. 36, p.01-26, 2020.